

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO  
Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho

**ANÁLISE DO FLUXO TURÍSTICO DAS UNIDADES FEDERATIVAS BRASILEIRAS  
A PARTIR DOS DADOS DA PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE  
DOMICÍLIOS CONTÍNUA**

Belo Horizonte  
2024

Gabriel Luiz Lisboa de Sousa

**ANÁLISE DO FLUXO TURÍSTICO DAS UNIDADES FEDERATIVAS BRASILEIRAS  
A PARTIR DOS DADOS DA PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE  
DOMICÍLIOS CONTÍNUA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado na modalidade de monografia ao Curso de Graduação em Administração Pública da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho da Fundação João Pinheiro, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Administração Pública.

Orientador: Prof. Dr. Caio César Soares Gonçalves

Belo Horizonte  
2024

S725a

Sousa, Gabriel Luiz Lisboa de.

Análise do fluxo turístico das Unidades Federativas brasileiras a partir dos dados da pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua / Gabriel Luiz Lisboa de Sousa. – Belo Horizonte, 2024.

84 f ; il.

Trabalho de conclusão de Curso (Bacharel em Administração Pública) - Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, Fundação João Pinheiro, 2024.

Orientador: Prof. Dr. Caio César Soares Gonçalves.

Bibliografia: f. 78-82

1. Turismo - Brasil. 2. Lazer - Fluxo turístico. 3. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADc). 4. Territórios federais – Brasil. I. Gonçalves, Caio César Soares. II. Título.

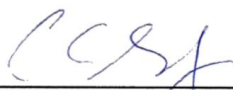
CDU 379.85(81)

Gabriel Luiz Lisboa de Sousa

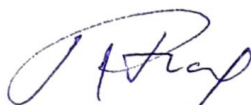
Análise Do Fluxo Turístico Das Unidades Federativas Brasileiras A Partir Dos  
Dados Da Pesquisa Nacional Por Amostra De Domicílios Contínua

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Curso de Graduação  
em Administração Pública da Escola de  
Governos Professor Paulo Neves de  
Carvalho, da Fundação João Pinheiro,  
como requisito parcial para a obtenção  
do título de bacharel em Administração  
Pública.

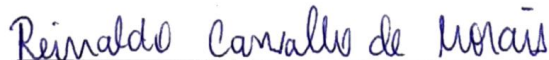
**Aprovado na Banca Examinadora**



\_\_\_\_\_  
Professor Orientador Caio César Soares Gonçalves – Fundação João Pinheiro  
/ FJP



\_\_\_\_\_  
Professor Avaliador Raimundo de Sousa Leal Filho – Fundação João Pinheiro /  
FJP



\_\_\_\_\_  
Professor Avaliador Reinaldo Carvalho de Moraes – Fundação João Pinheiro /  
FJP

Belo Horizonte, 5 de dezembro de 2024

**À minha mãe, cuja paixão pelos estudos foi transmitida a mim com imensa  
dedicação.  
Você é a minha maior inspiração para continuar nessa trajetória de  
aprendizado!**

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus por me guiar frente a todos os desafios envolvidos à minha vida acadêmica e pela oportunidade de seguir alcançando resultados positivos nesse caminho.

Aos meus pais que sempre ofereceram grande apoio e incentivo em meu processo de aprendizagem, sendo essenciais para o desenvolvimento das habilidades e conhecimentos que tornaram possível a minha trajetória como estudante.

Estendo meu agradecimento aos meus professores, pelos valiosos ensinamentos transmitidos durante o curso de graduação. Em especial, agradeço ao meu orientador, Caio Gonçalves, cuja dedicação, conhecimento e ética de trabalho foram determinantes para a realização deste trabalho.

Por fim, agradeço também aos colegas e amigos pelas trocas de experiências, que, além de enriquecerem o aprendizado acadêmico, muitas vezes também trouxeram valiosas lições de vida, tornando mais leve e significativo o processo de conclusão desta etapa.

**A verdadeira viagem de descobrimento não consiste em  
procurar novas paisagens e sim em ter novos olhos.  
Marcel Proust**

## RESUMO

Este trabalho analisa o fluxo turístico entre as Unidades Federativas (UFs) brasileiras, utilizando dados da PNADc/IBGE para os anos de 2020, 2021 e 2023. Dada a relevância econômica do turismo para o desenvolvimento brasileiro e a escassez de estudos sobre o fluxo turístico detalhado entre as UFs, esta pesquisa adota uma abordagem exploratória-descritiva para investigar padrões de viagens e caracterizar as UFs como polos emissores ou receptores de turistas. A metodologia se baseia na análise dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADc) do IBGE. Porém, dado o número baixo de observações amostrais, o problema de precisão das estimativas é superado aplicando uma técnica de acumulação de dados amostrais complexos e realização de ajustes dos pesos amostrais. Os resultados evidenciaram que as Grandes Regiões e UFs brasileiras assumem papéis específicos de acordo com a modalidade de turismo considerada. Estados como São Paulo e Minas Gerais destacaram-se como grandes emissores de turistas, enquanto destinos como o Nordeste, especialmente Bahia e Rio de Janeiro, se afirmaram como principais receptores. O estudo revelou ainda que as viagens a lazer, sobretudo para praias e áreas naturais, predominam no cenário nacional. Por outro lado, regiões como Norte e Centro-Oeste evidenciam características específicas, como a importância do ecoturismo ou do transporte fluvial. Este levantamento contribui para a compreensão das dinâmicas do turismo no Brasil, oferecendo subsídios para a formulação de políticas públicas voltadas para um turismo mais inclusivo e sustentável.

Palavras-chave: Turismo, Turismo Doméstico, Fluxo Turístico, PNADc, Unidades Federativas

## **ABSTRACT**

This study analyzes the tourist flow between Brazilian Federative Units (UFs) using data from the PNADc/IBGE for the years 2020, 2021, and 2023. Given the economic relevance of tourism for Brazilian development and the scarcity of studies on detailed tourist flows between UFs, this research adopts an exploratory-descriptive approach to investigate travel patterns and characterize UFs as either tourist-sending or receiving hubs. The methodology is based on analyzing data from the Brazilian Continuous National Household Sample Survey (PNADc) conducted by IBGE. However, due to the low number of sample observations, the issue of estimate accuracy is addressed by applying a complex sample data accumulation technique and adjusting sample weights. The results showed that Brazil's major regions and UFs take on specific roles according to the tourism mode considered. States like São Paulo and Minas Gerais stood out as major sources of tourists, while destinations in the Northeast, especially Bahia and Rio de Janeiro, emerged as key tourist recipients. The study also revealed that leisure travel, especially to beaches and natural areas, predominates in the national landscape. In contrast, regions such as the North and Midwest display unique characteristics, like the importance of ecotourism or river transport. This survey contributes to understanding tourism dynamics in Brazil, providing insights to inform public policies aimed at promoting more inclusive and sustainable tourism.

**Keywords:** Tourism, Domestic Tourism, Tourist Flow, PNADc, Federative Units

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Esquema simplificado de rotação da PNADc (2019-2023) .....	30
Figura 2: Fluxos de viagens das principais UFs de origem .....	39
Figura 3: Fluxos de viagens das principais UFs de destino .....	40
Figura 4: Proporção de finalidades da viagem por UF de origem .....	48
Figura 5: Proporção de finalidades da viagem por UF de destino .....	53
Figura 6: Proporção de finalidades de viagem de lazer por UF de origem.....	59
Figura 7: Proporção de finalidades de viagem de lazer por UF de destino .....	64
Figura 8: Proporção de meios de transporte da viagem por UF de destino .....	69

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Matriz origem-destino do quantitativo de viagens entre UFs.....	36
Tabela 2: Totais de viagens por UF de origem.....	41
Tabela 3: Totais de viagens por UF de destino .....	43
Tabela 4: Totais, saldo e taxa origem/destino das viagens emitidas e recebidas por UF .....	44
Tabela 5: Totais de viagens por finalidade .....	46
Tabela 6: Totais de viagem por finalidade e por UF de origem (Mil viagens).....	50
Tabela 7: CVs dos totais de viagem por finalidade e por UF de origem.....	50
Tabela 8: Totais de viagem por finalidade e por UF de destino (Mil viagens) .....	56
Tabela 9: CVs dos totais de viagem por finalidade e por UF de destino .....	56
Tabela 10: Totais de viagem de lazer finalidade e por UF de origem (Mil viagens) ..	62
Tabela 11: CVs totais de viagem de lazer finalidade e por UF de origem .....	62
Tabela 12: Totais de Viagem de Lazer finalidade e por UF de Destino (Mil viagens) .....	67
Tabela 13: CVs dos totais de Viagem de Lazer finalidade e por UF de Destino .....	67
Tabela 14: Totais de viagem por meios de transporte e por UF de destino (Mil viagens) .....	72
Tabela 15: CVs dos totais de viagem por meios de transporte e por UF de destino ..	72
Tabela 16: Totais e Proporções de Viagem por Meios de Transporte para o Maranhão .....	73

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACT	Atividades Características do Turismo
CNC	Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo
CV	Coeficiente de Variação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LPP	Periferia de Lazer Litorânea
NHIS	Pesquisa Nacional de Saúde dos Estados Unidos
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PIB	Produto Interno Bruto
PNADc	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
RS	<i>Rolling Samples</i>
SIPD	Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares
UNWTO	Organização Mundial do Turismo
UPA	Unidade Primária de Amostragem
WTTC	Conselho Mundial de Viagens e Turismo

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	18
2.1	Fluxo Turístico e Turismo Emissivo e Receptivo .....	19
2.2	Atividades características do turismo e a dimensão espacial do turismo .....	20
2.3	Turismo internacional e turismo doméstico .....	21
2.4	Características do turismo doméstico no Brasil.....	22
2.5	Turismo e pandemia .....	24
3	METODOLOGIA.....	28
3.1	Pesquisas amostrais – PNADc .....	28
3.2	Precisão das estimativas e o acúmulo de amostras.....	31
3.3	Estruturação de análise dos dados .....	33
4	ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	35
4.1	Matriz Origem-Destino das viagens turísticas nas UFs brasileiras .....	35
4.2	Totais de viagens emitidas e recebidas pelas UFs brasileiras .....	40
4.3	Viagens emitidas e recebidas por UF e por finalidade .....	45
4.3.1	Viagens emitidas por UF e por finalidade.....	47
4.3.2	Viagens recebidas por UF e por finalidade.....	52
4.4	Viagens emitidas e recebidas por UF e por tipo de finalidade de lazer .....	58
4.5	Viagens recebidas por UF e por meio de transporte utilizado .....	68
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	74
	REFERÊNCIAS.....	78
	APÊNDICE A – Matriz origem-destino (Valores completos).....	83
	APÊNDICE B – Coeficientes de Variação (CVs) da Matriz origem-destino.....	84

## 1 INTRODUÇÃO

Como uma atividade multidisciplinar que envolve diversos atores em sua cadeia produtiva e que influencia e é influenciada por fatores sociais, culturais e econômicos, o turismo pode ser analisado sob diferentes perspectivas. Sob a ótica econômica, o turismo se destaca como uma das principais atividades econômicas em nível global, contabilizando 10,4% do Produto Interno Bruto (PIB) e 10,5% de todos os empregos pré-pandemia, segundo o Conselho Mundial de Viagens e Turismo (WTTC, 2022). Ainda segundo o WTTC, estima-se que até o final de 2026, a contribuição do turismo para o PIB global alcançará 10,8% (WTTC, 2016).

Diante do potencial do setor, países em desenvolvimento vêm reconhecendo a necessidade de ampliar seus esforços de fomento ao turismo. Entre esses países, destacam-se os países constituintes do BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) por sua capacidade de atender expressiva parte da demanda dos turistas de países desenvolvidos. Entre eles, o Brasil ocupa o segundo lugar, apenas atrás da China, em termos de importância como destino turístico (Oromjonovna; Eshnazarovna, 2023).

A atividade turística no Brasil vem sendo uma importante estimuladora da economia do país nos últimos anos. Segundo relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2018), a contribuição do turismo para o PIB brasileiro era de 3,7% no ano de 2018, podendo chegar a 9,6% caso sejam considerados os efeitos indiretos das atividades relacionadas ao setor. No ano de 2022, a contribuição direta do turismo no PIB brasileiro diminuiu para 2,5%, devido à redução da atividade econômica gerada por atividades como as de hotéis, agências, companhias aéreas e outros serviços de transporte de passageiros diante do cenário da Covid-19. Nesse mesmo ano, o Brasil alcançou a 11ª posição em relação ao impacto direto do setor na economia a nível global (UNWTO, 2023).

À luz da perspectiva econômica, é notória a importância do setor de turismo no Brasil e no mundo, levando em consideração seu potencial de crescimento e de promoção do desenvolvimento econômico. Entretanto, como anteriormente destacado, o turismo é uma atividade humana plurissetorial. Em sua essência, destaca-se a sua natureza como fenômeno espacial, uma vez que os elementos a ele envolvidos possuem um posicionamento geográfico, seja ele estático ou fluido (Albuquerque; Lima, 2021). Nesse sentido, conforme apontado por Gonçalves (2020),

é relevante considerar os aspectos geográficos na análise econômica do turismo, de forma a melhor representar esse fenômeno. Além de auxiliar no entendimento da análise econômica do turismo em determinada região, a análise geográfica pode, por si só, colaborar para o entendimento da dinâmica do turismo nessa região ou entre regiões.

Outra dimensão relevante na análise do turismo de uma região diz respeito ao perfil socioeconômico dos turistas que a frequentam. Lopes Júnior, Hanai e Ribas (2020), indicam, no estudo sobre o perfil dos turistas com destino à Ilha Grande (RJ), como programas e ações ambientais poderão ser especificados de acordo com esses perfis. Nesse sentido, diretrizes e ações ambientais específicas podem ser implementadas com maior efetividade ao considerarem o perfil turístico levantado, adequando melhor as expectativas desses turistas aos atributos naturais da Ilha (Lopes Júnior; Hanai; Ribas, 2020). Essa abordagem pode ser aplicada a outros cenários, combinando, inclusive, o levantamento desse perfil aos indicadores geográficos de fluxo turístico de uma determinada região.

Entendido como um fenômeno cultural, social e econômico, o turismo está relacionado ao movimento de pessoas fora de seus lugares usuais de residência, tendo o lazer como motivação principal (UNWTO, 2010). Sendo assim, ele exerce influência em diferentes variáveis e fatores, como na economia, no espaço físico, nas pessoas residentes nos locais onde ocorre e nos próprios turistas. Cada local turístico possui suas características próprias, que variam de acordo com a dinâmica das variáveis associadas ao fenômeno e como elas interagem e originam as atratividades oferecidas.

Considerando sua natureza geográfica e sua relação com as divisões políticas e administrativas de regiões e países, é possível classificar o turismo em internacional e nacional em uma definição mais ampla. Rabahy (2020, p. 2) discorre sobre como o significado do turismo em uma economia está, muitas vezes, relacionado ao turismo internacional. Porém, para a maioria dos países, esse último corresponde a uma menor proporção da contribuição econômica total quando comparado ao turismo doméstico.

Sendo assim, torna-se necessária a existência de dados e estudos que auxiliem no entendimento do fenômeno em território nacional, em sua totalidade. Pieri e Netto (2015) afirmam que a análise do turismo em escala local é abordada, basicamente,

por temáticas relacionadas aos pontos positivos e negativos causados à população local. Segundo os autores:

Dentre essas questões estão os impactos ambientais gerados pelo fluxo de turistas sazonais acima da capacidade de carga local; os socioeconômicos, causando inflação, descontinuidade dos empregos locais em função da sazonalidade dos turistas e segregação sócio-espacial; e os culturais, ocasionados pelo menosprezo e desrespeito dos turistas- “não educados para o turismo”- ao modo de vida das populações locais, introdução de novos costumes nas comunidades, etc (Pieri; Netto, 2015, p. 21-22).

Além da observância dos aspectos negativos e positivos, a análise do turismo em escala local também requer considerar o planejamento e a gestão do turismo. Esse planejamento requer que os gestores locais sigam as orientações da política estadual e nacional do turismo. Na perspectiva nacional, a questão do turismo é abordada com um enfoque amplo, considerando a influência estratégica de diversas atividades na economia interna, sem desconsiderar, porém, a influência do planejamento e da gestão do turismo nas dimensões regional e local. Essa dimensão macro pode ainda ser analisada sob duas perspectivas: uma relacionada ao equilíbrio macroeconômico das contas nacionais que, por sua vez, é influenciado pelo fluxo internacional de turistas; e outra referente à importância do fluxo turístico doméstico na geração de empregos e na movimentação econômica interna (Pieri; Netto, 2015).

Tendo em vista as perspectivas de análise de informações úteis ao planejamento e gestão do turismo, cabe destacar algumas iniciativas do poder público voltadas à produção dessas informações. Entre elas, o Observatório Nacional de Turismo, vinculado ao Ministério do Turismo, se destaca por fornecer uma ferramenta interativa para a interpretação e apresentação de dados estatísticos das atividades relacionadas, a partir de diferentes fontes de dados. São fornecidas informações sobre as ocupações formais do setor, o perfil socioeconômico dessas ocupações, e estimativas de chegadas de turistas internacionais ao Brasil.

Além do observatório nacional, também estão presentes diversos observatórios voltados ao estudo do fenômeno do turismo em nível estadual e municipal. Entre eles, encontra-se o Observatório do Turismo de Minas Gerais, uma instância de pesquisa coordenada pela Secretaria de Estado de Cultura e Turismo de Minas (SECULT). Ele tem como objetivos principais o incentivo à inteligência de mercado, à inovação e ao fomento da pesquisa acadêmica em turismo. Sendo assim, além de diversos indicadores voltados à atividade no estado, o observatório disponibiliza estudos e artigos acadêmicos que buscam analisar o fenômeno em Minas Gerais (MG), sob

diversas perspectivas, como, por exemplo, a das políticas públicas de regionalização do turismo.

Em termos de disponibilização de dados relacionados ao tema, destaca-se a PNADc/IBGE, que, desde 2019, disponibiliza diferentes informações sobre a prática do turismo nos domicílios aos quais é aplicada. Implantada experimentalmente em 2011, e estabelecida em caráter definitivo em 2012, a PNADc visa acompanhar as flutuações de periodicidade mensal, trimestral ou anual de diversos indicadores úteis à análise do desenvolvimento socioeconômico no país. Apesar da coleta dos dados relacionados ao turismo ainda ser recente, atualmente, já é possível a realização de diferentes análises a partir da PNADc/IBGE, como as relacionadas ao perfil dos turistas e à origem e destino destes. Por outro lado, devido ao tamanho da amostra, não é possível análises em níveis mais altos de desagregação de seus domínios, devido à limitação da precisão dos dados disponibilizados. Ressalta-se, que mesmo com as limitações, a introdução do suplemento de turismo nessa pesquisa representou um avanço na área dado que não existia até então no país uma iniciativa de pesquisa amostral domiciliar dessa magnitude para investigar o turismo doméstico.

Apesar das diferentes iniciativas públicas para a promoção do estudo e da melhoria do entendimento das atividades turísticas no Brasil, o tema ainda carece de estudos em diferentes perspectivas e níveis de agregação ou desagregação no cenário nacional. Entre os problemas ainda pouco analisados em nível nacional, estão aqueles relacionados ao fluxo dos turistas entre regiões brasileiras com base nas motivações para a realização dessas viagens. Atualmente, estudos brasileiros de fluxo ficam limitados ao utilizarem pesquisas não-probabilísticas que não podem ser generalizados, diferentemente dos dados que passaram a ser fornecidos pela PNADc.

A escassez de estudos que façam uma análise do fluxo turístico em nível nacional, mais especificamente em uma desagregação por estados, é um fator limitante ao entendimento desse fenômeno no país, especialmente diante da sua mencionada natureza multidisciplinar. Este trabalho propõe enfrentar, justamente, essa escassez e essa limitação. Procura-se determinar qual é o atual fluxo de turistas entre as UF brasileiras nos últimos anos em termos quantitativos, considerando as diferentes modalidades de turismo praticadas pelos viajantes e suas principais características. Dessa forma, essa pesquisa objetiva determinar o fluxo turístico entre as UF brasileiras, a partir dos dados disponibilizados pela PNADc/IBGE para os anos

de 2020, 2021 e 2023, de modo a determinar as UFs emissoras e receptoras de turistas.

Considerando o ineditismo desse estudo na literatura brasileira, tanto em termos de dimensão espacial, quanto de associação entre informações de fluxo e perfil turístico, espera-se que esse estudo possa auxiliar na formulação de políticas públicas e ações do poder público voltadas ao fomento do turismo brasileiro. Além disso, espera-se também que sua contribuição acadêmica possa auxiliar na expansão e aprimoramento de estudos semelhantes, que possam também associar demais variáveis contidas no pluralismo dimensional do turismo.

A organização deste trabalho está estruturada em capítulos, incluindo a presente introdução. O capítulo 2 apresenta o referencial teórico, discutindo conceitos fundamentais sobre turismo, fluxo turístico e as especificidades do turismo doméstico no Brasil. O capítulo 3 detalha a metodologia empregada, incluindo a descrição dos dados da PNADc, o plano amostral, as técnicas de acúmulo de dados e os critérios de análise estatística. O capítulo 4 traz a análise e discussão dos resultados, destacando os padrões de fluxo turístico entre as Unidades Federativas, as finalidades das viagens e os meios de transporte mais utilizados. Por fim, o capítulo 5 apresenta as considerações finais, abordando as contribuições do estudo, as limitações enfrentadas e as perspectivas para pesquisas futuras.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Segundo Netto (2009), o turismo é um conceito de difícil definição, e ainda não há consenso entre os pesquisadores, estando relacionado a outros conceitos, como o lazer, entretenimento, hospitalidade e recreação. Cada pesquisador toma como base os paradigmas e suposições relacionadas às ciências em que se graduou, gerando divergências quanto à conceituação. A necessidade de se obter uma definição precisa sobre o turismo reside em vários propósitos, uma vez que é necessário definir a abrangência de um fenômeno para estudá-lo sistematicamente. Outro importante propósito é o estatístico, considerando que um fenômeno deve ser definido para ser mensurado, e, na prática, a mensuração é determinada pelas técnicas de estatísticas disponíveis.

A dificuldade em definir o fenômeno do turismo também é explicitada no trabalho de Pakman (2014). O autor destaca que uma ciência precisa de um objeto bem delimitado para existir como tal, sendo que esse objeto deve preceder a teorização científica. Buscando superar tal limitação, e evitar que cada pesquisador tenha que realizar um trabalho prévio de revisão dos diversos conceitos do fenômeno, costuma-se adotar as definições de instituições e autores renomados da área. Entre essas instituições, destaca-se a Organização Mundial do Turismo (UNWTO, [s.d.]), que em seu glossário sobre termos turísticos define que:

O turismo é um fenômeno social, cultural e econômico que envolve o deslocamento de pessoas para países ou lugares fora de seu ambiente habitual, seja por motivos pessoais ou profissionais/negociais. Essas pessoas são chamadas de visitantes (que podem ser turistas ou excursionistas; residentes ou não residentes) e o turismo está relacionado às suas atividades, algumas das quais envolvem gastos turísticos.

Pakman (2014) sugere que a definição de turismo proposta pela UNWTO, voltada principalmente para a padronização da produção estatística entre os países, pode limitar o desenvolvimento do turismo como área de estudo acadêmico ao priorizar aspectos quantificáveis sobre uma construção teórica mais ampla. No entanto, é importante reconhecer que uma definição que permita mensuração e comparabilidade internacional oferece benefícios significativos, facilitando a análise e o monitoramento do setor em diferentes contextos. Embora uma abordagem focada na padronização estatística possa não contemplar todos os aspectos teóricos do turismo, ela cumpre um papel essencial ao fornecer uma base comum para que os

dados possam ser compreendidos e utilizados globalmente, apoiando tanto a pesquisa acadêmica quanto a formulação de políticas públicas.

Tendo em vista as atuais limitações quanto a uma definição unificada sobre o que consiste o turismo, bem como os objetivos propostos neste trabalho, serão adotadas as definições estabelecidas pelo IBGE que se baseia nas recomendações internacionais. No glossário das notas técnicas relativas à PNADc, esse instituto define o turismo como o “conjunto de atividades realizadas por pessoas durante suas viagens e estadias em lugares distintos do seu entorno habitual, por um período de tempo consecutivo inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios, entre outras” (IBGE, 2021, p. 109). Em relação à definição de turistas, o mesmo glossário a estabelece como:

“Pessoa que se desloca para fora de seu local de residência permanente por mais de 24 horas, pernoita, por motivo outro que não o de fixar residência ou exercer atividade remunerada, e realiza gastos de qualquer espécie com renda recebida fora da região visitada” (IBGE, 2021, p. 109).

A adoção de ambas as definições é compatível com a proposta de trabalho utilizando os dados de pesquisas amostrais disponibilizados pelo IBGE. Elas também permitem a análise teórica dos potenciais padrões e tendências a serem obtidos, delimitando o período e espaço do turismo como objeto de estudo.

## **2.1 Fluxo Turístico e Turismo Emissivo e Receptivo**

O conceito de fluxo turístico refere-se ao deslocamento de pessoas de um local para outro, abrangendo tanto as motivações pessoais quanto as profissionais. Barbosa (2005) destaca que o espaço geográfico é o principal objeto de consumo da atividade turística, visto que o turista deve se deslocar até o lugar turístico para consumi-lo. Esse movimento gera impactos em três áreas geográficas: os polos emissores, os espaços de deslocamento e os núcleos receptores. Assim, o fluxo turístico pode ser compreendido como o conjunto de deslocamentos de turistas de uma origem comum para diferentes destinos (Motta, 2011).

Os fluxos turísticos podem ser classificados de várias maneiras, mas uma das formas mais tradicionais é dividi-los em emissivos e receptivos, dependendo da função que cada região exerce no processo. Regiões emissoras são aquelas que enviam turistas para outros locais, enquanto regiões receptoras são aquelas que os recebem. No entanto, conforme Barbosa (2005), raramente uma região é exclusivamente emissora ou receptora. É mais adequado falar de regiões

predominantemente emissoras e receptoras, visto que ambas as funções podem coexistir. Regiões economicamente mais desenvolvidas tendem a ser grandes emissoras de turistas, ao passo que aquelas com menos desenvolvimento econômico, mas com atrativos turísticos, atuam como receptoras.

A dinâmica entre regiões emissoras e receptoras também está relacionada a fatores socioeconômicos. Segundo Motta (2011), regiões mais ricas tendem a ser emissores de turistas, enquanto regiões com infraestrutura turística adequada se configuram como receptoras, mesmo que suas condições econômicas sejam menos favoráveis. Além disso, os fluxos turísticos podem ser classificados de acordo com a escala geográfica, como regional, nacional ou internacional, o que revela, em grande parte, as distâncias percorridas pelos turistas.

Rabahy (2020) observa que há uma concentração dos fluxos turísticos internacionais em países mais desenvolvidos. A maioria dos emissores de turistas e das receitas provenientes do turismo está concentrada em nações ricas, como os Estados Unidos e a Alemanha, refletindo a elasticidade-renda dessa atividade. As viagens intracontinentais, predominantemente entre países mais próximos, tendem a ter menor gasto per capita, enquanto as viagens intercontinentais, mais distantes, apresentam maior tempo de permanência e maior gasto. Esse padrão se verifica também no Brasil, que recebe majoritariamente turistas da América do Sul, mas ocupa uma posição marginal no turismo receptivo global, com pouca participação dos principais emissores mundiais (Rabahy, 2020).

## **2.2 Atividades características do turismo e a dimensão espacial do turismo**

Definem-se as Atividades Características do Turismo (ACT) como o conjunto de atividades que concentram a maior parte dos gastos realizados pelos turistas. Elas são classificadas em nove grupos, de acordo com a classificação proposta pelo IBGE, a saber: serviços de alimentação; atividades recreativas, culturais e desportivas; transporte aquaviário e serviços auxiliares dos transportes; atividades de agências e organizadores de viagens; transporte ferroviário; transporte rodoviário; transporte aéreo; serviços de alojamento; aluguel de bens móveis (IBGE, 2012). Sendo assim, as ACT formam grupos bastante heterogêneos, apenas sendo possível realizar seus agrupamentos e análises a partir da identificação dos produtos classificados como característicos do turismo, em sua produção principal. Por sua vez, esses

produtos são identificados por terem como característica principal a significativa redução de suas produções na ausência de atividade turística (IBGE, 2012).

Apesar de definidas e agrupadas, apresenta-se como desafio para a análise e a produção de dados econômicos sobre essas atividades o fato de que nem toda a produção gerada nas ACT está associada à atividade turística, o que não ocorre em outros setores da economia (Coelho; Sakowski, 2014). Em grupos como os de alimentação ou cultura e lazer, por exemplo, a maior ou menor destinação do consumo realizado pelos turistas varia com as características locais. Em áreas com algum atrativo próximo ou rota do fluxo turístico, é possível que os estabelecimentos estejam mais voltados ao atendimento de não-residentes. Por outro lado, o oposto também pode acontecer, e grande parte da atividade pode ser destinada exclusivamente a residentes. Dessa forma, o fator geográfico destaca-se na diferenciação dentro dos grupos das ACTs quanto a intensidade do atendimento aos turistas.

O trabalho envolvendo a dimensão espacial do turismo requer o apontamento de potencialidades, indicação de fluxo e quantificação de oferta das localidades. Porém, por se tratar de um fenômeno de natureza geográfica, é também indispensável considerar a complexidade das relações que são estabelecidas no local de interesse. Nesse sentido, a análise geográfica desenvolvida pelo profissional do turismo deve abranger o entendimento de como se processam questões relacionadas aos fatores de localização, clima, vegetação, morfologia, recursos hídricos, elementos da cultura, questões socioeconômicas, entre outros (Teles, 2009).

Para compreender efetivamente a distribuição da oferta no espaço, bem como os diferentes fluxos gerados pela demanda em um modelo que considere como destino a cidade ou o campo, é necessário associar essa distribuição às categorias geográficas. Em relação a essas categorias, a atividade turística pode ser motivada por variáveis de caráter natural ou cultural, que determinam o potencial e podem originar os atrativos. Nesse contexto, a formação de uma localidade turística e as implicações das atividades associadas envolvem questões econômicas e de oferta turística (Teles, 2009). Esses são aspectos que podem ser levantados como motivos de viagem e contribuem para a construção do perfil turístico.

### **2.3 Turismo internacional e turismo doméstico**

Segundo a UNWTO (2015 *apud* Bayih; Singh, 2020), o turismo pode ser categorizado como internacional e doméstico. Enquanto o turismo internacional

compreende as atividades de turistas residentes e não residentes fora de seus países de origem, o turismo doméstico envolve as atividades de turistas residentes de um determinado país dentro do território deste.

Atualmente, o turismo doméstico corresponde à maior parcela do turismo praticado em nível global; porém, este é colocado em segundo plano em termos de políticas públicas e pesquisas. Tendo em vista que o turismo internacional é altamente sensível a aspectos tanto nacionais quanto internacionais, é fundamental que a promoção do seu desenvolvimento sustentável seja complementada pelo desenvolvimento do turismo doméstico (Bayih; Singh, 2020).

O turismo brasileiro apresenta grande potencial de crescimento e continuidade de suas atividades, por meio do fortalecimento do próprio mercado interno. Assim, o turismo internacional associado ao país também é beneficiado, uma vez que aproveita a estrutura desenvolvida e sustentada pelo mercado nacional. Nesse cenário, o mercado interno e externo não funcionam de forma independente e muito menos se excluem, pois ambos se beneficiam da interação mútua que promove melhoria das condições do turismo em geral. Para que esse cenário se concretize, é necessário um estabelecimento de estratégias para os dois tipos de turismo emissivo (nacional e internacional) associadas a estratégias para cada uma das regiões receptoras do país, de acordo com o tipo de atrativos que oferecem e com os diferentes tipos de segmentos de consumo-alvo (Rabahy, 2020).

#### **2.4 Características do turismo doméstico no Brasil**

O turismo doméstico no Brasil representa não apenas uma importante fonte de renda e emprego, mas também um fator relevante para a integração social e econômica entre regiões desiguais. Conforme discutido por Haddad, Porsse e Rabahy (2013), as viagens internas no país geram uma redistribuição significativa de recursos das áreas mais ricas para as mais pobres. Em particular, o Nordeste, apesar de contribuir com uma parcela menor do PIB nacional, é um dos principais destinos de brasileiros de outras regiões, em especial do Sudeste, que se destaca como principal emissor de turistas. Esse fluxo turístico cria um efeito redistributivo que transfere renda das regiões mais ricas para as menos desenvolvidas, contribuindo para a redução das desigualdades regionais e promovendo o crescimento econômico local. Em números, estima-se que o impacto líquido das despesas turísticas no Nordeste, que corresponde à diferença entre as despesas de turistas na região e as despesas de

residentes em outras regiões, é positivo e equivalente a 87,6% do total das despesas turísticas na região, destacando a importância do turismo para a economia regional. (Haddad; Porsse; Rabahy, 2013).

Outro aspecto relevante do turismo doméstico brasileiro é o perfil das viagens e motivações dos turistas. Andrade (2007) identifica o lazer como o principal motivo das viagens internas, com um grande número de deslocamentos motivados por visitas a familiares e amigos. Também são apontados os fatores motivacionais à realização das viagens turísticas, como a quantidade de atrações locais e a distância entre origem e destino são fundamentais para a escolha do destino. A distância atua, em especial, como uma variável econômica que pode limitar ou incentivar as viagens, pois deslocamentos mais longos implicam em um custo maior. Em contrapartida, viagens entre destinos próximos tendem a ser mais viáveis economicamente, incentivando assim as viagens intra-regionais. Além disso, a renda também é um fator determinante, dado que turistas com maior poder aquisitivo tendem a buscar destinos mais distantes ou com maior infraestrutura, enquanto turistas de menor renda preferem destinos mais acessíveis, reforçando o perfil intra-regional das viagens no Brasil (Andrade, 2007).

Associado às viagens de lazer, o litoral brasileiro configura-se como um eixo central do turismo doméstico, destacando-se pela combinação de elementos naturais e culturais que são, ao mesmo tempo, atrações e símbolos nacionais. Pegas, Weaver e Castley (2015) descrevem a “periferia de lazer litorânea” (LPP - *littoral pleasure periphery*) como uma área dominada por atividades de lazer e veraneio, que exerce grande apelo sobre os turistas domésticos. O litoral brasileiro, especialmente no Nordeste, é privilegiado por uma geografia que oferece praias de grande beleza e um clima tropical atrativo, além de uma rica herança cultural associada ao veraneio. Essas características fazem das praias um recurso estratégico para o turismo interno e uma parte importante da identidade cultural nacional. Frente a esse potencial, a continuidade da expansão da LPP se dá com a colaboração do governo, que investe em infraestrutura e incentiva o turismo como uma forma de promover o desenvolvimento econômico, especialmente no Norte e Nordeste. Porém, cabe destacar que nem sempre esses investimentos resultam em benefícios homogêneos para as populações locais, sendo comum o aumento dos custos de vida e problemas de sustentabilidade ambiental associados ao desenvolvimento turístico (Pegas; Weaver; Castley, 2015).

A evolução do turismo doméstico no Brasil também é fortemente influenciada por questões políticas e econômicas. Segundo Pinto e Guzmán (2021), o setor turístico brasileiro, apesar de seu crescimento e institucionalização desde a década de 1960, enfrenta limitações estruturais que impactam diretamente o fluxo de turistas. Entre essas limitações estão a instabilidade e a desigualdade econômica, que tornam o turismo inacessível a uma parcela da sociedade devido às disparidades na distribuição de renda e ao alto custo de alguns destinos; a infraestrutura deficiente, que compromete o transporte, a hospedagem e os serviços turísticos, dificultando o acesso a destinos e a qualidade da experiência do visitante; e a ausência de planejamento estratégico e políticas públicas consistentes, que prejudicam o crescimento ordenado e sustentável do setor. Além disso, fatores como o Plano Real de 1994, o ajuste fiscal de 2003 e a recessão de 2015-2016 resultaram em uma retração do turismo interno, evidenciando a vulnerabilidade do setor frente às condições nacionais. Esses eventos não apenas diminuem o número de viagens, mas também refletem em limitações de investimento no setor, que, historicamente, recebeu pouca atenção em termos de políticas de longo prazo. Ainda segundo Pinto e Guzmán (2021), a combinação desses fatores limita o crescimento sustentável do turismo no país, mesmo em um cenário de diversidade natural e cultural atrativa para visitantes.

## **2.5 Turismo e pandemia**

A pandemia de COVID-19, oficialmente reconhecida pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em março de 2020, afetou significativamente diversos setores econômicos em nível global, sendo o turismo um dos mais impactados devido à necessidade de deslocamento inerente à sua natureza. Durante a pandemia, o turismo se tornou um importante fator de propagação do vírus, já que as viagens contribuíram para sua rápida disseminação em escala global. Nesse contexto, a adoção de medidas restritivas para conter a transmissão resultou na restrição de viagens e no fechamento de fronteiras, causando impactos negativos expressivos ao setor (Grimm et al., 2022; Oliveira, 2021, p. 190-222). Para fins de comparação, segundo dados da Organização das Nações Unidas (ONU, 2019), em 2019 o setor registrou um crescimento de 4% em chegadas de turistas internacionais em relação ao ano anterior e gerava 5 bilhões de dólares em receitas diariamente. Por outro lado, em 2021, as viagens globais caíram 72%, retornando a níveis observados há 30 anos

antes, caracterizando o pior ano já registrado para o setor. Houve uma recuperação de 5% nas chegadas de turistas internacionais em 2021, mas o número ainda representou uma queda de 71% em relação a 2019 (UNWTO, 2024).

Impactos negativos também foram verificados no turismo doméstico brasileiro, uma vez que, assim como ocorreu no resto do mundo, medidas restritivas para o combate à propagação do vírus também foram adotadas pelas diferentes esferas governamentais nacionais. Algumas consequências econômicas da redução da atividade turística foram retratadas em um estudo realizado pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), indicando que em 2020 o turismo brasileiro sofreu quedas expressivas em sua receita, sendo o mais afetado pela redução da atividade econômica ocorrida no período de pandemia. Entre janeiro e fevereiro daquele ano o setor acumulou queda de 68% em suas receitas em relação ao mesmo período de 2019, alcançando certa reação nos meses subsequentes. Ainda assim, essa recuperação não foi suficiente para que o setor retornasse a níveis de faturamento pré-pandemia, fechando o ano de 2020 em um nível 30% abaixo (CNC, 2021). Em 2023, o turismo no Brasil cresceu 6,9% em relação ao ano anterior, mostrando uma recuperação no setor (IBGE, 2023).

Do ponto de vista individual, a percepção de risco foi decisiva para as mudanças nas intenções de viagem e na escolha dos destinos. De Sousa, Pais e Viana (2023) destacam que, em um cenário de pandemia, diversos fatores influenciam a percepção de risco dos turistas em relação aos destinos e às atividades turísticas. Entre esses fatores, as diretrizes governamentais para conter a propagação do vírus e a confiança dos indivíduos nas autoridades desempenham um papel fundamental, moldando as intenções de viagem ao incentivar a adoção de medidas de prevenção. Quanto às características demográficas, observa-se que a percepção de risco é maior entre pessoas em faixas etárias mais elevadas, que são naturalmente mais vulneráveis a problemas de saúde, além de ser mais acentuada em mulheres do que em homens. O rendimento também é um fator significativo, pois está relacionado à capacidade de empregar recursos para evitar ou minimizar a exposição ao risco. De modo geral, a percepção dos indivíduos sobre a duração esperada da pandemia e a probabilidade de contrair o vírus foram fatores fundamentais para as intenções de viagem em 2020 e 2021 (Golets et al., 2021 *apud* De Sousa; Pais; Viana, 2023).

Diante da percepção de risco e das restrições de viagem impostas pela pandemia, houve uma tendência de priorização por destinos próximos, que

oferecessem atividades com maior distanciamento social (De Sousa, Pais e Viana, 2023). Já no primeiro ano da pandemia, Ionnides e Gymóthy (2020) observaram que muitas pessoas passaram a realizar esse tipo de viagem, afirmando que os turistas tenderiam a buscar destinos mais próximos de seus domicílios devido à apreensão causada pela crise. Isso evidenciou a importância do turismo doméstico para a recuperação da economia nacional. Essa preferência foi essencial para que o turismo interno tivesse maior influência na recuperação do setor em comparação ao turismo internacional. Especialistas apontam que o turismo local e as viagens de curta distância, junto com atividades ao ar livre, experiências na natureza e turismo rural, foram algumas das principais tendências que impulsionaram o setor em 2022 (UNWTO, 2024).

No âmbito doméstico, dados da Agência Nacional de Aviação Civil, publicados pelo Radar do Turismo (Brasil, 2022), indicam um crescimento de 22,3% na movimentação de passageiros nos aeroportos do Brasil em janeiro de 2022, em comparação ao mesmo período de 2021. No entanto, ao comparar os números de 2022 com janeiro de 2020, houve uma queda de 20,3% no total de passageiros. A taxa de ocupação dos voos domésticos, por outro lado, aumentou de 74,4% em dezembro de 2021 para 77,5% em janeiro de 2022. Em relação ao transporte rodoviário, o relatório do Radar do Turismo, com base em dados da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), revelou que o total acumulado de passageiros nas rodoviárias do Brasil até setembro de 2021 cresceu 5,35% em comparação ao mesmo período de 2020. No entanto, em relação a 2019, o acumulado foi 58,2% menor (Brasil, 2022).

Os dados sobre a movimentação de passageiros, tanto por via aérea quanto terrestre, revelam que o turismo doméstico começou a se recuperar em 2021, ainda sob o impacto da pandemia. Com as novas preferências dos turistas, que priorizavam viagens mais próximas, em ambientes com baixa aglomeração e que seguissem medidas de biossegurança, diferentes modalidades turísticas foram afetadas de maneiras distintas pela pandemia. Um estudo de Santos, Campos e Rodrigues (2022), que analisou os impactos da pandemia no turismo do Nordeste, uma região conhecida pelo turismo de sol e praia, constatou que a região manteve sua relevância no cenário turístico nacional durante o período. A pesquisa “Turismo em Tempos de Pandemia” revelou que as viagens rodoviárias interestaduais e os deslocamentos dentro do próprio estado foram os principais responsáveis pelo fluxo de turistas em busca de

lazer, impulsionando o turismo durante os períodos mais críticos da pandemia. Entre os 651 entrevistados da região Nordeste, apenas 19,5% optaram por viagens de longa distância, enquanto a maioria preferiu viajar dentro do próprio estado ou para estados vizinhos (Santos; Campos; Rodrigues, 2022).

No que diz respeito ao turismo de negócios e eventos, o estudo de Grimm *et al.* (2022) analisou o impacto da pandemia no setor turístico de Curitiba, reconhecida como um importante destino dessa modalidade. O setor de eventos foi o mais afetado, com atividades suspensas durante a maior parte do período entre março e dezembro de 2020. O setor de hospedagem também sofreu grandes impactos. Embora a legislação municipal não tenha determinado a interrupção dos serviços de hospedagem, limitando apenas a ocupação a 50% da capacidade total, houve uma significativa queda no número de hóspedes devido às restrições de viagem. Esse cenário refletiu-se na diminuição do fluxo de visitantes para a cidade. No transporte aéreo, por exemplo, em abril de 2020, houve uma redução de 94% nos pousos nacionais, com uma recuperação lenta e gradual nos meses seguintes. Em dezembro do mesmo ano, o número de pousos nacionais ainda era 82% menor em comparação ao mesmo mês de 2019. O transporte rodoviário seguiu o mesmo padrão do aéreo, com uma queda contínua de janeiro a abril, seguida por uma recuperação gradual nos meses posteriores.

### **3 METODOLOGIA**

Para obter as respostas do problema de pesquisa especificado para esse estudo adotou-se como base de dados principal a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADc). Assim, será apresentado sobre o processo de coleta de dados da PNADc, seu plano amostral, esquema de rotação e critérios para seleção dos domicílios e unidades primárias de amostragem (UPA). Devido uma questão relacionada a precisão das informações, será discutida uma estratégia de acumulação de dados amostrais complexos, de forma que aumentem a confiabilidade das estimativas em áreas menores. Por fim, será descrita a estruturação da análise dos dados, detalhando o uso de ferramentas estatísticas, como o R, R Studio e pacotes especializados para manipulação dos dados, obtenção das estimativas e cálculo dos coeficientes de variação levando em consideração o plano amostral.

#### **3.1 Pesquisas amostrais – PNADc**

A PNADc possui abrangência geográfica em todo o território nacional e considera os setores censitários da Base Operacional Geográfica de 2010. Dentro de sua área de abrangência são excluídos os setores das áreas classificadas com características especiais, como: quartéis, bases militares, alojamentos, acampamentos, aldeias indígenas, embarcações, penitenciárias, colônias penais, presídios, asilos, orfanatos, conventos, hospitais, entre outros. Além disso, essa pesquisa constitui um dos pilares básicos do Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares (SIPD), implantado pelo IBGE para aprimorar seu sistema de levantamento de informações. O SIPD contempla a constituição de uma amostra mestra que atende a todas as pesquisas domiciliares (IBGE, 2014).

A partir da amostra mestra são constituídas subamostras específicas para as pesquisas do SIPD. A PNADc, utilizada nesse trabalho, faz uso de 100% das UPA do SIPD em seu planejamento decenal, das quais são selecionadas 14 unidades domiciliares das UPAs sorteadas para entrar na amostra trimestral. Esses domicílios são selecionados a partir do Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos - CNEFE, que permite a localização e identificação das edificações contidas na área de interesse. A cada trimestre são investigados 211 mil domicílios, selecionados a partir de cerca de 16 mil setores censitários (IBGE, 2021).

O plano amostral da PNADc, que compreende as regras e ações para seleção da amostra, é estruturado em dois estágios de seleção, acompanhados da estratificação das UPA. Essas unidades são selecionadas com probabilidade proporcional ao número de domicílios em cada estrato estabelecido, seguindo a estratificação adotada em todo o SIPD. A seleção inicial é realizada a partir de um cadastro mestre que fornece informações sobre características sociodemográficas e divisão administrativa das UPA (IBGE, 2014).

Objetivando permitir a inferência sobre a mudança de indicadores trimestrais, a coleta da amostra total de domicílios ocorre a cada três meses na PNADc. Nesse caso, as coletas são realizadas em um esquema de rotação em que há uma porcentagem de sobreposição de domicílios entrevistados entre dois trimestres subsequentes de divulgação (80%) e entre os mesmos trimestres em anos subsequentes (20%). Isso garante a realização de análises comparativas em que as potenciais mudanças verificadas nos indicadores não sejam originadas de uma mudança completa da amostra. Para a PNADc foi adotado o esquema de rotação 1-2(5), considerado o mais eficiente na inferência sobre a mudança de indicadores trimestrais. Nesse esquema, cada domicílio é entrevistado em um mês, sai da amostra por outros dois meses seguidos e retorna no mês seguinte, sendo essa sequência repetida cinco vezes. A cada mês do trimestre cinco grupos dessa amostra são pesquisados, sendo a amostra acumulada ao final do período para a produção dos indicadores (IBGE, 2021).

A coleta de informações sobre o turismo nos domicílios ocorre na segunda entrevista, das cinco previstas para cada domicílio, e capta informações sobre viagens ocorridas em até três meses antes da entrevista. A Figura 1 demonstra o esquema de rotação trimestral para cinco grupos, iniciado no último trimestre de 2019 (considerando que a rotação já estava em andamento) e concluído no último trimestre de 2023. O esquema representado na figura pode ser entendido como uma simplificação do 1-2(5), considerando que cada grupo de domicílios (d) será entrevistado apenas uma vez no trimestre, independentemente do mês que esteja ocorrendo a visita ao domicílio.

**Figura 1:** Esquema simplificado de rotação da PNADc (2019-2023)

Grupos de Rotação	Trimestres															
	1-20	2-20	3-20	4-20	1-21	2-21	3-21	4-21	1-22	2-22	3-22	4-22	1-23	2-23	3-23	4-23
1	d = 6 e = 1	d = 6 e = 2	d = 6 e = 3	d = 6 e = 4	d = 6 e = 5	d = 11 e = 1	d = 11 e = 2	d = 11 e = 3	d = 11 e = 4	d = 11 e = 5	d = 16 e = 1	d = 16 e = 2	d = 16 e = 3	d = 16 e = 4	d = 16 e = 5	d = 21 e = 1
2	d = 2 e = 5	d = 7 e = 1	d = 7 e = 2	d = 7 e = 3	d = 7 e = 4	d = 7 e = 5	d = 12 e = 1	d = 12 e = 2	d = 12 e = 3	d = 12 e = 4	d = 12 e = 5	d = 17 e = 1	d = 17 e = 2	d = 17 e = 3	d = 17 e = 4	d = 17 e = 5
3	d = 3 e = 4	d = 3 e = 5	d = 8 e = 1	d = 8 e = 2	d = 8 e = 3	d = 8 e = 4	d = 8 e = 5	d = 13 e = 1	d = 13 e = 2	d = 13 e = 3	d = 13 e = 4	d = 13 e = 5	d = 18 e = 1	d = 18 e = 2	d = 18 e = 3	d = 18 e = 4
4	d = 4 e = 3	d = 4 e = 4	d = 4 e = 5	d = 9 e = 1	d = 9 e = 2	d = 9 e = 3	d = 9 e = 4	d = 9 e = 5	d = 14 e = 1	d = 14 e = 2	d = 14 e = 3	d = 14 e = 4	d = 14 e = 5	d = 19 e = 1	d = 19 e = 2	d = 19 e = 3
5	d = 5 e = 2	d = 5 e = 3	d = 5 e = 4	d = 5 e = 5	d = 10 e = 1	d = 10 e = 2	d = 10 e = 3	d = 10 e = 4	d = 10 e = 5	d = 15 e = 1	d = 15 e = 2	d = 15 e = 3	d = 15 e = 4	d = 15 e = 5	d = 20 e = 1	d = 20 e = 2

ocorrência de entrevista sobre o turismo  
 período sem realização de entrevista sobre o turismo

Fonte: elaboração própria, adaptada de IBGE (2014)

A entrevista sobre turismo (e = 2) é realizada em diferentes grupos de rotação e domicílios, de modo que os dados coletados não se sobrepõem, diferentemente de outros temas investigados, que podem ser repetidos em diferentes entrevistas. A partir da Figura 1, é possível observar que os resultados anualizados de 2020 consistem nas respostas dos grupos de domicílios 5 ao 8; para o ano de 2021, dos grupos 9 ao 12; e, para o ano de 2023, dos grupos 17 ao 20.

Ressalta-se que a investigação do turismo não produziu resultados para o ano de 2022 devido às complicações na amostra durante o período da pandemia. Além disso, é válido mencionar que, em 2019, a PNADc produziu os primeiros resultados do suplemento de turismo; porém, a pesquisa foi realizada no 3º trimestre de 2019 e, posteriormente, para maior captação das viagens em todos os meses do ano, passou a ser realizada em uma entrevista específica. Assim, os resultados de 2019 não foram considerados neste estudo, devido à impossibilidade de anualizar esses dados.

A seleção de dados amostrais em dois estágios, assim como o esquema de rotação adotado na pesquisa, também influencia a determinação dos pesos amostrais. O cálculo dos pesos associados a cada unidade selecionada combina o peso da UPA, o peso dos domicílios (que leva em conta o peso básico e o ajuste para perdas por não resposta) e o peso ajustado por calibração. O peso da UPA é baseado em sua probabilidade de seleção, proporcional ao número de domicílios. Adicionalmente, para estimativas anuais, como as de turismo, a acumulação de dados trimestrais utiliza 80% da amostra, e o peso da UPA é corrigido para acomodar essa compensação. O peso dos domicílios reflete suas probabilidades de seleção, considerando não apenas a probabilidade das UPA, mas também a dos domicílios dentro delas, e é ajustado

para compensar as perdas por não resposta. Por último, o peso ajustado por calibração é calculado de forma a garantir que o total populacional coincida com a estimativa produzida pela Coordenação de População e Indicadores Sociais (COPIS) da Diretoria de Pesquisas (IBGE, 2014).

### **3.2 Precisão das estimativas e o acúmulo de amostras**

A precisão das informações é essencial em pesquisas estatísticas, pois garante que os resultados obtidos reflitam de maneira confiável a realidade analisada, servindo como base sólida para tomadas de decisão, formulação de políticas públicas e alocação de recursos. Em áreas pequenas, no entanto, a precisão é frequentemente comprometida devido ao tamanho reduzido das amostras, que pode gerar estimativas instáveis ou de baixa significância estatística. Esse problema decorre da insuficiência de dados representativos para regiões ou domínios de análise, o que aumenta a variabilidade das estimativas e reduz a confiança nos resultados obtidos.

Para contornar essa limitação, métodos de acumulação de amostras, como o uso de dados de períodos consecutivos ou técnicas de modelagem estatística, podem ser aplicados, permitindo maior confiabilidade nas análises ao compensar a escassez de informações isoladas em áreas menores (Ahmed, 2024). Contudo, a acumulação de amostra precisa fazer sentido para as estatísticas em estudo, dado que existem um caráter conjuntural ou estrutural daquela informação, que se for necessário esperar ter amostra suficiente, pode perder o significado. Assim, nessa pesquisa, adota-se como pressuposto que os fluxos de viagens não alteram consideravelmente entre os anos, de forma que ao acumular dois ou três anos de amostra, isso ainda pode refletir um padrão do turismo.

O uso de amostras sucessivas é aplicado para criar amostras parcialmente distintas ao combinar amostras de diferentes ocasiões sucessivas. Nesse processo, novos elementos são incorporados à amostra gerada, enquanto outros podem ser descartados em relação à amostra de referência inicial. Esse esquema possibilita o aproveitamento das informações relevantes contidas em qualquer uma das amostras originais, contribuindo para melhorar a precisão das estimativas obtidas. A inclusão de informações adicionais provenientes de amostras sucessivas é amplamente reconhecida como uma prática eficaz para aprimorar a qualidade das estimativas, conforme apontado por Ahmed (2024).

Marker (2001) afirma que a combinação de ciclos sucessivos de uma pesquisa é um método menos custoso para o aumento da amostra. O estudo conduzido por Marker (2001) sobre a Pesquisa Nacional de Saúde dos Estados Unidos (NHIS) de 1995 demonstra que a acumulação dos dados da NHIS em três anos pode reduzir significativamente os CV de variáveis estimadas a partir dela. Analisando quatro variáveis estimadas, Marker demonstrou que a acumulação de dois e três anos aumenta expressivamente o número de estados que possuem tamanhos amostrais grandes o suficiente para alcançar CV de 30% e 20%. Por sua vez, CV de 10% não é facilmente alcançado para muitos estados, mesmo com a acumulação de três anos.

Faz-se necessário então definir um método de acumulação de amostras adequado aos dados disponibilizados pela PNADc. Dentre as opções encontradas na literatura, o método de *Rolling Samples* (RS) é descrito por Kish (1999) como um tipo especial de amostras representativas cumulativas. Enquanto estas são restringidas ao desenho amostral de UPA em sua aplicação, RS são projetadas para lidar com estimativas de pequenas unidades espaciais, quando amostras periódicas são acumuladas em amostras anuais ou decenais. Nesse método, a amostra acumulada contém a combinação de F amostras periódicas independentes (não sobrepostas) e cada uma dessas amostras probabilísticas contém uma fração  $f = 1/F$  da população total. Sendo assim, a acumulação das F amostras produz um levantamento mais preciso da população completa.

Objetivando definir como essas amostras serão acumuladas, Kish (1999) considera que a média sobre variações sazonais e aleatórias pode superar tendências seculares para períodos de até dez anos. O autor toma como base um conjunto de pesos  $W_i$  atribuídos a médias anuais  $\bar{y}_i$  considerando uma média decenal  $\bar{y}_t = \sum W_i \bar{y}_i$  ( $i = 0, 1, 2, \dots, 9$ ) e  $\sum W_i = 1$ . Para esse caso, é apontado que atribuir aos pesos das amostras de cada ano  $W_i = 0,1$  é uma boa estratégia, considerando variáveis sem tendências anuais e para domínios pequenos, o que retorna uma média estável ao longo do tempo.

Essa estratégia foi implementada por Alexander (2001) ao acumular cinco anos de amostras anuais da American Community Survey, atribuir pesos de  $W_i = 0,2$  a cada ano. Apesar de ressaltar que Kish (1998) recomenda que outras alternativas também sejam consideradas, o autor justifica sua decisão ao considerar que o problema estatístico em questão é satisfatoriamente resolvido com essa abordagem uma vez

que o seu objetivo é obter estimativas baseadas no desenho amostral, ou também chamada de estimativas diretas, para uma média histórica dos anos considerados.

Considerando a disponibilização de dados trimestrais não sobrepostos sobre turismo pela PNADc, optou-se por adaptar o método de atribuição de pesos iguais às amostras anuais acumuladas. O IBGE já disponibiliza dados completos sobre o tema para os anos de 2020, 2021 e 2023. Dessa forma, a acumulação desses anos aproximadamente triplicará a amostra efetiva, considerando que o quantitativo populacional se mantém relativamente estável durante esse período. Propõe-se, assim, dividir os pesos amostrais de cada ano por três durante a acumulação, mantendo suas proporções originais. Essa divisão segue o método de acumulação de amostras proposto por Kish (1999) e Alexander (2001), objetivando estabelecer uma média trienal atribuindo aos pesos amostrais de cada ano ( $W_i = 0,33$ ). Por fim, para ilustrar usando novamente a Figura 1, os resultados gerados nesse trabalho utilizam as respostas dos grupos de domicílios 5 ao 12 e dos grupos 17 ao 20 e os totais populacionais representam uma média do período.

### 3.3 Estruturação de análise dos dados

Como ferramenta para a análise de dados, será utilizado a linguagem R em sua interface gráfica *R Studio*. Considerando que os dados disponibilizados correspondem a dados amostrais complexos, serão necessários pacotes específicos para o tratamento e análise destes. Entre esses pacotes, será utilizado o PNADc/IBGE (Braga et al., 2024), especificamente criado para fornecer ferramentas de *download*, leitura e análises básicas das amostras complexas contidas na PNADc. Outro importante pacote é o Survey (Lumley, 2024), destacando-se por ser uma ferramenta multifuncional para análise de amostras complexas de pesquisas. Entre suas funcionalidades está o fornecimento de funções para realizar operações estatísticas como estratificações, ponderamentos e agrupamentos.

Os resultados estatísticos serão calculados através do emprego do pacote Survey, principalmente estimativas de totais e proporções. Como já mencionado, é de fundamental importância considerar a precisão dos resultados obtidos, sendo esta também obtida por meio do pacote Survey através do erro padrão e, conseqüentemente, sendo possível calcular o coeficiente de variação (CV) dos resultados. O CV é uma medida relativa de dispersão, expressa como uma porcentagem, calculado pela razão entre o desvio padrão e a média aritmética dos

dados, permitindo avaliar a confiabilidade das estimativas. Valores associados a CV maiores que 30% serão desconsiderados, uma vez que o IBGE os classificou como elevados (CV alto) para estimativas obtidas em investigações estatísticas experimentais com dados da PNADc (IBGE, 2022).

Os cálculos estatísticos neste trabalho utilizam o domicílio como unidade de análise, sendo o questionário elaborado para perguntar sobre as viagens realizadas pelas pessoas residentes naquele domicílio. Assim, os quantitativos de viagens apresentados refletem o número de domicílios nos quais determinada modalidade de viagem foi realizada, seja em nível nacional ou por UF. Vale destacar que, embora os domicílios selecionados pela PNADc possam relatar até cinco viagens, apenas as três com maiores gastos são detalhadas. Dessa forma, as análises das finalidades das viagens e dos meios de transporte utilizados consideram, no máximo, essas três viagens principais.

## 4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Para compreender melhor a dinâmica das viagens turísticas no Brasil, esta seção apresenta dados quantitativos das viagens realizadas entre as UFs brasileiras. São apresentados e explorados os dados da Matriz Origem-Destino dessas viagens, assim como os totais de viagens emitidas e recebidas por UF. Além disso, são analisados os dados classificados por finalidade da viagem nas UFs de origem e destino, bem como o meio de transporte utilizado para o deslocamento até a UF de destino turístico. Foram estimadas um total de 16.418.252 viagens anualizadas para o período analisado. Lembrando que o máximo de informações coletadas são cinco viagens por domicílio brasileiro. O que faz com que na prática o número de viagens em si é muito maior do que esse.

### 4.1 Matriz Origem-Destino das viagens turísticas nas UFs brasileiras

A Tabela 1 apresenta a Matriz Origem-Destino de viagens de turistas, em escala de milhares, detalhando as interações entre as Unidades Federativas (UFs) brasileiras. A matriz é composta por 28 colunas, correspondentes às 27 UF brasileiras de destino da viagem realizada, além de uma coluna adicional que registra a quantidade de viagens com destino internacional (Int.). Por sua vez, as linhas da Matriz correspondem às UFs de origem das viagens. Nesta matriz, os valores com Coeficientes de Variação (CVs) menores ou iguais a 15% foram destacados em verde, enquanto os valores com CVs maiores que 15 e menores ou iguais a 30% foram destacados em amarelo. Já os valores com CVs superiores a 30%, assim como aqueles inexistentes (sem registro de viagem na PNADc), foram desconsiderados na análise principal das dinâmicas de origem e destino das viagens, mas podem ser verificados em vermelho no Apêndice A. Essa Matriz Origem-Destino (OD) proporciona uma análise quantitativa das dinâmicas de mobilidade turística entre as diferentes regiões do Brasil.

**Tabela 1:** Matriz origem-destino do quantitativo de viagens entre UFs

UF	RO	AC	AM	RR	PA	AP	TO	MA	PI	CE	RN	PB	PE	AL	SE	BA	MG	ES	RJ	SP	PR	SC	RS	MS	MT	GO	DF	Int.	
RO	50854	-	2211	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3912	2008	-	-	-	4294	-	-	-	
AC	3492	12621	1689	-	-	-	-	-	-	728	-	-	-	-	-	-	-	-	-	985	-	-	-	-	-	-	-	-	
AM	5189	-	108604	2013	6513	-	-	-	-	2531	-	-	-	-	-	-	-	-	1905	5115	-	-	-	-	-	-	-	-	
RR	-	-	3956	12947	851	-	-	520	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	739	
PA	-	-	8712	-	577628	7832	16564	24162	-	8670	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13027	-	4925	-	-	-	8101	4132	-	
AP	-	-	-	-	5790	9450	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
TO	-	-	-	-	6965	-	70585	9108	-	-	-	-	-	-	-	1680	-	-	-	3534	-	-	-	-	1361	13960	-	-	
MA	-	-	-	-	18832	-	7349	240167	37511	11481	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6307	-	-	-	-	2297	4944	2898	-	
PI	-	-	-	-	-	-	-	17788	263675	22895	-	-	6511	-	-	2850	-	-	-	10879	-	-	-	-	-	-	-	4277	-
CE	-	-	-	-	-	-	-	-	10026	403528	13210	7121	12430	-	-	7966	-	-	6221	17036	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	17094	221521	16593	8797	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PB	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11707	20628	153077	28903	2892	-	2480	-	-	3743	7574	2201	-	-	-	-	-	-	-	-
PE	-	-	-	-	-	-	-	-	3269	16613	19389	28276	283114	27327	-	16692	-	-	2831	17541	-	-	-	-	-	-	-	-	4100
AL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2514	-	-	17973	111404	7415	3887	-	-	-	8579	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6368	19611	128557	26547	-	-	-	7097	-	-	-	-	-	-	-	-	-
BA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12160	-	-	11417	11648	44086	1056251	25008	-	10699	51183	-	-	-	-	-	-	8037	10561	7087
MG	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9069	7507	-	9309	6725	-	77427	1199871	89696	132225	277600	12994	12040	10954	-	-	57108	24282	21868	
ES	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1349	-	-	28278	36101	177148	30299	22993	3303	-	3402	-	-	-	-	-	5249
RJ	-	-	-	-	4166	-	-	3833	-	13512	4631	8911	8802	7585	-	26390	90141	36745	540076	114056	13565	12362	15043	-	-	5147	17302	47121	
SP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	37580	20085	14721	63517	40261	-	131750	304972	11816	220166	2706213	146598	90979	49635	31681	19098	32828	15953	144156	
PR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3954	-	-	4692	3202	-	9974	14303	-	13649	119121	642011	186224	23710	13235	11962	4075	-	25510	
SC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1662	-	-	4641	-	12474	37549	61743	304563	63850	2477	2330	2385	3940	16759	
RS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3785	3565	-	3080	-	-	10874	5427	-	15410	38133	21013	175846	908901	-	-	-	-	28662	
MS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3428	3106	-	3567	35559	19032	9138	2880	126723	6093	4396	-	3984	
MT	5787	-	-	-	5773	-	-	-	-	2066	-	-	-	-	-	2767	-	-	3577	8500	3603	3388	2636	4593	115026	17731	-	-	
GO	-	-	-	-	6596	-	18267	11024	2837	-	-	-	4569	2109	-	24055	30435	-	9509	29351	-	-	5356	-	13067	342013	25955	4539	
DF	-	-	-	-	-	-	4218	5382	7796	8033	3854	4374	5152	6221	-	23933	31504	2826	16236	26935	2842	6435	2376	-	-	67516	-	9015	

Nota: Considera até cinco viagens por domicílio.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNADc 2020, 2021 e 2023.

Verifica-se que algumas Unidades Federativas se destacam pela quantidade expressiva de viagens realizadas, tanto em termos de origem quanto de destino. A análise da matriz de Origem-Destino revelou que São Paulo (SP), Minas Gerais (MG) e Bahia (BA) figuram como as principais Unidades Federativas tanto na emissão quanto no recebimento de turistas, destacando-se por expressivos volumes de viagens internas e interestaduais. São Paulo apresenta o maior número de viagens internas (2.706.213), seguido por Minas Gerais (1.199.871) e Bahia (1.056.251).

Cabe destacar que a maior proporção de viagens para todas as UFs corresponde às viagens internas, a diagonal apresentada na Tabela 1. Algumas UFs se destacaram por registrarem um número expressivo de viagens internas em relação ao total de viagens nelas realizadas, como é o caso do Pará (PA), que registraram um total de 577.628 viagens, representando 82,8% das viagens originadas e 87,4% das viagens recebidas, o que demonstra uma forte mobilidade interna.

A Tabela 1 também apontou fluxos interestaduais significativos, como viagens de São Paulo para Bahia (131.750) e de Minas Gerais para o Espírito Santo (89.696), além de destinos internacionais, que se destacam em estados como São Paulo (144.156) e Rio de Janeiro (47.121). Esses resultados refletem uma dinâmica turística variada, com predominância de viagens internas em algumas regiões e fluxos interestaduais marcantes em outras. Dessa forma, nota-se que, no geral, o registro de viagens em uma determinada UF tende a ser mais significativo quando relacionado à UF da mesma Grande Região (GR) ou de outra próxima. O Amazonas (AM), por exemplo, além de registrar um volume considerável de viagens internas, com 108.604 deslocamentos, também registra relevante número de envios e recebimentos de viajantes para várias outras UFs do Norte, confirmando sua conectividade regional.

Embora as viagens internacionais representem uma menor parcela do total, algumas UFs destacam-se significativamente nesse aspecto. Na região Norte, Roraima (RR), por exemplo, contabiliza 739 viagens com destino a outros países, sendo a única UF da Grande Região (GR) a registrar um número expressivo de deslocamentos internacionais. Por outro lado, as UFs das regiões Sudeste e Sul registraram os maiores quantitativos de viagens ao exterior, com destaque para São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ) e Rio Grande do Sul (RS), que apresentaram os maiores números de viagens internacionais, respectivamente.

Algumas UFs merecem destaque particular quanto à origem e destino de suas viagens. Rondônia (RO) tem como principais destinos o Amazonas (AM), São Paulo

(SP) e Mato Grosso (MT), sem registro significativo de viagens internacionais. O Acre (AC) direciona a maior parte de suas viagens para Rondônia (RO) e Amazonas (AM), também sem participação no turismo internacional. O Amazonas (AM) registra uma forte conexão com Rondônia (RO), Pará (PA) e São Paulo (SP), mantendo-se sem viagens para destinos internacionais. Roraima (RR), além de ser uma origem significativa para viagens ao Amazonas (AM) e Pará (PA), registra 739 viagens internacionais. O Pará (PA) também apresenta forte conectividade com o Amazonas (AM), Maranhão (MA) e São Paulo (SP), sem registro de viagens para fora do país.

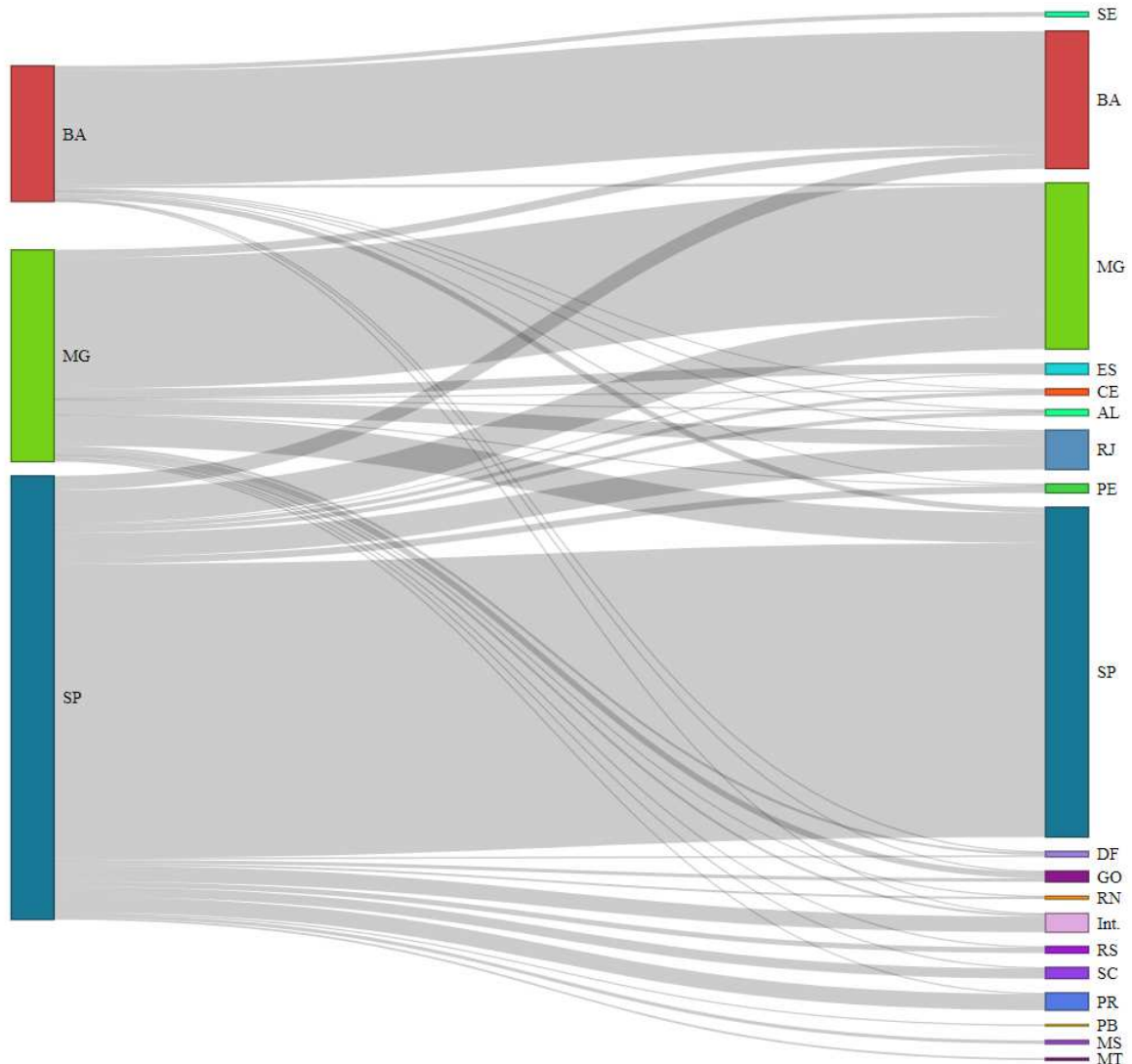
A análise evidencia uma conectividade regional marcante, especialmente entre as UFs do Norte, como o Amazonas (AM) e o Pará (PA), que mantêm um fluxo intenso de viagens entre si. Por outro lado, UFs do Sudeste, como São Paulo (SP) e Rio de Janeiro (RJ), consolidam-se como destinos atrativos para turistas provenientes de diversas partes do Brasil.

No caso de Minas Gerais (MG), é registrada uma forte conectividade com estados vizinhos, principalmente São Paulo (SP) e Rio de Janeiro (RJ), que figuram entre os principais destinos dos mineiros. SP se destaca como o destino que mais recebe turistas de MG, seguido pelo RJ, ambos favorecidos pela proximidade geográfica e pelas boas conexões de transporte. Além disso, o Espírito Santo (ES) também aparece como um destino relevante, recebendo um número significativo de turistas mineiros. Embora MG registre viagens internacionais, o estado não se destaca entre aqueles que possuem maior volume de deslocamentos de sua população para o exterior. A distribuição das viagens de MG é relativamente equilibrada, com turistas visitando várias outras UFs, o que reforça a tendência de diversificação quanto aos destinos preferidos pelos mineiros.

Objetivando facilitar a visualização dos fluxos de origem e destino das viagens entre as Unidades Federativas (UFs) brasileiras e entre essas UFs e destinos internacionais, foram produzidos os gráficos Sankey presentes Figura 2 e 3. Em ambos os gráficos, o foco foi dado às UFs da Bahia (BA), Minas Gerais (MG) e São Paulo (SP), por serem as três com os maiores quantitativos de viagens originadas e recebidas. O primeiro gráfico ilustra o fluxo emissor dessas UFs, enquanto o segundo apresenta o fluxo receptor. Vale destacar que a largura das barras correspondentes a cada UF nos gráficos é proporcional ao quantitativo de viagens originadas ou recebidas por elas. Além disso, apenas foram representados os fluxos cujos

quantitativos possuíam coeficientes de variação (CVs) significativos, conforme apresentados na Tabela 1.

**Figura 2:** Fluxos de viagens das principais UF's de origem



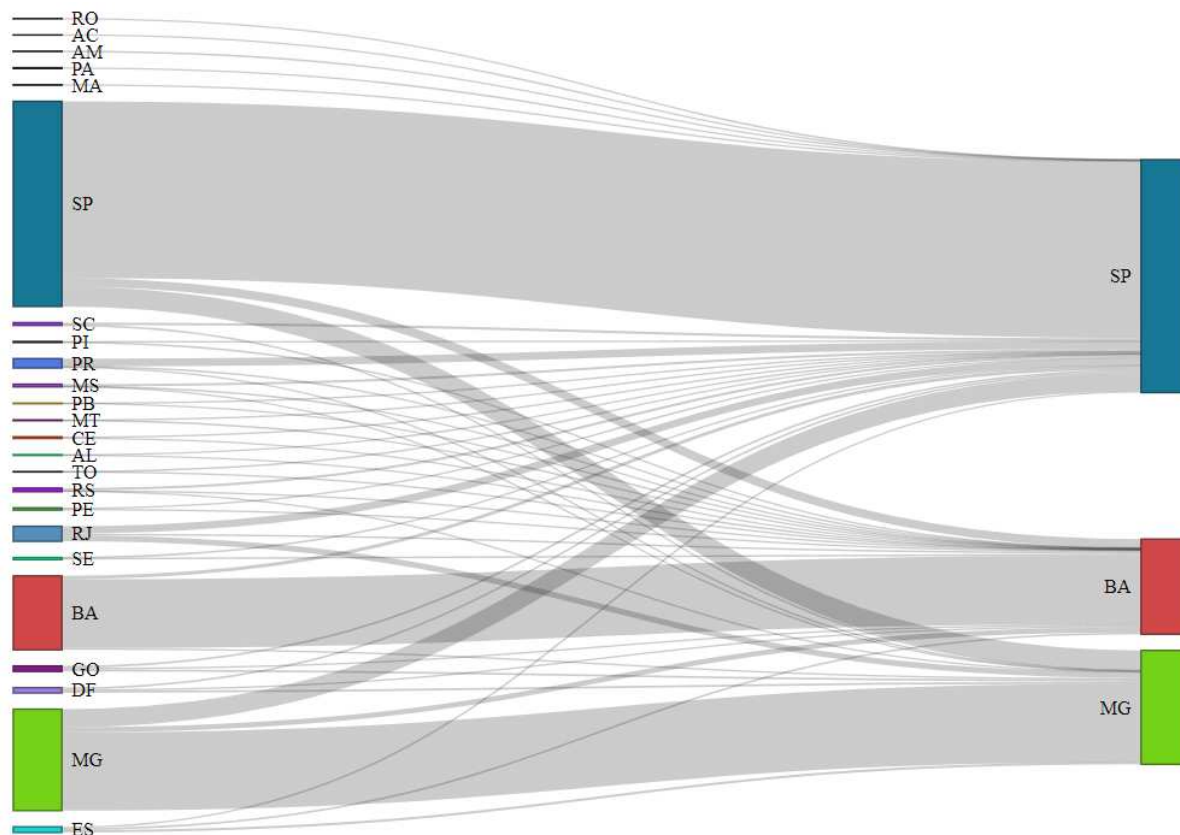
Nota: Considera até cinco viagens por domicílio.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNADc 2020, 2021 e 2023.

Na Figura 2 de fluxos emissores, observou-se que SP lidera o envio de turistas para praticamente todas as regiões do país, com destaque para destinos como MG, RJ e BA, além de um volume expressivo de viagens internacionais. MG também apresenta uma forte conectividade com estados vizinhos, como SP, RJ e ES, enquanto BA se conecta de forma predominante com outros estados do Nordeste e com os grandes emissores do Sudeste. Na Figura 3 de fluxos receptores, SP reafirma sua posição como o principal destino turístico nacional, atraindo turistas de várias UF's,

especialmente de MG, RJ e PR, enquanto MG recebe viajantes de SP e ES, e BA se destaca ao atrair turistas de estados vizinhos no Nordeste e de SP.

**Figura 3:** Fluxos de viagens das principais UF's de destino



Nota: Considera até cinco viagens por domicílio.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNADc 2020, 2021 e 2023.

Esses fluxos das Figuras 2 e 3 reforçam a importância de SP, MG e BA como hubs turísticos no Brasil, conectando diferentes regiões e refletindo padrões de proximidade geográfica, atratividade cultural e infraestrutura de transporte.

#### 4.2 Totais de viagens emitidas e recebidas pelas UF's brasileiras

Os quantitativos dos totais de viagens emitidas e viagens recebidas por UF são apresentados na Tabela 2 e na Tabela 3, respectivamente. Conforme já destacado anteriormente, São Paulo (SP), Minas Gerais (MG) e Bahia (BA) se destacam como as três UF's com os maiores quantitativos de viagens originadas e também recebidas.

Em relação a origem, São Paulo foi responsável por emitir 3.994.218 viagens, Minas Gerais por 1.946.417 e Bahia por 1.292.109. Por outro lado, estados como

Amapá e Roraima apresentam os menores valores, com estimativas de 18.933 e 22.895, respectivamente.

**Tabela 2:** Totais de viagens por UF de origem

UF	Estimativa	Erro_padrao	CV (%)	Limite_inferior	Limite_superior
SP	3.994.218	139.769	3,5	3.720.275	4.268.161
MG	1.946.417	49.732	2,6	1.848.943	2.043.891
BA	1.292.109	46.512	3,6	1.200.947	1.383.271
RS	1.205.618	41.159	3,4	1.124.947	1.286.288
PR	1.069.427	35.681	3,3	999.494	1.139.361
RJ	933.689	34.403	3,7	866.261	1.001.118
PA	697.850	30.040	4,3	638.974	756.727
GO	549.761	20.698	3,8	509.194	590.328
SC	512.914	16.243	3,2	481.079	544.749
CE	503.454	24.047	4,8	456.322	550.585
PE	429.440	19.631	4,6	390.964	467.915
MA	346.283	10.831	3,1	325.055	367.512
PI	337.023	19.767	5,9	298.280	375.766
ES	313.555	12.924	4,1	288.226	338.885
RN	282.584	35.408	12,5	213.187	351.982
DF	240.196	12.642	5,3	215.418	264.974
PB	239.906	12.337	5,1	215.725	264.087
MS	222.667	10.351	4,6	202.380	242.954
SE	197.873	11.460	5,8	175.411	220.335
MT	193.979	10.970	5,7	172.479	215.479
AL	160.434	8.051	5,0	144.655	176.214
AM	148.279	8.608	5,8	131.408	165.151
TO	120.172	7.667	6,4	105.146	135.199
RO	75.041	5.684	7,6	63.899	86.182
AC	23.875	1.793	7,5	20.361	27.390
RR	22.895	2.409	10,5	18.172	27.617
AP	18.933	2.182	11,5	14.657	23.210

Nota: Considera até cinco viagens por domicílio.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNADc 2020, 2021 e 2023.

O coeficiente de variação (CV) para São Paulo e Minas Gerais é relativamente baixo, em torno de 3,5%, indicando que, apesar do grande volume de viagens, a variabilidade proporcional é pequena, o que torna as estimativas confiáveis. Em contraste, estados menores como Roraima e Amapá apresentam coeficientes de variação significativamente mais altos, 10,5% e 11,5%, respectivamente, sugerindo que há uma maior incerteza nas estimativas de viagens para essas UFs, possivelmente em função do menor tamanho amostral ou da maior variabilidade nos

dados de viagem. Ressalta-se que esses coeficientes de CV são melhores do que se fosse analisado dados de apenas um ano conforme discutido na metodologia de acumulação de amostra do presente trabalho.

No geral, ficou evidente que os estados do Sudeste e Nordeste concentram um maior número de viagens, enquanto os estados do Norte têm uma participação menor, o que está em linha com as diferenças em termos de volume. A análise dos coeficientes de variação mostra que UFs mais populosas tendem a ter estimativas mais precisas, enquanto estados com menor volume de viagens apresentam maior incerteza.

Observando a distribuição das viagens por UF de destino (Tabela 3), nota-se que Minas Gerais e São Paulo são os estados que mais recebem viagens, com valores de 1.766.031 e 3.574.996, respectivamente. Bahia também aparece com um número significativo de viagens, com 1.467.226. Estes estados concentram grande parte dos destinos de viagens, possivelmente devido à importância econômica e oportunidades de turismo. Por outro lado, estados como Amapá e Roraima apresentam os menores números de viagens, com estimativas de 23.584 e 17.889, respectivamente. O isolamento geográfico e a menor infraestrutura podem explicar a atração reduzida dessas regiões como destinos de viagem.

Em relação à precisão das estimativas, para estados como São Paulo e Minas Gerais, o coeficiente de variação (CV) é baixo, com valores de 2,8% e 2,5%, respectivamente, indicando que a variabilidade relativa é baixa e as estimativas são confiáveis. Em contrapartida, estados como Amapá e Roraima apresentam coeficientes de variação bastante elevados, 15,6% e 13,5%, respectivamente, sugerindo uma maior incerteza.

A análise dos limites de confiança, que mostram as faixas de variação das estimativas, reforça essas observações. Para São Paulo, por exemplo, o intervalo varia entre 3.380.236 e 3.769.756 viagens, uma faixa proporcional ao grande volume de viagens registrado. Por outro lado, em estados como Amapá, o intervalo varia de 16.395 a 30.773, e, mesmo com uma faixa relativamente pequena em termos absolutos, o CV elevado indica que as estimativas são menos precisas. Isso reflete o desafio de se obter uma precisão maior em estados com menor volume de viagens.

**Tabela 3:** Totais de viagens por UF de destino

UF	Estimativa	Erro_padrao	CV (%)	Limite_inferior	Limite_superior
SP	3.574.996	99.369	2,8	3.380.236	3.769.756
MG	1.766.031	44.636	2,5	1.678.545	1.853.516
BA	1.467.226	45.448	3,1	1.378.151	1.556.302
RS	1.107.384	37.966	3,4	1.032.973	1.181.796
RJ	1.037.642	36.033	3,5	967.019	1.108.265
PR	952.560	38.277	4,0	877.538	1.027.582
SC	824.401	22.290	2,7	780.714	868.089
PA	660.716	28.688	4,3	604.489	716.944
CE	599.119	24.596	4,1	550.911	647.327
GO	578.209	18.327	3,2	542.290	614.129
PE	491.194	19.955	4,1	452.082	530.305
PI	352.617	18.978	5,4	315.420	389.814
ES	346.100	12.961	3,7	320.696	371.504
MA	334.334	10.848	3,2	313.072	355.596
RN	332.967	34.684	10,4	264.987	400.947
AL	255.042	10.226	4,0	235.001	275.084
PB	251.072	11.616	4,6	228.305	273.839
SE	202.190	10.950	5,4	180.728	223.651
MS	194.719	9.356	4,8	176.382	213.056
MT	193.359	10.568	5,5	172.646	214.073
AM	141.213	9.142	6,5	123.296	159.131
TO	138.390	9.330	6,7	120.104	156.676
DF	135.101	8.341	6,2	118.753	151.448
RO	76.948	6.044	7,9	65.101	88.795
AC	23.589	2.742	11,6	18.214	28.964
AP	23.584	3.668	15,6	16.395	30.773
RR	17.889	2.408	13,5	13.170	22.608

Nota: Considera até cinco viagens por domicílio.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNADc 2020, 2021 e 2023.

Com base nesses quantitativos, analisou-se o saldo das viagens emitidas e recebidas, apresentado na Tabela 4, juntamente à taxa de origem/destino do quantitativo dessas viagens, e constatou-se que as UFs predominantemente emissoras são: Acre (AC), Amazonas (AM), Roraima (RR), Pará (PA), Maranhão (MA), Minas Gerais (MG), São Paulo (SP), Paraná (PR), Rio Grande do Sul (RS), Mato Grosso do Sul (MS), Mato Grosso (MT) e Distrito Federal (DF). Por sua vez, as UFs predominantemente receptoras incluem: Rondônia (RO), Amapá (AP), Tocantins (TO), Piauí (PI), Ceará (CE), Rio Grande do Norte (RN), Paraíba (PB), Pernambuco (PE), Alagoas (AL), Sergipe (SE), Bahia (BA), Espírito Santo (ES), Rio de Janeiro (RJ), Santa Catarina (SC), Goiás (GO).

**Tabela 4:** Totais, saldo e taxa origem/destino das viagens emitidas e recebidas por UF

UF	Total emitido	Total recebido	Saldo	Taxa (or./dest.)	Predominância
SP	3.994.218	3.574.996	419.222	1,12	Emissora
MG	1.946.417	1.766.031	180.386	1,10	Emissora
PR	1.069.427	952.560	116.867	1,12	Emissora
DF	240.196	135.101	105.095	1,78	Emissora
RS	1.205.618	1.107.384	98.234	1,09	Emissora
PA	697.850	660.716	37.134	1,06	Emissora
MS	222.667	194.719	27.948	1,14	Emissora
MA	346.283	334.334	11.949	1,04	Emissora
AM	148.279	141.213	7.066	1,05	Emissora
RR	22.895	17.889	5.006	1,28	Emissora
MT	193.979	193.359	620	1,00	Emissora
AC	23.875	23.589	286	1,01	Emissora
RO	75.041	76.948	-1.907	0,98	Receptora
SE	197.873	202.190	-4.317	0,98	Receptora
AP	18.933	23.584	-4.651	0,80	Receptora
PB	239.906	251.072	-11.166	0,96	Receptora
PI	337.023	352.617	-15.594	0,96	Receptora
TO	120.172	138.390	-18.218	0,87	Receptora
GO	549.761	578.209	-28.448	0,95	Receptora
ES	313.555	346.100	-32.545	0,91	Receptora
RN	282.584	332.967	-50.383	0,85	Receptora
PE	429.440	491.194	-61.754	0,87	Receptora
AL	160.434	255.042	-94.608	0,63	Receptora
CE	503.454	599.119	-95.665	0,84	Receptora
RJ	933.689	1.037.642	-103.953	0,90	Receptora
BA	1.292.109	1.467.226	-175.117	0,88	Receptora
SC	512.914	824.401	-311.487	0,62	Receptora

Nota: Considera até cinco viagens por domicílio.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNADc 2020, 2021 e 2023.

As constatações sobre o perfil predominantemente emissor ou receptor das UFs brasileiras coincidem com o estudo de Théry (2015), que, com base em dados da FIPE (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas) sobre o turismo doméstico entre 2010 e 2011, analisou esse mesmo perfil nas grandes regiões (GRs) do país. O estudo apontou que o Sudeste, responsável por 40,8% das partidas, é tanto o principal emissor quanto o principal destino de turistas em viagens internas, confirmando o papel de destaque de UFs como SP e MG. De modo semelhante, a região Nordeste,

com 25,8% dos turistas, reafirma seu perfil receptor, corroborando com os resultados encontrados para estados como BA e CE, tradicionais destinos turísticos. Ao comparar com os resultados encontrados neste trabalho, tem-se que o Sudeste é responsável por 44,7% das partidas, com SP e MG também se destacando como as principais UFs emissoras e receptoras de turistas. Em relação às viagens recebidas, a região Nordeste registra um percentual de 23,6% do total, com BA e CE também se destacando como as UFs predominantemente receptoras com maiores quantitativos da região, assim como apontado por Théry (2015).

Os cálculos realizados por Théry (2015) para a taxa de origem/destino de turistas resultaram em valores de 1,1 para o Sudeste e 0,9 para o Nordeste, indicando, em média, uma maior emissão no Sudeste e maior recepção no Nordeste. Enquanto isso, as regiões Centro-Oeste e Sul mostram um fluxo mais equilibrado (taxa de 1,0), e o Norte e o Sudeste consolidam-se como regiões majoritariamente emissoras (taxa de 1,1), refletindo o movimento mais intenso de saída para outras regiões. Esse padrão reforça o papel do Nordeste como um atrativo nacional e o Sudeste como grande emissor de turistas domésticos (Théry, 2015). Por sua vez, as taxas origem/destino obtidas através dos quantitativos estimados neste trabalho se diferenciam apenas para o Centro-Oeste e Norte, com 1,1 e 1,0 respectivamente, enquanto as demais regiões registraram as mesmas taxas encontradas por Théry (2015).

### **4.3 Viagens emitidas e recebidas por UF e por finalidade**

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADc) classifica os motivos para a viagem realizada em duas grandes categorias: profissional e pessoal. O grupo de viagens pessoais é subdividido em várias finalidades, incluindo: lazer, compras (pessoais), cursos/estudos/congresso (pessoais), religião ou peregrinação, tratamento de saúde ou consulta médica, bem-estar (balneários, spa), visita a parentes/amigos, eventos familiares ou de amigos e outras finalidades. Para fins de análise, as finalidades de viagem especificadas na Tabela 5 foram consideradas separadamente, enquanto as demais categorias foram agrupadas em uma única variável denominada “outros”.

**Tabela 5:** Totais de viagens por finalidade

Totais de viagens por Finalidade						
Finalidade	Estimativa	Estimativa (%)	Erro_padrao	CV	Limite_inferior	Limite_superior
Profissional	2.278.376	14,6	68.509	3,0	2.144.101	2.412.651
Lazer	4.856.241	31,0	84.477	1,7	4.690.669	5.021.813
Visita a parentes/amigos	4.282.466	27,4	63.011	1,5	4.158.967	4.405.965
Tratamento de saúde ou consulta médica	2.546.040	16,3	52.418	2,1	2.443.303	2.648.777
Outros	1.694.467	10,8	42.851	2,5	1.610.482	1.778.453
Total	15.657.590	100,0	172.825	1,1	15.318.859	15.996.321

Nota: Coeficiente de Variação (CV) representado em percentual (%). Considera até três viagens por domicílio.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNADc 2020, 2021 e 2023.

De acordo com a Tabela 5, as finalidades de lazer e visita a parentes ou amigos constituem a maior parte das viagens realizadas, representando 31,0% e 27,4%, respectivamente, do total de 15.657.590 viagens. Assim, essas categorias juntas somam 58,4% do total, evidenciando a predominância de motivos pessoais como principais impulsionadores das viagens. Esses resultados indicam que o lazer e a socialização familiar são os principais motivadores dos deslocamentos, sugerindo que a maioria dos brasileiros viaja por razões ligadas ao convívio social e ao entretenimento. Esse resultado é corroborado por estudos anuais do IBGE (2024), que também identificaram percentuais semelhantes para viagens de lazer, variando de 33,0% a 35,7% dos deslocamentos por motivos pessoais ao longo de 2020 e 2021, com uma tendência de crescimento até 2023, quando o percentual de viagens a lazer atingiu 38,7%.

No que diz respeito às viagens para visita a parentes e amigos, a Tabela 5 aponta que estas correspondem a 27,4% do total de viagens. Os boletins do IBGE (2024) mostraram proporções de 35,4% em 2020 e 32,5% em 2021, indicando uma tendência de queda ao longo dos anos, culminando com 33,1% em 2023. Esse declínio pode ser associado a mudanças nos hábitos de viagem ou à recuperação gradual do turismo de lazer pós-pandemia, que parece ter substituído parte dos deslocamentos para visitar familiares.

As viagens motivadas por questões profissionais, segundo a tabela, representam 14,6% do total, o que está em linha com os resultados obtidos para os anos de 2020 e 2021, também reportados pelo IBGE (14,9% e 14,6%,

respectivamente). Esse percentual, relativamente estável ao longo do tempo, indica uma proporção menor de deslocamentos motivados pelo trabalho, quando comparados aos motivos pessoais. A tendência de redução para 14,3% em 2023, identificada nos relatórios mais recentes, reflete um movimento de recuperação do turismo recreativo e de lazer em detrimento de viagens de negócios, especialmente no período pós-pandêmico, em que o trabalho remoto ganhou espaço e reduziu a necessidade de viagens presenciais.

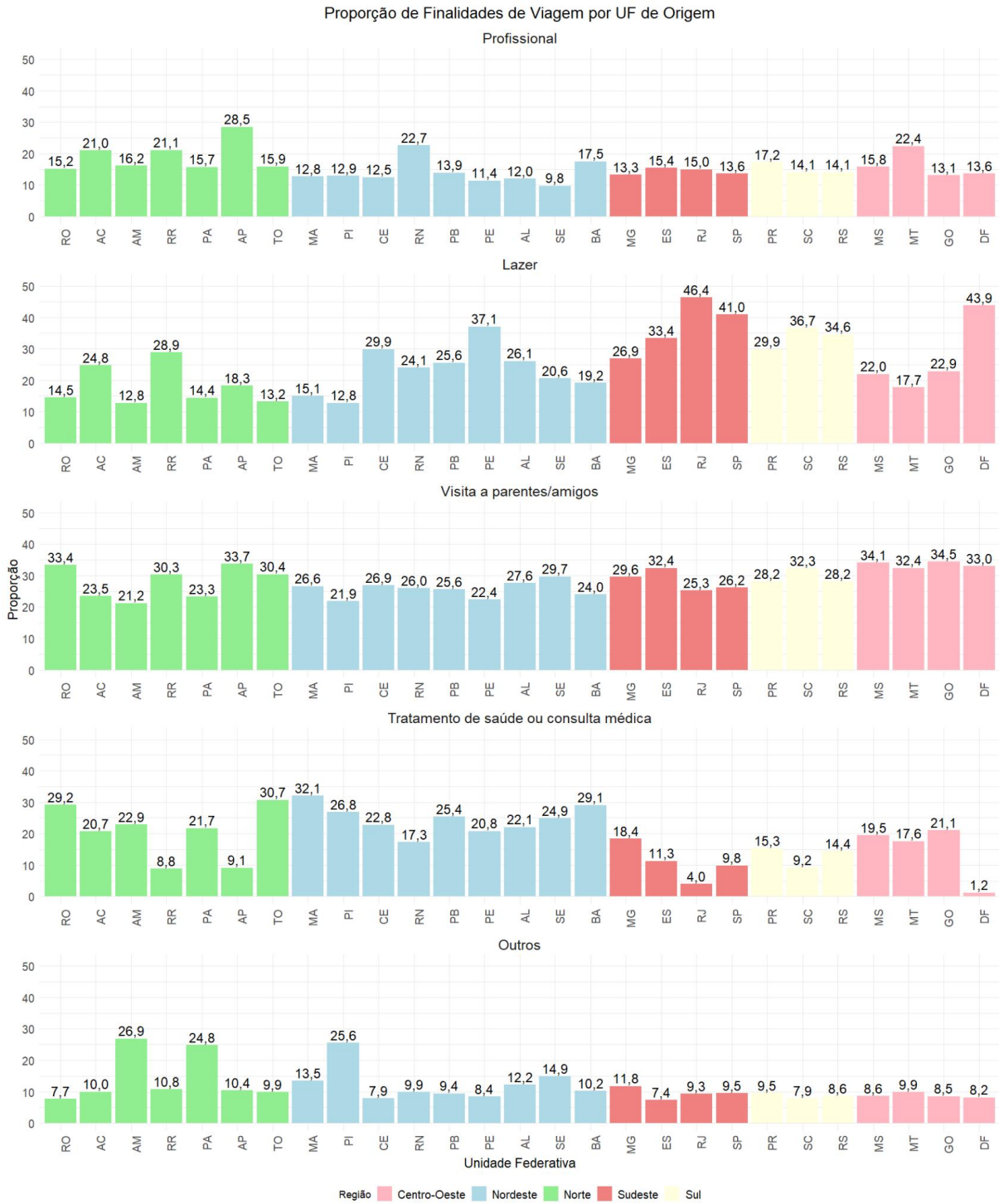
Já as viagens realizadas para tratamento de saúde ou consulta médica representam 16,3% do total de viagens, com um volume de 2.546.040. Esses valores estão próximos aos percentuais registrados anteriormente, que indicavam um aumento gradual, passando de 17,3% para 18,9% entre 2020 e 2023 (IBGE, 2024). O crescimento dessa categoria sugere um aumento da demanda por serviços médicos em outras localidades, possivelmente em função da busca por tratamentos especializados ou ainda a retomada após a pandemia.

#### **4.3.1 Viagens emitidas por UF e por finalidade**

As proporções das viagens originadas por UF, segundo a finalidade da viagem, são apresentadas na Figura 4. Essas proporções foram calculadas de modo que a soma das proporções das finalidades para cada UF seja igual a 100%. Conforme evidenciado, a distribuição das viagens por finalidade varia de forma significativa entre as UFs, mesmo quando estas pertencem a uma mesma Grande Região. A variação média para cada finalidade também apresenta diferenças relevantes, com destaque para as finalidades de lazer e visita a parentes ou amigos, que registram as maiores proporções de viagens na maioria das UFs. Esse padrão reflete uma predominância dessas motivações no comportamento turístico doméstico brasileiro, embora com características regionais distintas que influenciam as finalidades predominantes de viagem em cada UF.

Em relação às viagens profissionais, a região Norte registrou as maiores proporções, destacando-se o Amapá (AP), com a maior proporção a nível nacional (28,5%), seguido por Roraima (RR) (21,1%) e o Acre (AC) (21,0%). Por outro lado, na região Nordeste, Sergipe (SE) e Pernambuco (PE) apresentaram as menores proporções de viagens profissionais, registrando 9,8% e 11,4%, respectivamente.

**Figura 4: Proporção de finalidades da viagem por UF de origem**



Nota: Considera até três viagens por domicílio. A categoria “outro” abrange as seguintes categorias pesquisadas pelo IBGE: compras (pessoais); cursos/estudos/congresso (pessoais); religião ou peregrinação; bem estar; eventos familiares ou de amigos; outro.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNADc 2020, 2021 e 2023.

Em relação às viagens originadas por motivo de lazer, as maiores proporções foram registradas na região Sudeste, com destaque para o Rio de Janeiro (RJ), que lidera com 46,4%, seguido pelo Distrito Federal (DF), com 43,9%, e por São Paulo (SP), com 41%. Por outro lado, as menores proporções foram observadas no Amazonas (AM), Piauí (PI), Tocantins (TO) e Pará (PA), com percentuais variando entre 12,8% e 14,4%.

No que diz respeito a visitas a parentes e amigos, o Distrito Federal (DF) novamente se destaca com uma das maiores proporções (33,0%), acompanhado pelas demais UFs da GR Centro-Oeste. Na GR Norte, Roraima (RR), Rondônia (RO) e Amapá (AP) também se sobressaem, com proporções variando entre 30,3% e 33,7%. No Sudeste, o Espírito Santo (ES, 32,4%) e Minas Gerais (MG) lideram nesse tipo de viagem. Em contraste, Amazonas (AM, 21,2%) e Pernambuco (PE, 22,4%) apresentam as menores proporções para essa finalidade.

Para viagens relacionadas a tratamento de saúde ou consultas médicas, os destaques são Maranhão (MA, 32,1%) e Tocantins (TO, 30,7%), que registram as maiores proporções. Por outro lado, Distrito Federal (DF, 1,2%) e Rio de Janeiro (RJ, 4,0%) apresentam proporções significativamente menores do que as demais UFs.

Já para viagens motivadas por outros fatores, o Amazonas (AM, 26,9%) e o Pará (PA, 24,8%) lideram no Norte, enquanto o Piauí (PI, 25,6%) registra um destaque expressivo na região Nordeste.

Ressalta-se também que as proporções são relativas às finalidades para uma mesma UF. Sendo assim, embora São Paulo (SP), por exemplo, apresente proporções pequenas de viagens por motivo profissional e de tratamento de saúde ou consulta médica entre suas finalidades de viagem, esta se destaca com as maiores proporções para qualquer finalidade entre as UFs quando se considera a proporção para uma mesma finalidade, conforme evidenciado pelos quantitativos de viagem na Tabela 6 e pelos CVs associados registrados na Tabela 7.

Nesse cenário, Minas Gerais (MG) assume a segunda posição em quaisquer outras proporções entre as UFs para uma mesma finalidade. Para as demais UFs, a classificação entre as maiores proporções pode variar. Contudo, preserva-se a tendência de maiores proporções para as UFs que possuem os maiores totais de viagens por origem, refletindo a relação entre os volumes totais de viagem e a diversificação de finalidades.

**Tabela 6:** Totais de viagem por finalidade e por UF de origem (Mil viagens)

Totais de Viagem por Finalidade e por UF de Origem (Mil viagens)																											
Finalidade	RO	AC	AM	RR	PA	AP	TO	MA	PI	CE	RN	PB	PE	AL	SE	BA	MG	ES	RJ	SP	PR	SC	RS	MS	MT	GO	DF
Profissional	11,3	5,0	23,8	4,7	104,4	5,3	18,5	43,6	40,6	60,9	60,6	31,8	47,5	18,2	18,5	213,9	251,5	47,6	142,5	534,8	176,4	72,2	164,0	34,7	42,6	70,6	32,9
Lazer	10,8	5,9	18,8	6,5	95,9	3,4	15,4	51,5	40,4	145,8	64,3	58,7	154,5	39,7	39,0	235,8	508,2	103,0	441,2	1.608,1	307,0	188,2	402,0	48,4	33,6	123,9	106,1
Visita a parentes/amigos	24,8	5,6	31,0	6,8	154,8	6,3	35,5	90,5	68,7	131,2	69,3	58,6	93,2	42,1	56,3	294,7	558,4	99,9	240,9	1.027,7	289,7	165,6	328,1	75,1	61,6	186,2	79,8
Trat. de saúde ou cons. médica	21,8	4,9	33,5	2,0	144,5	1,7	35,8	109,3	84,1	111,4	46,2	58,1	86,8	33,7	47,2	356,3	347,7	34,9	38,1	383,2	157,3	47,0	167,4	42,9	33,5	113,8	3,0
Outros	5,8	2,4	39,5	2,4	164,8	1,9	11,5	45,9	80,6	38,7	26,5	21,6	34,9	18,6	28,3	124,8	222,0	22,9	88,7	372,1	97,2	40,3	100,0	19,0	18,8	45,7	19,8

Nota: Considera até três viagens por domicílio.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNADc 2020, 2021 e 2023.

**Tabela 7:** CVs dos totais de viagem por finalidade e por UF de origem

CVs dos totais de Viagem por Finalidade e por UF de Origem																													
Finalidade	RO	AC	AM	RR	PA	AP	TO	MA	PI	CE	RN	PB	PE	AL	SE	BA	MG	ES	RJ	SP	PR	SC	RS	MS	MT	GO	DF		
Profissional			16,6	14,7	11,9	16,1	10,0	21,8	14,8	9,1	12,8	10,2	45,0	12,6	14,4	12,4	14,0	8,7	6,3	7,9	7,9	8,3	7,5	6,0	7,6	9,3	13,4	9,7	11,9
Lazer			15,0	12,2	12,3	14,6	8,3	21,0	11,2	9,6	11,4	9,2	12,1	8,8	6,4	9,2	11,9	6,4	4,2	5,9	5,1	4,1	4,2	4,7	4,3	8,0	9,5	6,4	6,4
Visita a parentes/amigos			10,3	10,8	10,6	12,2	6,1	15,8	8,3	4,9	10,0	7,5	11,3	8,2	7,2	7,1	8,5	6,9	3,4	6,8	5,6	4,1	5,7	5,1	4,3	7,0	7,4	5,4	7,3
Tratamento de saúde ou consulta médica			9,8	13,4	8,7	20,2	6,8	29,2	8,8	5,2	7,9	6,5	10,3	9,3	8,4	9,0	8,6	5,7	5,1	8,9	14,7	8,1	7,1	6,8	6,3	9,8	10,4	7,2	26,5
Outros			16,1	18,1	15,0	36,0	11,2	37,7	15,6	9,6	11,9	10,2	22,9	13,0	12,1	12,3	12,7	8,8	6,4	8,4	8,8	7,0	9,0	8,6	9,2	10,5	9,3	8,6	11,9

Nota: Considera até três viagens por domicílio.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNADc 2020, 2021 e 2023.

Os quantitativos presentes na Tabela 6 possibilitam uma melhor compreensão da contribuição das UFs para cada finalidade de viagem. Em relação às viagens profissionais, embora o Amapá (AP) e Roraima (RR) apresentem altas proporções, os quantitativos absolutos são baixos (5,3 mil e 4,7 mil respectivamente), indicando que, apesar da alta proporção, o volume total de viagens é pequeno. No Pará (PA), que possui um quantitativo absoluto significativo de 104,4 mil, a proporção é menor, mas ainda relevante. No Nordeste, Sergipe (SE) e Alagoas (AL) apresentam baixas proporções e também baixos quantitativos (18,5 mil e 18,2 mil respectivamente), confirmando a baixa demanda por viagens profissionais originadas dessas UFs.

Nas viagens de lazer, São Paulo (SP) e o Rio de Janeiro (RJ) se destacam tanto em proporção quanto em quantitativo absoluto (1.608,1 mil e 441,2 mil respectivamente), demonstrando sua forte contribuição para a atratividade turística. Minas Gerais (MG), com uma proporção de 26,9%, possui um alto quantitativo absoluto (508,2 mil), indicando que, mesmo com uma proporção menor em relação às outras UFs do Sudeste, o volume total de viagens de lazer é expressivo, possivelmente devido à sua grande população. No Norte, Amazonas (AM) e Pará (PA) apresentam proporções baixas, mas quantitativos absolutos consideráveis (18,8 mil e 95,9 mil respectivamente), em comparação com outras UFs da Grande Região (GR).

Para visitas a parentes e amigos, Minas Gerais (MG) se destaca no Sudeste pela associação entre sua expressiva proporção e o segundo maior quantitativo absoluto (558,4 mil), refletindo o alto fluxo de visitas familiares geradas pela região. No Centro-Oeste, Goiás (GO) e o Distrito Federal (DF) também apresentam altas proporções e quantitativos (186,2 mil e 79,8 mil respectivamente), acompanhando o elevado fluxo desse tipo de visita na Grande Região (GR). Por outro lado, no Norte, Amazonas (AM) e Pará (PA) possuem as proporções mais baixas, embora os quantitativos absolutos sejam os maiores da região, com 31,0 mil e 154,8 mil respectivamente.

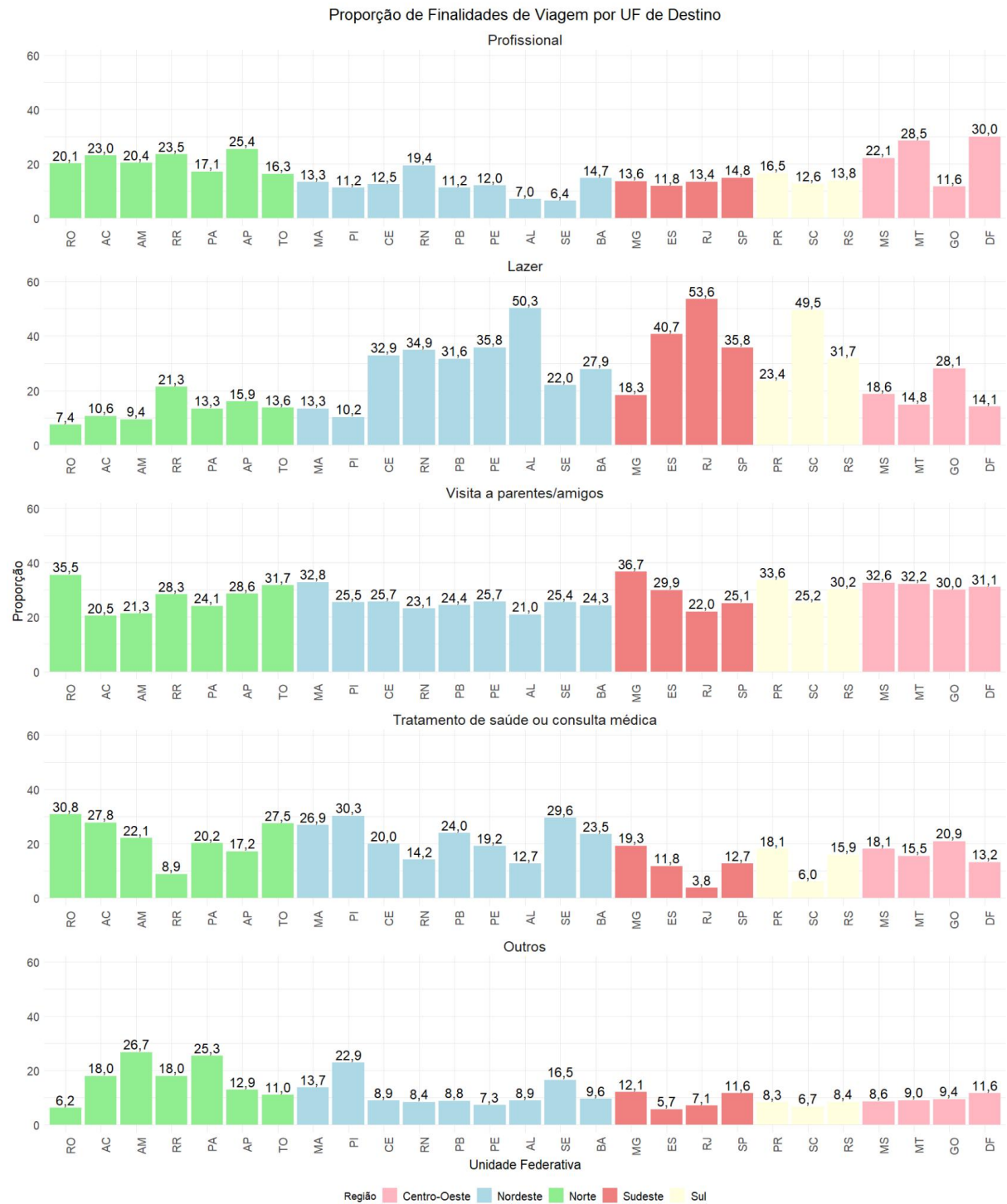
Nas viagens para tratamento de saúde, São Paulo (SP) e Minas Gerais (MG) se destacam em quantitativo absoluto (383,2 mil e 347,7 mil, respectivamente), apesar de apresentarem proporções menores em relação à média nacional. Esse fato indica uma concentração significativa de infraestrutura de saúde local. No Nordeste, Bahia (BA) e Maranhão (MA) registram altas proporções e quantitativos (356,3 mil e 109,3 mil, respectivamente), sugerindo uma necessidade elevada de deslocamentos para serviços médicos. Por outro lado, no Norte, Roraima (RR) e Amapá (AP), com baixas

proporções e quantitativos (2,0 mil e 1,7 mil, respectivamente), revelam as menores demandas por viagens relacionadas à saúde na região.

Em relação a outras finalidades de viagem, AM e PA no Norte, e o PI no Nordeste, têm as mais altas proporções nacionais e um quantitativo absoluto significativo (80,6 mil) em relação às outras UFs de suas GR, indicando uma diversidade de razões para as viagens. No Sudeste, ES e RJ têm proporções e quantitativos baixos em relação às demais UFs da GR (22,9 mil e 88,7 mil respectivamente), sugerindo que outras finalidades de viagem além das explicitadas são menos comuns nessas regiões.

#### **4.3.2 Viagens recebidas por UF e por finalidade**

As proporções de viagens recebidas pelas Unidades Federativas (UFs) brasileiras segundo a finalidade são apresentadas na Figura 5. Em relação às viagens profissionais, o Centro-Oeste se destaca, com o Distrito Federal (DF) (30%) e Mato Grosso (MT) (28,5%) apresentando as maiores proporções a nível nacional, refletindo a relevância de Brasília como centro administrativo e político. No Norte, as UFs apresentam altas proporções em relação à média das demais, com Amapá (AP) (25,4%) e Roraima (RR) (23,5%) registrando as proporções mais altas. Cabe destacar, porém, que a proporção de viagens recebidas com essa finalidade no Amapá (25,4%) é menor que a registrada para viagens originadas dessa UF (28,5%). Por sua vez, as proporções para Roraima registraram um leve aumento considerando as recebidas em relação às originadas (de 21,1% para 23,5%). Em contraste ao Norte, no Nordeste, Sergipe (SE) (6,4%) e Alagoas (AL) (7,0%) apresentam as menores proporções de viagens profissionais entre as UFs, indicando uma menor demanda por esse tipo de deslocamento nessa Grande Região (GR).

**Figura 5: Proporção de finalidades da viagem por UF de destino**

Nota: Considera até três viagens por domicílio. A categoria “outro” abrange as seguintes categorias pesquisadas pelo IBGE: compras (pessoais); cursos/estudos/congresso (pessoais); religião ou peregrinação; bem estar; eventos familiares ou de amigos; outro.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNADc 2020, 2021 e 2023.

De acordo com a Ministério do Turismo (Brasil, 2010a), as viagens a negócios, como missões, reuniões e visitas corporativas, tendem a ocorrer em locais onde há um ambiente econômico favorável e a presença de polos de pesquisa e centros

técnicos, fatores que não podem ser simplesmente criados pela organização turística, exceto em situações de eventos planejados, como é o caso das feiras e das visitas técnicas. Assim, a relevância do Distrito Federal (DF) e do Mato Grosso (MT) como destinos de viagens profissionais pode ser explicada pela concentração de atividades administrativas, políticas e técnicas na região. No caso do Norte, onde se observam altas proporções de viagens com essa finalidade, a necessidade de deslocamentos para regiões menos acessíveis pode justificar essa característica. Por outro lado, a baixa representatividade de viagens profissionais em estados do Nordeste, como Sergipe (SE) e Alagoas (AL), reflete a ausência de centros técnico-científicos relevantes e a menor demanda estrutural por esse tipo de deslocamento, caracterizando, assim, uma diferença regional na atratividade para o turismo de negócios.

No caso das viagens de lazer, o Sudeste se destaca com o Rio de Janeiro (RJ) como principal destino e maior proporção no país (53,6%), enquanto as demais Unidades Federativas (UFs) da Grande Região (GR) também registram altas proporções, com exceção de Minas Gerais (MG), que apresenta uma proporção de 18,3%, abaixo da média nacional. No Nordeste, também são verificadas altas proporções, com destaque para Alagoas (AL) e Pernambuco (PE), que registram 50,3% e 35,8%, respectivamente. As exceções na GR Nordeste incluem o Maranhão (MA), com 13,3%, e o Piauí (PI), com apenas 10,2%, ambos significativamente abaixo da média regional. Já no Norte, Rondônia (RO), com 7,4%, e Amazonas (AM), com 9,4%, registram as menores proporções, sugerindo uma menor atratividade dessas UFs para o lazer.

Quanto às viagens para visitar parentes ou amigos, Minas Gerais (MG), com 36,7%, lidera no Sudeste, seguido pelo Paraná (PR), com 33,6%, no Sul, e pelo Mato Grosso do Sul (MS), com 32,6%, no Centro-Oeste. Essa última Grande Região (GR) registra uma alta média entre suas UFs para essa finalidade, seguida de perto pela GR Sul. Por outro lado, o Norte apresenta a menor proporção média, com UFs como Acre (AC) e Amazonas (AM) registrando proporções menores, de 20,5% e 21,3%, respectivamente.

Para as viagens relacionadas ao tratamento de saúde, o Piauí (PI), com 30,3%, Sergipe (SE), com 29,6%, e o Maranhão (MA), com 26,9%, no Nordeste, registram altas proporções, indicando uma maior necessidade de deslocamentos para serviços médicos na região. Por outro lado, no Sul, estados como Santa Catarina (SC), com

6,0%, e o Rio Grande do Sul (RS), com 15,9%, apresentam menores proporções, o que pode sugerir uma melhor infraestrutura de saúde local. Já o Sudeste registra a menor proporção média entre as Grandes Regiões (GR), com o Rio de Janeiro (RJ) destacando-se como a UF com a menor proporção de viagens para tratamento de saúde, com apenas 3,8%.

Em relação a outros motivos de viagem, a Região Norte novamente se destaca, com o Amazonas (AM), apresentando 26,7%, e o Pará (PA), com 25,3%, evidenciando uma diversidade significativa de razões para deslocamentos. Em contrapartida, no Sudeste, o Espírito Santo (ES), com 5,7%, e o Rio de Janeiro (RJ), com 7,1%, registram as menores proporções, sugerindo que outras finalidades de viagem, não explicitamente discriminadas neste estudo, são menos frequentes nessas regiões. Sendo assim, é possível destacar as seguintes tendências na análise regional: a Região Norte concentra uma maior proporção de viagens profissionais e por outros motivos; o Nordeste se destaca como um polo de atração turística e por deslocamentos voltados para tratamentos de saúde; o Centro-Oeste apresenta destaque em viagens profissionais e visitas a parentes e amigos; o Sudeste combina alta atratividade turística com uma relevante proporção de viagens para visitas familiares; enquanto o Sul sobressai pela qualidade de sua infraestrutura de saúde, refletida nas menores proporções de viagens relacionadas a tratamentos médicos.

Os totais de viagens por finalidade e UF de destino são explicitados na Tabela 8, cujos CVs associados são registrados na Tabela 9, permitindo uma análise complementar aos dados de proporções previamente discutidos. Em relação às viagens profissionais, ainda que RR e AC apresentem as maiores proporções no Norte, estas registram os menores e terceiro menores quantitativos de viagens a trabalho, com 3,9 mil e 5,3 mil, respectivamente, tanto a nível de Grande Região quanto a nível nacional. No caso do PA, que possui o maior quantitativo de viagens a trabalho entre as UFs do Norte, o total de viagens dessas UFs representa 3,7% e 5,0%, respectivamente. Por outro lado, as menores proporções de viagens de trabalho no Nordeste, registradas em SE (12,4 mil) e AL (17,3 mil), também acompanham os menores quantitativos de viagens para essa finalidade na GR.

**Tabela 8:** Totais de viagem por finalidade e por UF de destino (Mil viagens)

Totais de Viagem por Finalidade e por UF de Destino (Mil viagens)																											
Finalidade	RO	AC	AM	RR	PA	AP	TO	MA	PI	CE	RN	PB	PE	AL	SE	BA	MG	ES	RJ	SP	PR	SC	RS	MS	MT	GO	DF
Profissional	15,1	5,3	28,1	3,9	106,6	5,8	22,0	43,5	36,9	72,0	61,2	26,6	56,9	17,3	12,4	204,9	229,9	39,5	134,7	500,3	146,5	100,8	142,6	41,8	52,8	65,1	39,2
Lazer	5,6	2,4	12,9	3,6	83,0	3,7	18,3	43,3	33,5	188,9	110,5	75,2	169,4	123,8	42,4	388,8	309,0	135,9	537,2	1.210,6	207,7	395,5	327,6	35,1	27,4	157,8	18,4
Visita a parentes/amigos	26,8	4,7	29,4	4,8	150,4	6,6	42,8	107,3	84,2	147,2	73,1	57,9	121,6	51,8	48,9	338,9	618,5	100,0	219,9	851,0	298,4	201,3	312,5	61,7	59,7	168,6	40,6
Trat. de saúde ou cons. médica	23,2	6,4	30,5	1,5	126,2	3,9	37,1	88,0	100,0	114,8	44,8	57,1	90,9	31,4	57,0	327,6	325,7	39,5	38,5	430,8	160,8	47,6	164,7	34,2	28,7	117,4	17,2
Outros	4,7	4,1	36,8	3,0	158,2	2,9	14,9	44,8	75,4	50,9	26,7	21,0	34,7	21,9	31,9	134,5	203,4	19,1	71,5	392,8	74,0	53,4	87,3	16,2	16,6	53,0	15,1

Nota: Considera até três viagens por domicílio.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNADc 2020, 2021 e 2023.

**Tabela 9:** CVs dos totais de viagem por finalidade e por UF de destino

CVs dos totais de Viagem por Finalidade e por UF de Destino																											
Finalidade	RO	AC	AM	RR	PA	AP	TO	MA	PI	CE	RN	PB	PE	AL	SE	BA	MG	ES	RJ	SP	PR	SC	RS	MS	MT	GO	DF
Profissional	16,4	19,7	13,1	21,8	9,6	31,1	14,3	9,6	15,4	10,0	43,5	14,2	10,7	15,1	16,5	9,0	7,7	11,0	7,7	4,9	11,5	6,5	9,2	11,6	12,6	8,9	10,5
Lazer	18,5	29,4	15,5	20,7	8,7	33,1	16,2	7,8	10,2	6,9	8,9	7,7	5,6	5,8	10,2	4,7	5,2	5,3	4,7	3,7	5,2	3,5	4,2	11,9	11,3	5,1	17,9
Visita a parentes/amigos	12,0	14,9	10,2	16,8	6,3	18,1	13,0	5,3	8,8	7,1	10,5	8,4	8,6	8,5	9,9	6,0	3,2	6,8	5,6	3,8	5,9	4,8	4,5	6,7	7,1	5,4	11,1
Tratamento de saúde ou consulta médica	9,0	15,0	9,2	29,8	7,4	42,5	9,5	6,2	6,9	6,5	10,4	9,8	8,1	9,6	8,5	5,8	5,0	11,2	14,9	7,2	6,8	7,1	6,5	10,3	11,8	7,2	16,0
Outros	18,0	41,9	15,9	39,8	11,6	30,4	13,7	10,2	11,9	10,2	20,3	13,0	12,3	12,0	14,3	10,1	7,3	11,9	8,7	6,3	11,6	8,3	9,9	13,2	10,8	7,4	15,0

Nota: Considera até três viagens por domicílio.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNADc 2020, 2021 e 2023.

Nas viagens de lazer, SP e RJ, com 1.210,6 mil e 537,2 mil, respectivamente, se destacam por suas elevadas proporções e altos quantitativos absolutos, evidenciando sua forte atratividade turística. MG, com 309,0 mil viagens, apesar de apresentar uma proporção abaixo da média nacional, possui um alto quantitativo absoluto, o que indica que, mesmo com uma proporção menor, a UF é um destino relevante para viagens com finalidade de lazer. No Nordeste, embora sejam registradas altas proporções, o quantitativo absoluto médio corresponde a apenas 23,8% do registrado para o Sudeste, o que reflete uma menor concentração de fluxos turísticos em números absolutos. No Norte, RO e AM exibem baixas proporções e quantitativos absolutos (3,6 mil e 12,9 mil, respectivamente), sugerindo uma menor atratividade turística na região em geral.

Para visitas a parentes e amigos, MG lidera em proporção (36,7%) e possui o segundo maior quantitativo absoluto a nível nacional (618,5 mil), ficando atrás apenas de SP, com 851,0 mil, refletindo o significativo fluxo de visitas familiares direcionadas ao estado. GO também se destaca no Centro-Oeste, apresentando alta proporção e quantitativo absoluto (168,6 mil), reforçando o expressivo fluxo de visitas familiares na região. No Norte, AC e AM exibem baixas proporções e quantitativos absolutos (4,7 mil e 29,4 mil, respectivamente), indicando uma menor conectividade familiar entre membros geograficamente distantes.

O expressivo fluxo de visitas familiares para estados como MG e GO pode estar relacionado à centralidade das relações dos turistas com anfitriões residentes nesses locais, uma motivação primária para esse tipo de viagem (Griffin, 2013). Essas viagens são frequentemente impulsionadas pelo desejo de manutenção de laços familiares e sociais, um aspecto cultural que fortalece a identidade e a coesão social entre parentes e amigos, especialmente em regiões caracterizadas por elevada migração interna (Ferrari, 2022).

Nas viagens para tratamento de saúde, São Paulo se destaca por registrar a menor proporção, mas o maior quantitativo absoluto a nível nacional, indicando uma concentração de infraestrutura de saúde que atrai muitos viajantes, ainda que as viagens com finalidades turísticas discutidas anteriormente sejam predominantes nessa UF. No Nordeste, PI, MA e SE apresentam altas proporções, mas quantitativos absolutos abaixo da média para a região, variando de 88,0 mil a 114,8 mil, respectivamente. No Norte, RR registra uma baixa proporção e o menor quantitativo a nível nacional, o que reflete uma menor demanda por viagens de saúde na região.

A atratividade de São Paulo como destino para tratamentos de saúde pode ser interpretada à luz dos elementos que caracterizam locais com alta demanda por esse tipo de turismo, conforme descrito por Nora (2012). Esses locais geralmente possuem uma infraestrutura robusta e qualificada, incluindo profissionais de excelência, instalações avançadas e serviços focados no bem-estar físico e psíquico do paciente. A alta demanda por tratamentos de saúde em SP, portanto, sugere a presença desses fatores. Por outro lado, no Norte, a baixa proporção e o quantitativo absoluto registrados para RR indicam que a demanda por tratamentos de saúde é limitada pela carência de infraestrutura e serviços especializados, o que pode levar os residentes a buscar assistência médica em estados vizinhos ou em regiões mais desenvolvidas.

Em relação a outras finalidades de viagem, AM e PA, no Norte, apresentaram altas proporções e quantitativos (36,8 mil e 158,2 mil, respectivamente) em comparação às demais UFs da GR, indicando uma maior diversidade de razões para as viagens. Por outro lado, no Sudeste, ES e RJ registraram baixas proporções e quantitativos (19,1 mil e 71,5 mil, respectivamente), sugerindo que outras finalidades de viagem além das já evidenciadas são menos frequentes nessas regiões.

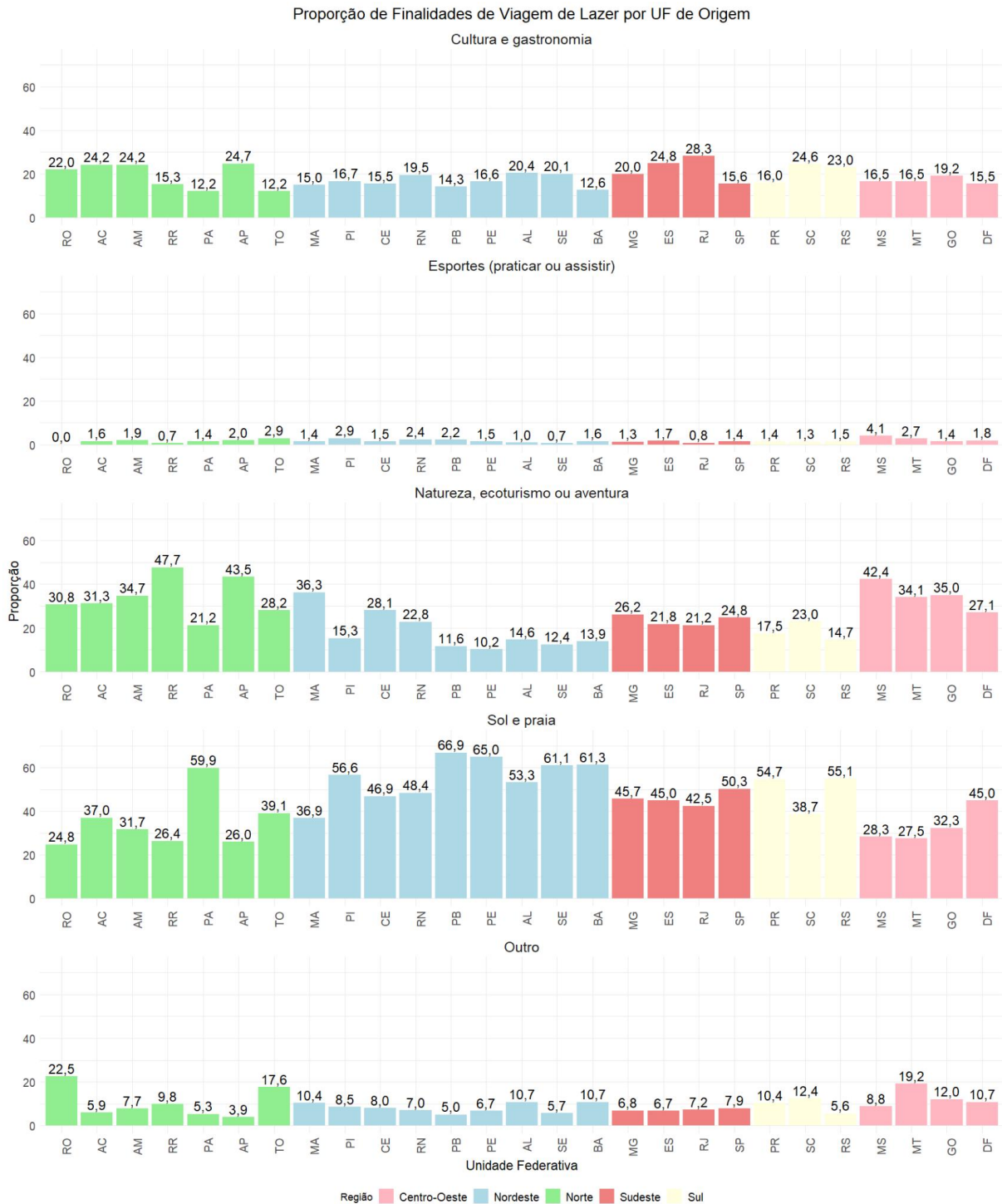
#### **4.4 Viagens emitidas e recebidas por UF e por tipo de finalidade de lazer**

Em relação à distribuição de modalidades de viagem de lazer, a nível nacional, o IBGE (2024) aponta para uma tendência de queda das viagens de sol e praia, considerando os anos de 2020, 2021 e 2023. O percentual dessa modalidade de viagem reduziu de 55,6% em 2020 para 46,2% em 2023. Por sua vez, as viagens da modalidade “natureza, ecoturismo ou aventura” oscilaram, apresentando percentuais de 20,5%, 25,6% e 22,0% nos três anos considerados, respectivamente. Ao contrário das modalidades previamente mencionadas, as viagens da modalidade “cultura e gastronomia” registraram uma tendência de aumento, passando de 15,5% em 2020 para 21,5% em 2023.

Objetivando um maior detalhamento dessas viagens, são apresentadas na Figura 6 as proporções de viagens segundo os diferentes tipos de lazer por UFs de origem. A análise desses resultados deve considerar que uma significativa parte das viagens realizadas são interestaduais ou para UFs próximas. No que se refere ao turismo cultural e gastronômico, o RJ (28,3%) e o ES (24,8%) são os principais destaques no Sudeste, o que pode estar relacionado, especialmente no caso do RJ, ao seu patrimônio histórico e à diversificada oferta culinária. No Norte, AC e AM,

ambas com 24,2%, também apresentam uma demanda significativa por esse tipo de lazer, indicando um crescente interesse em explorar as culturas regionais. Por sua vez, SC (24,6%) e RS (23%) também se destacam na região Sul, registrando proporções significativas em relação à média nacional para essa modalidade.

**Figura 6:** Proporção de finalidades de viagem de lazer por UF de origem



Nota: Considera até três viagens por domicílio.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNADc 2020, 2021 e 2023.

A análise das proporções para viagens motivadas por esportes é dificultada pelo baixo quantitativo dessa modalidade entre as viagens de lazer. Entretanto, é possível observar que, nas regiões Sul e Sudeste, os estados de MG, SP, PR, SC e RS apresentam valores de proporção significativos, embora relativamente baixos para esse tipo de modalidade, variando entre 1,3% e 1,5%.

Viagens originadas para a prática de ecoturismo, que envolvem atividades na natureza e de aventura, mostram uma forte predominância em RR (47,7%) e AM (34,7%), onde atrativos naturais, como áreas de preservação e biodiversidade, têm grande expressão. Entre as UFs do Centro-Oeste, MS (42,4%) e MT (34,1%) também se destacam, o que pode estar vinculado à proximidade com o Pantanal e à oferta de atividades relacionadas à natureza. Em contraste, esse tipo de turismo parece ser menos frequente em estados do Nordeste, como PB, com 11,6%, e PE, com 10,2%, que apresentam proporções consideravelmente menores.

O turismo de sol e praia, como esperado, apresenta forte procura nos estados, com as maiores proporções entre as viagens de lazer para as UFs brasileiras, salvo algumas exceções. No Nordeste, GR com os maiores percentuais, PE (65%) e PB (66,9%) lideram esse segmento, reforçando a vocação natural da região e a preferência dos moradores pelo turismo litorâneo. O PA, com 59,9%, também registra alta proporção de viagens motivadas por esse lazer, indicando que o Norte, embora menos explorado, tem procura significativa. Em MG (45,7%), única UF do Sudeste sem litoral, destaca-se como a segunda UF da GR que mais origina esse tipo de viagem.

Por fim, a categoria "outros tipos de lazer" destaca Rondônia (22,5%) como um dos principais destinos, seguido por Tocantins (17,6%). Além disso, o MT (19,2%), no Centro-Oeste, também apresenta uma proporção significativa para as viagens nessa categoria, indicando uma diversidade de motivações de lazer menos convencionais nessas regiões.

Os dados sobre os quantitativos absolutos de viagens por motivos de lazer originadas pelas UFs brasileiras estão apresentados na Tabela 10, cujos CVs associados são registrados na Tabela 11. Em relação às viagens destinadas ao turismo cultural e gastronômico, o RJ se destaca tanto em proporção quanto em quantitativo absoluto (124,9 mil), evidenciando sua forte atratividade turística nesse segmento de lazer. Por outro lado, o ES apresenta um baixo quantitativo absoluto (25,5 mil), especialmente quando comparado às demais UFs de sua GR, apesar de

registrar uma alta proporção. No Sul, SC e RS apresentam tanto proporções altas quanto quantitativos absolutos expressivos (46,2 mil e 92,6 mil, respectivamente), reforçando sua relevância nesse tipo de turismo. No Norte, embora AC e AM registrem altas proporções, os quantitativos absolutos (1,4 mil e 4,5 mil, respectivamente) são baixos em relação à média nacional, o que sugere um interesse significativo da população dessas UFs nessa modalidade de viagem, mas com um volume absoluto menor de deslocamentos.

Nas viagens motivadas por esportes, SP e MG registram quantitativos absolutos superiores aos das UFs da região Sul (22,1 mil e 6,7 mil, respectivamente). No entanto, apenas SP se destaca de forma significativa, apresentando um quantitativo muito superior ao das demais UFs nessa modalidade de turismo de lazer, com uma proporção de 329,85% em relação à segunda colocada, MG.

Para o ecoturismo, RR e AP mostram as maiores proporções, porém com quantitativos absolutos baixos (3,1 mil e 1,5 mil, respectivamente). Por sua vez, no Centro-Oeste, MS e MT apresentam altas proporções, mas quantitativos absolutos relativamente baixos (20,5 mil e 11,5 mil, respectivamente) quando comparados à média nacional. No Nordeste, a demanda por ecoturismo é menor, com estados como PB e PE registrando proporções e quantitativos abaixo da média nacional (6,8 mil e 15,7 mil, respectivamente).

No turismo de sol e praia, PE apresenta alta proporção e quantitativo absoluto elevado, confirmando a contribuição do Nordeste para essa modalidade. Contudo, a região possui quantitativos absolutos abaixo da média nacional, apesar das altas proporções. No Sudeste, MG destaca-se com uma alta proporção e 232,4 mil viagens, evidenciando que seus moradores frequentam destinos de sol e praia. Ainda nessa GR, RJ e ES possuem quantitativos absolutos menores (187,4 mil e 46,4 mil, respectivamente) e proporções inferiores às de MG. Por sua vez, SP lidera na GR Sudeste e a nível nacional, com 809,1 mil viagens para destinos dessa modalidade.

Em relação a outros tipos de lazer, RO e TO apresentam proporções relativamente altas, embora com quantitativos absolutos baixos (2,4 mil e 2,7 mil, respectivamente) em comparação à média nacional. Esses dados sugerem que, apesar de os domicílios dessas UFs contribuírem de forma significativa para essa modalidade de viagem dentro de suas fronteiras, sua participação no contexto nacional permanece limitada, refletindo a menor expressão dessas UFs no cenário turístico nacional em termos absolutos.

**Tabela 10:** Totais de viagem de lazer finalidade e por UF de origem (Mil viagens)

Totais de Viagem de Lazer por finalidade e por UF de Origem (Mil viagens)																											
Tipo de Lazer	RO	AC	AM	RR	PA	AP	TO	MA	PI	CE	RN	PB	PE	AL	SE	BA	MG	ES	RJ	SP	PR	SC	RS	MS	MT	GO	DF
Cultura e gastronomia	2,4	1,4	4,5	1,0	11,7	0,8	1,9	7,7	6,7	22,6	12,5	8,4	25,7	8,1	7,8	29,6	101,4	25,5	124,9	250,8	49,0	46,2	92,6	8,0	5,5	23,8	16,4
Esportes (praticar ou assistir)	-	0,1	0,4	0,0	1,4	0,1	0,4	0,7	1,2	2,2	1,5	1,3	2,3	0,4	0,3	3,7	6,7	1,7	3,6	22,1	4,4	2,5	6,0	2,0	0,9	1,8	1,9
Natureza, ecoturismo ou aventura	3,3	1,8	6,5	3,1	20,3	1,5	4,3	18,7	6,2	40,9	14,7	6,8	15,7	5,8	4,8	32,7	133,1	22,4	93,7	398,6	53,6	43,3	59,3	20,5	11,5	43,4	28,8
Sol e praia	2,7	2,2	6,0	1,7	57,5	0,9	6,0	19,0	22,9	68,3	31,1	39,3	100,4	21,2	23,9	144,6	232,4	46,4	187,4	809,1	168,1	72,9	221,7	13,7	9,3	40,1	47,8
Outro	2,4	0,3	1,4	0,6	5,1	0,1	2,7	5,3	3,5	11,6	4,5	2,9	10,3	4,3	2,2	25,1	34,5	6,9	31,7	127,5	31,8	23,3	22,4	4,2	6,5	14,9	11,3

Nota: Considera até três viagens por domicílio.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNADc 2020, 2021 e 2023.

**Tabela 11:** CVs totais de viagem de lazer finalidade e por UF de origem

CVs dos totais de Viagem de Lazer por finalidade e por UF de Origem																											
Tipo de Lazer	RO	AC	AM	RR	PA	AP	TO	MA	PI	CE	RN	PB	PE	AL	SE	BA	MG	ES	RJ	SP	PR	SC	RS	MS	MT	GO	DF
Cultura e gastronomia	27,2	24,6	16,6	30,1	16,4	32,8	23,4	25,0	23,8	16,2	23,8	16,1	11,5	17,6	17,5	15,4	8,6	10,3	9,9	7,2	8,0	7,5	7,0	15,9	21,9	14,1	11,8
Esportes (praticar ou assistir)	-	58,1	59,5	105,2	45,7	96,2	57,0	42,0	42,3	78,8	53,3	60,8	54,5	48,8	80,9	47,5	22,7	33,2	31,5	23,4	23,3	25,4	25,4	31,9	49,8	41,2	32,5
Natureza, ecoturismo ou aventura	27,3	17,9	24,3	24,1	18,1	31,5	24,6	12,7	20,4	25,4	42,5	19,3	14,4	17,0	20,8	14,2	7,3	10,6	8,1	7,6	8,0	7,2	9,7	11,2	19,1	10,4	10,4
Sol e praia	23,0	16,4	17,2	22,7	10,6	40,4	14,8	14,4	12,5	8,0	12,1	10,3	7,7	11,7	14,1	8,4	5,3	8,3	6,4	4,8	5,8	8,8	5,3	11,6	14,8	10,5	8,7
Outro	27,7	43,3	32,3	63,5	26,1	82,2	26,7	31,2	33,9	18,3	33,6	23,1	25,7	28,3	25,2	17,0	10,9	17,0	10,3	9,3	11,8	14,7	20,2	23,9	20,1	17,4	19,9

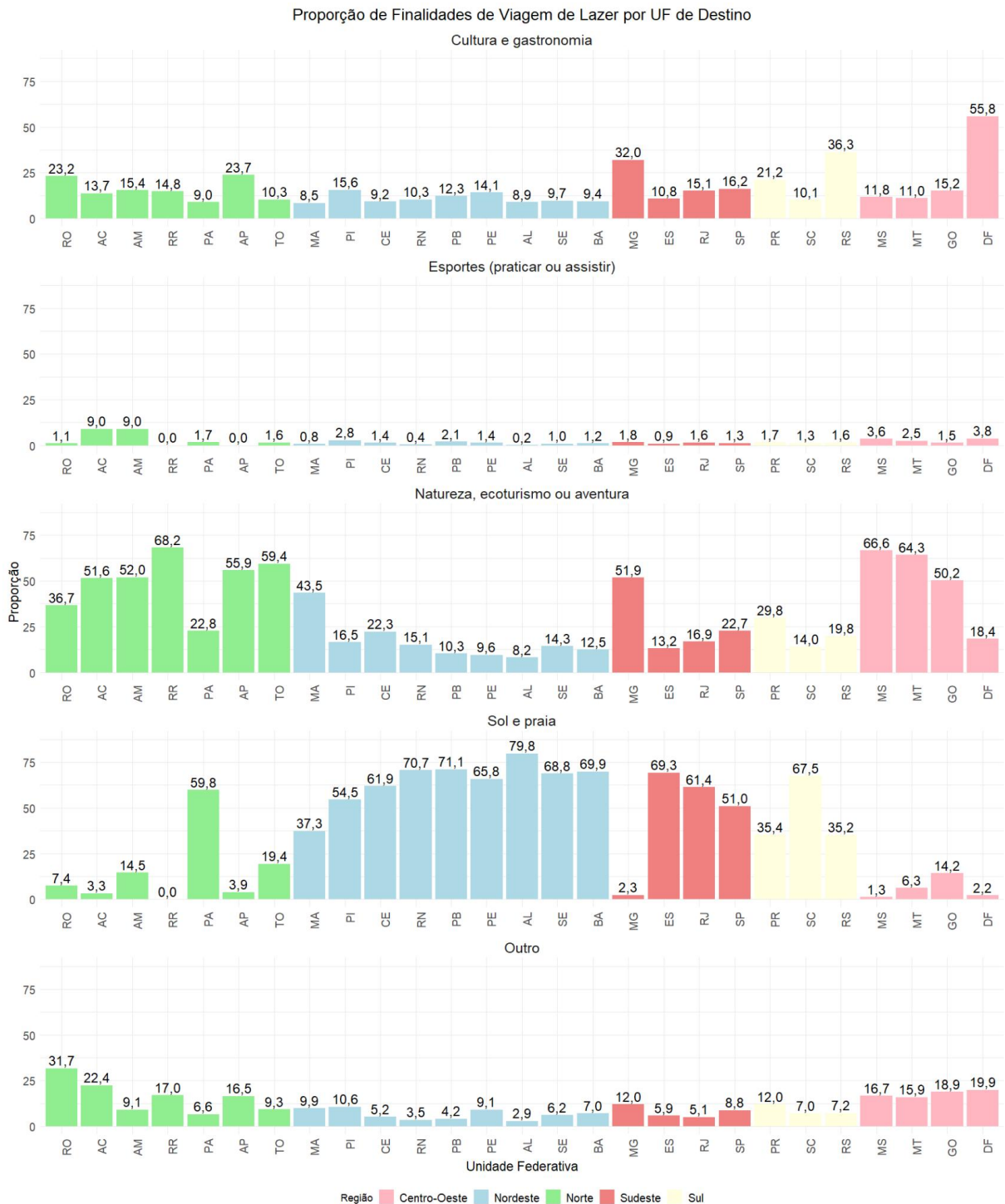
Nota: Considera até três viagens por domicílio.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNADc 2020, 2021 e 2023.

Os dados sobre as proporções de viagens por motivos de lazer recebidas pelas UFs brasileiras, apresentados na Figura 7, destacam características regionais específicas que refletem seus atrativos culturais, naturais e turísticos. No segmento de viagens motivadas por cultura e gastronomia, o Distrito Federal lidera com 55,8%, registrando a maior proporção entre as UFs, significativamente superior às demais. MG (32%) e RS (36,3%) também se destacam nessa categoria, impulsionados por suas tradições consolidadas em gastronomia e patrimônio cultural. Em contraste, estados como PA (9,0%) e MA (8,5%) apresentam proporções mais baixas, sugerindo uma menor infraestrutura turística ou uma promoção menos intensiva desses tipos de atrativos em relação a outras UFs.

Quando o foco é esportes, seja para prática ou para assistir, o Distrito Federal (3,8%) se destaca como um destino relevante em relação às demais UFs do país. No Centro-Oeste, o MS (3,6%) também atrai uma parcela significativa de turistas interessados nessa atividade, possivelmente devido à pesca esportiva. No Sudeste, as UFs apresentam proporções estatisticamente relevantes, com exceção do ES (0,9%). No Sul, o RS registra uma proporção de 1,6%. De forma geral, as viagens realizadas com objetivos esportivos, seja para assistir ou praticar, apresentam proporções notavelmente inferiores às de outros objetivos turísticos de lazer, refletindo uma menor demanda por esse tipo de atividade.

Já em termos de natureza, ecoturismo ou aventura, o Norte do Brasil lidera de forma significativa. Estados como RR (68,2%), AM (52%) e TO (59,4%) apresentam as maiores proporções do país entre as viagens destinadas ao turismo focado em natureza e atividades ao ar livre, destacando-se pelos atrativos ligados ao bioma amazônico e ao potencial para o ecoturismo. No Centro-Oeste, MT e MS, com 66,6% e 64,3% respectivamente, também se sobressaem, reforçando a relevância das atrações naturais da região. Em contraste, algumas UFs do Nordeste registram menor participação nesse tipo de viagem. No Sudeste, MG (51,9%) se destaca por apresentar um percentual significativo de viagens recebidas nessa modalidade, superando outras UFs da mesma GR.

**Figura 7: Proporção de finalidades de viagem de lazer por UF de destino**

Nota: Considera até três viagens por domicílio.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNADc 2020, 2021 e 2023.

As proporções para o turismo de sol e praia reafirmam a supremacia do Nordeste nesse segmento. Esse tipo de turismo engloba diferentes ambientes, incluindo praias naturais – marítimas, fluviais e lacustres – e até mesmo as artificiais, cuja diversidade e características desempenham um papel essencial no desenvolvimento desse

mercado (Brasil, 2010b). Estados como AL (79,8%), PB (71,1%) e RN (70,7%) registram as maiores proporções, consolidando-se como destinos preferidos, enquanto o MA, com 37,3%, aparece como exceção. No Norte, o PA (59,8%) assume destaque, superando as demais UFs da GR. No Sudeste, ES (69,3%) e RJ (61,4%) são importantes destinos, e no Sul, SC (67,5%) se destaca no segmento. Já o Centro-Oeste e o Norte - exceto o PA - têm pouca relevância nesse turismo. De modo geral, as UFs sem litoral apresentam baixa proporção de viagens com esse objetivo, embora o turismo de sol e praia não se restrinja a áreas litorâneas.

Em outras categorias de lazer, como "outros", UFs da região Centro-Oeste, como GO e DF, com 18,9% e 19,9% respectivamente, destacam-se por captar uma proporção significativa de turistas. Esses resultados refletem a diversidade de atrações oferecidas por essas áreas, que vão além dos tipos tradicionais de lazer, demonstrando o potencial multifacetado dessas regiões para atrair visitantes interessados em experiências variadas.

Os dados sobre os quantitativos absolutos de viagens de lazer recebidas pelas UFs brasileiras, apresentados na Tabela 12, cujos pelos CVs associados são registrados na Tabela 13, permitem uma análise mais detalhada das tendências regionais. Comparando esses dados com as proporções discutidas anteriormente, nota-se que certas regiões se destacam em categorias específicas. Essa relação entre quantitativos e proporções dimensiona a atratividade relativa de cada região e seu impacto em volume de visitantes.

Em relação ao turismo motivado por cultura e gastronomia, o DF destaca-se com a maior proporção entre as UFs do país e um quantitativo absoluto significativo (10,3 mil), superando as demais UFs do Centro-Oeste. MG e RS também merecem destaque nessa categoria, apresentando altas proporções combinadas a quantitativos absolutos expressivos. Em contrapartida, estados como PA e MA mostram um menor apelo para esse tipo de turismo, registrando proporções e quantitativos absolutos baixos (7,4 mil e 3,7 mil, respectivamente), o que reflete desafios relacionados à promoção e infraestrutura turística voltadas para essa modalidade.

Quando o foco é esportes, seja para a prática ou para assistir, o RS, na região Sul, apresenta quantitativos baixos (5,3 mil) em comparação com outras UFs que possuem proporções estatisticamente significativas. No entanto, no Sudeste, destacam-se SP, com 15,9 mil, e RJ, com 8,5 mil, registrando os maiores quantitativos absolutos nessa modalidade de turismo. Esses dados refletem a concentração de

eventos esportivos e infraestrutura voltada para o esporte nas grandes metrópoles, especialmente em SP, que lidera como principal destino para viagens esportivas.

Já em termos de natureza, ecoturismo ou aventura, o Norte do Brasil, com estados como RR, AM e TO, apresenta quantitativos absolutos moderados ou baixos, variando de 2,1 mil a 10,9 mil para sua GR, ainda que essas UFs estejam entre as maiores proporções do país para viagens focadas na natureza e atividades ao ar livre. No Centro-Oeste, MS e MT registram quantitativos moderados, representando 29,5% e 22,2% respectivamente do quantitativo absoluto registrado para GO (79,2 mil), que lidera nessa GR. Por sua vez, MG se destaca no Sudeste, combinando um percentual significativo de viagens recebidas nessa modalidade com um quantitativo absoluto muito alto (160,2 mil), reforçando sua relevância no ecoturismo nacional.

Os quantitativos para o turismo de sol e praia reafirmam a supremacia do Nordeste brasileiro nesse segmento. Estados como BA, CE e PE se destacam pelos altos quantitativos absolutos, variando de 111,5 mil a 271,7 mil, com proporções alinhadas às UFs com os maiores percentuais da mesma GR, atraindo grande parte dos turistas em busca de belas praias e clima quente. Na região Norte, o PA se destaca com alta proporção, mas quantitativo absoluto baixo (49,6 mil) em relação à média nacional, refletindo uma menor representatividade em termos absolutos. No Sudeste, o RJ apresenta proporções e quantitativos elevados (329,8 mil), enquanto o ES, apesar de sua alta proporção, possui um quantitativo absoluto correspondente a apenas 28,5% do registrado para o RJ. Por sua vez, no Sul, SC apresenta uma representatividade elevada ao considerar ambas as métricas, com um quantitativo absoluto de 267,1 mil, ainda que em menor escala quando comparado às regiões Nordeste e Sudeste em geral.

Na categoria “Outro”, apesar de GO e DF apresentarem proporções significativas em relação às demais UFs, apenas a primeira registra um quantitativo absoluto elevado (29,8 mil) em relação à média nacional. O quantitativo registrado para o DF, por sua vez, representa apenas 12,3% do valor registrado em GO, destacando uma disparidade considerável entre as duas UFs em termos de volume de viagens nessa categoria.

**Tabela 12: Totais de Viagem de Lazer finalidade e por UF de Destino (Mil viagens)**

Totais de Viagem de Lazer por finalidade e por UF de Destino (Mil viagens)																											
Tipo de Lazer	RO	AC	AM	RR	PA	AP	TO	MA	PI	CE	RN	PB	PE	AL	SE	BA	MG	ES	RJ	SP	PR	SC	RS	MS	MT	GO	DF
Cultura e gastronomia	1,3	0,3	2,0	0,5	7,4	0,9	1,9	3,7	5,2	17,4	11,4	9,3	23,8	11,1	4,1	36,7	98,8	14,7	81,0	195,6	44,0	40,1	118,8	4,2	3,0	24,1	10,3
Esportes (praticar ou assistir)	0,1	0,2	1,2	-	1,4	-	0,3	0,3	0,9	2,6	0,5	1,5	2,4	0,2	0,4	4,5	5,6	1,2	8,5	15,9	3,4	5,1	5,3	1,3	0,7	2,3	0,7
Natureza, ecoturismo ou aventura	2,1	1,3	6,7	2,4	19,0	2,0	10,9	18,8	5,5	42,0	16,7	7,7	16,2	10,2	6,1	48,7	160,2	17,9	90,5	274,8	61,9	55,6	64,8	23,4	17,6	79,2	3,4
Sol e praia	0,4	0,1	1,9	-	49,6	0,1	3,6	16,2	18,3	117,0	78,1	53,5	111,5	98,8	29,1	271,7	7,2	94,1	329,8	617,6	73,5	267,1	115,2	0,4	1,7	22,4	0,4
Outro	1,8	0,5	1,2	0,6	5,5	0,6	1,7	4,3	3,6	9,8	3,9	3,2	15,5	3,6	2,6	27,2	37,2	8,0	27,3	106,7	24,9	27,7	23,5	5,9	4,4	29,8	3,7

Nota: Considera até três viagens por domicílio.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNADc 2020, 2021 e 2023.

**Tabela 13: CVs dos totais de Viagem de Lazer finalidade e por UF de Destino**

CVs dos totais de Viagem de Lazer por finalidade e por UF de Destino																											
Tipo de Lazer	RO	AC	AM	RR	PA	AP	TO	MA	PI	CE	RN	PB	PE	AL	SE	BA	MG	ES	RJ	SP	PR	SC	RS	MS	MT	GO	DF
Cultura e gastronomia	32,8	47,6	26,0	49,7	22,3	90,1	32,6	19,4	20,5	16,2	24,0	21,4	12,1	20,2	21,4	11,7	7,5	14,6	12,3	6,0	10,5	9,1	6,3	21,5	34,3	10,2	28,8
Esportes (praticar ou assistir)	105,7	82,4	93,4	-	43,6	-	75,0	59,9	47,0	71,9	61,3	48,5	53,7	79,4	66,7	41,5	28,7	40,2	27,6	22,9	24,0	38,9	24,0	35,6	56,0	32,2	69,6
Natureza, ecoturismo ou aventura	27,4	45,3	23,8	23,7	17,9	41,3	23,3	12,9	21,0	24,8	37,1	21,5	19,1	18,5	26,3	12,1	7,5	13,1	8,6	8,8	8,5	7,6	9,2	15,6	13,8	7,2	33,0
Sol e praia	60,4	63,0	34,3	-	11,4	110,3	25,7	13,4	12,7	6,0	8,4	9,6	7,6	6,9	13,4	5,2	24,1	6,6	5,8	4,9	8,7	4,3	6,3	48,6	40,2	16,3	65,2
Outro	31,4	50,8	41,7	66,7	24,9	76,2	37,2	22,5	32,7	17,6	24,6	28,5	20,2	29,0	30,0	15,4	14,5	20,9	14,9	9,3	14,5	10,3	18,1	23,6	26,9	11,8	27,0

Nota: Considera até três viagens por domicílio.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNADc 2020, 2021 e 2023.

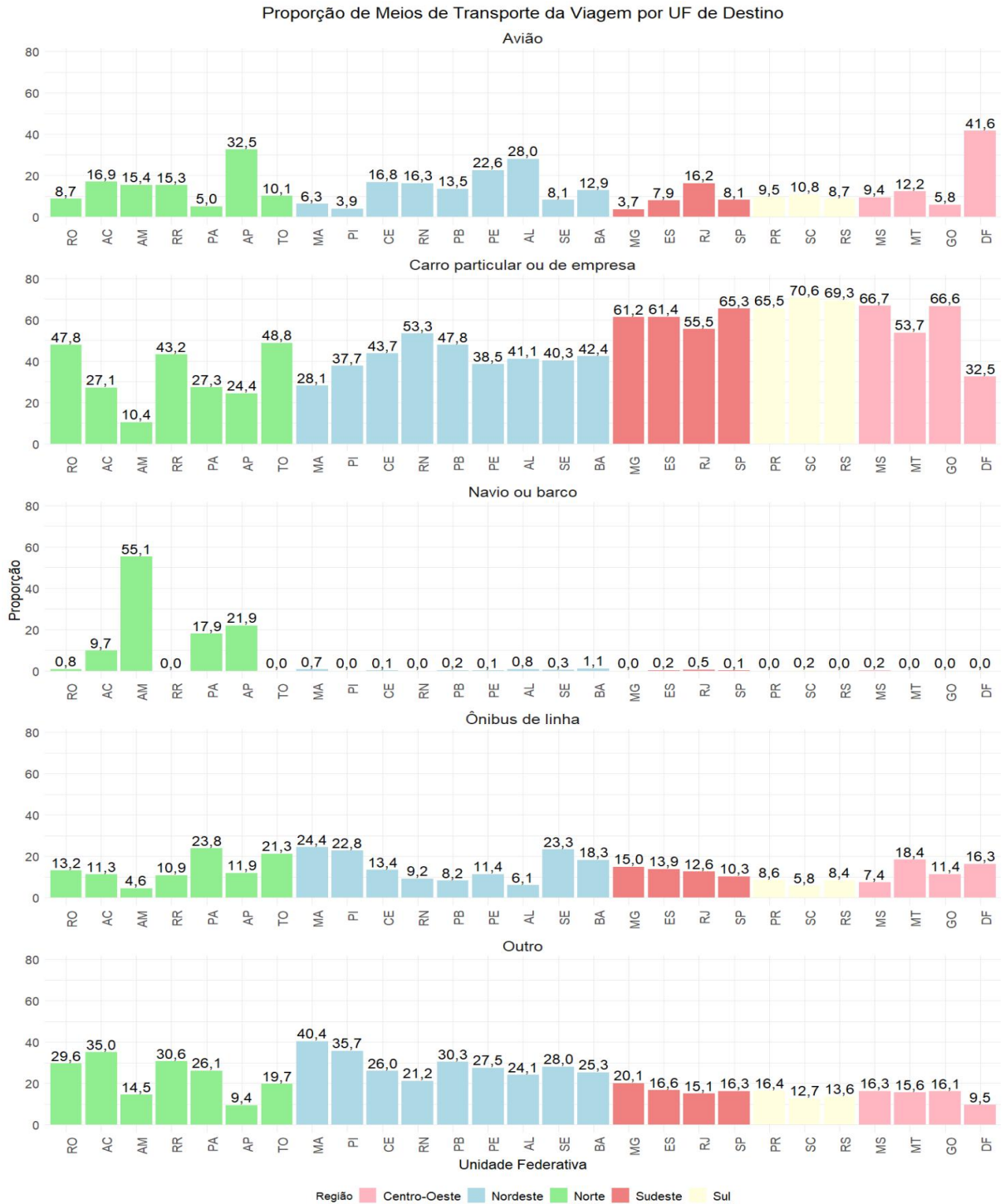
#### 4.5 Viagens recebidas por UF e por meio de transporte utilizado

Segundo o IBGE (2024), a proporção de viagens realizadas por avião, a nível nacional, foi de 10,6% em 2020 em relação às viagens realizadas por outros meios de transporte. Esse percentual caiu para 10,2% em 2021, mas apresentou um aumento expressivo para 13,7% em 2023. Em contrapartida, as viagens realizadas em carro particular ou de empresa mostraram uma tendência de queda ao longo dos anos analisados, passando de 57,5% em 2020 para 51,1% em 2023. Já as viagens realizadas em ônibus de linha, que iniciaram com 11,6% em 2020, apresentaram um crescimento, alcançando 13,3% em 2023.

Em relação aos dados analisados no presente trabalho, a Figura 8 apresenta as proporções dos meios de transporte utilizados nas viagens turísticas por UF de destino. No caso do transporte aéreo, observa-se uma forte dependência nas viagens destinadas às UFs do Norte e Centro-Oeste, como no AP (32,5%) e no DF (41,6%). Esses percentuais podem indicar uma necessidade maior de superar grandes distâncias em regiões com menor infraestrutura rodoviária, como ocorre nas UFs do Norte, ou destacar a importância logística e administrativa de estados como o DF. No Nordeste, AL (28%) também se sobressai nesse aspecto, bem como a Grande Região como um todo, sugerindo que o turismo local, especialmente o de lazer, tem impulsionado significativamente o uso do avião.

Por outro lado, o uso de carros particulares ou de empresa é amplamente predominante nas regiões Sul e Sudeste, com estados como SP e RS apresentando proporções de 65,3% e 70,6% respectivamente, além de SC com 65,5%, liderando essa preferência. Esse comportamento pode estar relacionado ao melhor desenvolvimento da malha viária nessas regiões, que favorece deslocamentos terrestres. No Centro-Oeste, com exceção do DF (32,5%), as demais UFs também se destacam no recebimento de turistas por meio de transporte terrestre particular. Além disso, observa-se uma significativa utilização do carro no Nordeste, especialmente em estados como RN, com 53,3%, e PB, com 47,8%, reforçando sua importância como meio de transporte na região.

**Figura 8: Proporção de meios de transporte da viagem por UF de destino**



Nota: Considera até três viagens por domicílio. A categoria “outro” abrange as seguintes categorias pesquisadas pelo IBGE: carro alugado; moto, ônibus de excursão, fretado ou turismo, táxi/aplicativo de transporte, trem, van/perueiro, outro.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNADc 2020, 2021 e 2023.

Observa-se que, no que se refere ao transporte por barco ou navio, a região Norte, especialmente o estado do AM (55,1%), apresenta proporções substancialmente superiores às registradas nas demais Grandes Regiões (GR).

Esses resultados evidenciam uma significativa dependência do transporte fluvial, que desempenha um papel essencial na mobilidade de passageiros e mercadorias nessa região, dadas as características geográficas e a extensão da bacia hidrográfica local. Em contraste, a BA, com apenas 1,1%, apresenta a menor proporção registrada, refletindo uma menor dependência desse modal de transporte, atribuída a condições geográficas e infraestruturais distintas que privilegiam outros meios de transporte.

A predominância do transporte fluvial no Amazonas, evidenciada pela alta proporção de uso desse modal na região Norte, é fortemente influenciada pelas limitações de alternativas de transporte terrestre e aéreo. Como destacado por Gaspar et al. (2012), o transporte fluvial é, em muitos casos, a única opção disponível para deslocamentos intermunicipais, devido à insuficiência de rodovias pavimentadas e à oferta limitada de aeroportos. Em Manaus, o transporte por embarcações atende a uma demanda turística expressiva, conectando a capital a diversos destinos ao longo dos rios Amazonas e Solimões. Esse modal é amplamente utilizado por visitantes que buscam experiências em hotéis de floresta e outros atrativos turísticos na região, atendendo tanto a deslocamentos curtos, dentro dos limites da Região Metropolitana, quanto a viagens para municípios mais distantes.

O turismo por meio do transporte público rodoviário, representado pelo uso de ônibus de linha, é mais comum no Norte e Nordeste, com estados como PA (23,8%) e MA (24,4%) apresentando os maiores registros de uso desse meio de transporte para a recepção de turistas. Isso pode sugerir uma limitação da infraestrutura para outros tipos de transporte ou uma maior aceitação cultural e econômica do transporte coletivo nessas áreas. Em contraste, nas regiões Sul e Sudeste, o uso de ônibus é menor, o que pode estar relacionado a uma maior diversificação das opções de mobilidade, como o uso predominante do carro particular.

Por fim, a categoria 'Outro' apresenta proporções mais elevadas nas regiões Norte e Nordeste, especialmente nos estados do MA (40,4%) e PI (35,7%), que registraram as maiores proporções. Nas demais regiões, as proporções tendem a ser mais uniformes e consideravelmente menores. Destaca-se o DF (9,5%), que apresenta a menor proporção significativa, sugerindo que os meios de transporte analisados anteriormente representam, em relação às demais UFs, de forma predominante, as principais vias de chegada de turistas a esse destino.

Ampliando a análise para o nível nacional, os dados refletem tendências semelhantes às observadas em algumas regiões, permitindo uma visão mais ampla

dos meios de transporte utilizados no turismo doméstico no Brasil. Conforme a pesquisa “Caracterização e Dimensionamento do Turismo Doméstico no Brasil – 2010/2011” da FIPE (2012), o carro próprio é o meio mais utilizado, com 44,1% das viagens, seguido pelo avião, com 17,0%, somando, juntos, 61,1% do total. Em terceiro lugar, aparece o ônibus de linha, com uma participação de 26,9%, enquanto o transporte por navio ou barco representa 1,5% das viagens. Esse dado evidencia sua menor utilização no contexto nacional, em contraste com sua relevância em regiões específicas, como o Amazonas.

Em relação às viagens aéreas, o DF e o AP apresentam as maiores proporções no Centro-Oeste e Norte, respectivamente. No entanto, o AP registra um quantitativo absoluto relativamente baixo, de 7,4 mil, enquanto o DF destaca-se tanto em proporção quanto em quantitativo absoluto (54,3 mil), especialmente considerando o Centro-Oeste, refletindo sua importância administrativa e logística. No Sudeste, SP, com 273,2 mil, possui o maior quantitativo absoluto, apesar de uma baixa proporção.

Para viagens de carro particular ou de empresa, SP e MG possuem altas proporções e lideram em quantitativos absolutos (2.209,1 mil e 1.031,4 mil, respectivamente) conforme apresentados na Tabela 14 e seus respectivos CVs na Tabela 15. No Nordeste, viagens destinadas a UFs como RN e PB também mostram o alto uso do transporte por carro, considerando as altas proporções para esse meio de transporte e seus quantitativos moderados (168,5 mil e 113,7 mil, respectivamente). Por outro lado, no Norte, AC e AP apresentam baixas proporções e os menores quantitativos absolutos a nível nacional (6,2 mil e 5,6 mil, respectivamente), refletindo a menor população e volume de viagens de carro destinadas ao local.

Em relação ao transporte por barco ou navio, apesar de o AM apresentar a maior proporção entre as UFs, registra um quantitativo absoluto 32,1% inferior ao registrado no PA. Por sua vez, a BA registra a menor proporção e o segundo menor quantitativo absoluto significativo (15,2 mil) para esse meio de transporte. O transporte público rodoviário, representado pelo uso de ônibus de linha, é mais comum no PA e MA, que apresentam as maiores proporções gerais e quantitativos absolutos expressivos (148,5 mil e 79,9 mil, respectivamente) considerando as UFs de suas GR. No Sudeste, SP possui o mais alto quantitativo absoluto (349,5 mil) a nível nacional, apesar de uma proporção abaixo da média, refletindo a diversificação das opções de mobilidade na região.

**Tabela 14:** Totais de viagem por meios de transporte e por UF de destino (Mil viagens)

Totais de Viagem por Meios de Transporte e por UF de Destino (Mil viagens)																											
Meio de Transporte	RO	AC	AM	RR	PA	AP	TO	MA	PI	CE	RN	PB	PE	AL	SE	BA	MG	ES	RJ	SP	PR	SC	RS	MS	MT	GO	DF
Avião	6,5	3,9	21,3	2,6	31,1	7,4	13,6	20,8	12,9	96,5	51,4	32,1	106,9	69,0	15,6	180,2	62,4	26,4	162,0	273,2	83,9	86,1	89,9	17,7	22,6	32,7	54,3
Carro particular ou de empresa	36,1	6,2	14,3	7,3	170,4	5,6	66,0	91,8	124,3	251,0	168,5	113,7	182,3	101,2	77,6	591,9	1.031,4	205,0	556,5	2.209,1	581,3	563,5	717,0	126,2	99,6	374,2	42,4
Navio ou barco	0,6	2,2	75,9	-	111,7	5,0	-	2,4	-	0,4	-	0,4	0,2	1,9	0,6	15,2	-	0,6	5,1	1,9	0,2	1,8	-	0,3	-	-	-
Ônibus de linha	9,9	2,6	6,3	1,8	148,5	2,7	28,8	79,9	75,2	76,8	29,2	19,6	53,8	14,9	44,8	255,2	252,9	46,4	126,7	349,5	76,4	46,1	87,1	14,0	34,2	64,3	21,3
Outro	22,3	8,0	19,9	5,1	162,7	2,2	26,6	132,1	117,7	149,1	67,2	72,1	130,2	59,2	54,0	352,3	339,8	55,5	151,6	551,7	145,6	101,1	140,7	30,8	29,0	90,7	12,5

Nota: Considera até três viagens por domicílio.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNADc 2020, 2021 e 2023.

**Tabela 15:** CVs dos totais de viagem por meios de transporte e por UF de destino

CVs dos totais de Viagem por Meios de Transporte e por UF de Destino																											
Meio de Transporte	RO	AC	AM	RR	PA	AP	TO	MA	PI	CE	RN	PB	PE	AL	SE	BA	MG	ES	RJ	SP	PR	SC	RS	MS	MT	GO	DF
Avião	36,9	25,4	15,7	39,9	10,8	27,8	33,7	13,6	22,8	7,9	9,3	12,9	10,1	8,9	20,8	7,6	13,8	12,4	6,1	4,0	14,9	8,6	10,3	26,7	20,1	12,0	10,8
Carro particular ou de empresa	10,4	18,2	12,4	16,3	7,2	17,3	7,3	5,7	6,8	6,7	19,7	6,2	5,5	7,1	7,7	4,4	2,8	4,7	5,3	2,9	3,9	3,2	3,7	5,2	6,1	3,8	11,3
Navio ou barco	59,6	26,4	8,8	-	11,8	41,7	-	27,1	-	64,2	-	74,5	97,1	62,8	65,9	22,2	-	70,4	28,9	41,5	102,6	51,6	-	98,5	-	-	-
Ônibus de linha	13,8	18,3	21,5	33,0	7,1	32,0	9,8	6,7	10,0	7,3	12,4	13,7	10,0	14,3	11,6	5,6	5,7	8,4	8,3	8,8	7,7	9,0	7,6	11,0	8,5	6,8	12,7
Outro	12,2	25,4	17,3	19,3	8,3	33,7	12,8	4,9	7,2	5,6	9,1	8,2	6,8	6,4	8,9	6,1	5,1	7,6	6,5	4,5	8,6	6,4	5,8	10,5	13,0	6,5	16,2

Nota: Considera até três viagens por domicílio.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNADc 2020, 2021 e 2023.

Em relação à categoria “Outro”, destaca-se no Nordeste o registro de altas proporções e altos quantitativos no MA e PI (132,1 mil e 117,7 mil, respectivamente). Por sua vez, o Sudeste apresenta o maior quantitativo absoluto médio entre as GR, com SP e MG (551,7 mil e 339,8 mil, respectivamente) registrando os maiores a nível nacional, embora suas proporções sejam, respectivamente, baixas e moderadas.

Dado o elevado percentual da categoria “Outro” na região Nordeste, é pertinente investigar quais modalidades mais contribuem para esse número. Tomando como referência o MA, a UF com a maior proporção nessa categoria a nível nacional, a Tabela 16 apresenta os quantitativos e proporções de viagens ao estado para todas as categorias de transporte pesquisadas pela PNADc. A análise revela que outros tipos de transporte, além dos explicitados na Figura 8, também desempenham um papel importante na chegada de turistas à UF. Entre eles, destacam-se as vans e perueiros (14,2%) e o ônibus de excursão ou turismo (7,2%), indicando a popularidade de opções coletivas para viagens em grupo. Modos como táxis ou aplicativos (4,6%) e motos (6,5%) também contribuem significativamente, refletindo a diversidade de preferências, sobretudo por rotas terrestres.

**Tabela 16:** Totais e Proporções de Viagem por Meios de Transporte para o Maranhão

Totais de Viagem por Meios de Transporte e por UF de Destino (Mil viagens)			
Meio de Transporte	Total	CV	Proporcao
Avião	20.756	13,6	6,3
Carro alugado	10.976	12,5	3,4
Carro particular/empresa	91.755	5,7	28,1
Moto	21.264	12,3	6,5
Navio ou barco	2.431	27,1	0,7
Ônibus de excursão, fretado ou turismo	23.504	12,2	7,2
Ônibus de linha	79.871	6,7	24,4
Táxi/Aplicativo de transporte	15.170	12,5	4,6
Trem	1.315	37,2	0,4
Van/perueiro	46.370	7,5	14,2
Outro	13.492	14,9	4,1

Nota: Coeficiente de Variação (CV) representado em percentual (%). Considera até três viagens por domicílio.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNADc 2020, 2021 e 2023.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da oportunidade de realizar análises mais aprofundadas sobre o turismo brasileiro com os dados disponibilizados pela PNADc, este trabalho teve como objetivo analisar as características do fluxo turístico entre as UFs brasileiras. Estabeleceu-se, assim, os quantitativos de viagens realizadas pela população residente nos domicílios particulares permanentes das UFs brasileiras estimando a movimentação nacional e internacional. Para isso, os dados relativos a essa temática para os três anos disponibilizados pela PNADc (2020, 2021 e 2023) foram acumulados para fins de maior precisão estatística. Gerou-se então uma Matriz Origem-Destino dos fluxos de viagens e, posteriormente, as viagens foram detalhadas para três temáticas: finalidade da viagem (motivo profissional ou demais modalidades de viagens por motivo pessoal); mais especificadamente a finalidade da viagem por motivo de lazer; e os meios de transporte utilizados.

A análise dos fluxos turísticos permitiu identificar as UFs que se destacaram por seus papéis predominantes como emissoras ou receptoras de turistas. Entre as UFs predominantemente emissoras, São Paulo (SP) apresentou o maior quantitativo absoluto de viagens (3.994.218), seguido por Minas Gerais (MG), Rio Grande do Sul (RS) e Paraná (PR). Como principais destinos turísticos, Bahia (BA) e Rio de Janeiro (RJ) se destacaram pelas maiores recepções de turistas, com BA recebendo 1.467.226 viagens e RJ, 1.037.642. A região Nordeste também teve destaque com estados como Ceará (CE), Rio Grande do Norte (RN) e Pernambuco (PE), que confirmaram seu apelo turístico. De forma geral, a região Centro-Oeste revelou-se majoritariamente emissora, com exceção de Goiás (GO), que se mostrou predominantemente receptora. Já a região Nordeste destacou-se como predominantemente receptora, à exceção do Maranhão (MA).

Quanto à análise por finalidade da viagem, observou-se que o turismo com motivação pessoal prevaleceu amplamente sobre o turismo profissional, sendo as finalidades de lazer e visita a familiares e amigos as mais expressivas. No Sudeste, estados como Rio de Janeiro (RJ) e São Paulo (SP) lideraram as viagens motivadas por lazer, enquanto no Norte, UFs como Amazonas (AM) e Tocantins (TO) registraram menores percentuais e quantitativos. No que se refere ao turismo profissional, as UFs do Norte, como Amapá (AP) e Roraima (RR), apresentaram proporções elevadas, apesar dos quantitativos absolutos serem inferiores aos do Sudeste. Já as viagens

por tratamento de saúde foram mais representativas, em termos proporcionais, em estados como Maranhão (MA) e Tocantins (TO), onde a carência de infraestrutura local motivou deslocamentos em busca de acesso a serviços médicos, contrastando com o Distrito Federal (DF) e o Rio de Janeiro (RJ), que registraram baixas proporções. Esses resultados corroboram os achados de Machado, Lima e Batista (2017), que indicaram que as regiões Norte e Nordeste enfrentam desafios em oferecer serviços de saúde de qualidade, devido à falta de profissionais e infraestrutura, ampliando as desigualdades regionais.

Em termos de destino, observou-se que a relevância do turismo profissional no Centro-Oeste, em especial no Distrito Federal, refletiu o papel administrativo e político da região. No Norte, UFs como Amapá (AP) e Roraima (RR) apresentaram altas proporções de viagens de trabalho, indicando a necessidade de deslocamentos devido à infraestrutura limitada e dificuldades de acesso. Já em termos de lazer, os estados do Sudeste e do Nordeste mantiveram-se como principais destinos, com o Rio de Janeiro (RJ) liderando nacionalmente em proporção e São Paulo (SP) em quantitativo absoluto. As viagens para visita a parentes e amigos foram especialmente altas no Sudeste, Sul e Centro-Oeste, com Minas Gerais (MG), Paraná (PR) e Mato Grosso do Sul (MS) se destacando. As viagens por tratamento de saúde apresentaram alta representatividade no Nordeste, em estados como Piauí (PI) e Sergipe (SE).

Em relação aos meios de transporte utilizados, o transporte aéreo destacou-se na região Nordeste e, especialmente, no Distrito Federal (DF) e no Amapá (AP), onde a necessidade de superar grandes distâncias e a infraestrutura rodoviária limitada impulsionaram o uso do avião, como apontado por Da Silva (2020). O transporte fluvial desempenhou um papel fundamental na mobilidade local da região Norte, principalmente no Amazonas (AM), em função da geografia da região e da extensa bacia hidrográfica. Já no Sul e Sudeste, o carro particular foi amplamente predominante, enquanto o transporte público rodoviário foi mais comum no Norte e Nordeste, sendo uma opção viável e econômica.

No panorama das viagens de lazer originadas pelas UFs brasileiras, o turismo de sol e praia predominou, especialmente no Nordeste, com Pernambuco (PE) e Paraíba (PB) liderando em proporções. Minas Gerais (MG) destacou-se por enviar um elevado número de viagens para destinos de sol e praia, mesmo sendo um estado sem litoral. O turismo cultural e gastronômico foi muito procurado no Sudeste,

principalmente no Rio de Janeiro (RJ) e Espírito Santo (ES). O ecoturismo teve forte presença no Norte e Centro-Oeste, em estados como Roraima (RR) e Mato Grosso do Sul (MS), aproveitando as áreas naturais preservadas. As viagens para práticas esportivas, embora ainda com proporções reduzidas, tiveram São Paulo (SP) e Minas Gerais (MG) como principais emissores.

Do ponto de vista das UFs que receberam viagens de lazer, o Nordeste manteve sua liderança no turismo de sol e praia, com Alagoas (AL), Paraíba (PB) e Rio Grande do Norte (RN) como principais destinos. No turismo cultural e gastronômico, destacaram-se Distrito Federal (DF), Minas Gerais (MG) e Rio Grande do Sul (RS), enquanto o Norte do país, com UFs como Roraima (RR) e Amazonas (AM), liderou no turismo de ecoturismo e aventura.

Considerando os resultados obtidos, foi possível compreender as dinâmicas complexas e diversificadas do turismo nacional, refletindo as diferentes realidades sociais, ambientais e econômicas do Brasil. As particularidades turísticas observadas nas diferentes UFs indicam a necessidade de políticas públicas direcionadas que promovam o desenvolvimento equilibrado do setor, respeitando as especificidades culturais e ambientais de cada local. Tais políticas devem considerar tanto o incentivo ao turismo de massa quanto a promoção de um turismo sustentável e inclusivo, garantindo que o setor contribua efetivamente para o crescimento econômico e social do Brasil.

É importante ressaltar que, embora o método de acumulação das pesquisas anuais tenha permitido gerar dados estatísticos com maior significância e detalhamento, esse mesmo método pode ter resultado em valores potencialmente subestimados devido aos efeitos da pandemia nos anos de 2021 e 2022, que ao agregar com 2023 retornou médias mais baixas que o ano de 2023 isoladamente. No entanto, ainda se avaliou que essa opção de usar essas estimativas é uma opção viável para construir a matriz de origem-destino, algo que com amostra de um ano apenas não seria possível.

Cabe destacar também que os cálculos realizados para os quantitativos domiciliares consideraram a totalidade das viagens realizadas, sem segregá-las em variáveis específicas disponíveis pela PNADc, como, por exemplo, as viagens com pelo menos um pernoite. Isso permitiria uma aproximação mais correta de viagens turísticas. Reconhece-se que nesse trabalho utilizou-se o termo fluxo turístico e turistas, porém, tecnicamente seria fluxo de visitantes e visitante. Porém, conforme os

dados do IBGE (2024), a maioria das viagens, 75,7% ocorreram pernoites em 2023. Caso fosse adotado esse filtro, o tamanho da amostra seria ainda menor.

Para futuras pesquisas, sugere-se uma análise mais detalhada que relacione as modalidades de viagem com características socioeconômicas dos turistas, como renda e escolaridade. Além disso, estudos que enfoquem o impacto de fatores sazonais, como estações do ano, sobre os fluxos turísticos, poderiam ampliar a compreensão dos padrões do setor. E mais, estudos que utilizem não viagens como unidade de análise, mas sim pessoas ou turistas (uma pessoa pode ser turista mais de uma vez) e a composição familiar por tipo de viagem. A integração dos dados da PNADc com outras fontes, como dados de mobilidade urbana, também é uma oportunidade para explorar como a infraestrutura de transporte afeta o turismo no Brasil. Além disso, com o aumento progressivo da acumulação de dados anuais, espera-se que as análises futuras sejam ainda mais robustas, possibilitando um entendimento mais completo das dinâmicas do turismo no Brasil e contribuindo para o desenvolvimento de políticas públicas mais eficazes.

## REFERÊNCIAS

- AHMED, Shakeel. **Some new strategies for estimating area level parameters using information from successive surveys**. *Quality & Quantity*, p. 1-45, 2024.
- ALBUQUERQUE, Erickson Melo de; LIMA, Eduardo Rodrigues Viana de. Geospatial analysis of tourism supply and flows in northeastern Brazil. **Sociedade & Natureza**, v. 33, p. e62904, 2021.
- ALEXANDER, Charles H. **Still rolling: Leslie Kish's" rolling samples" and the American Community Survey**. *Survey Methodology*, v. 28, n. 1, p. 35-42, 2001.
- ANDRADE, José Roberto de Lima. **Metodologia de estimação da demanda por turismo doméstico no Brasil: aspectos teóricos e evidências empíricas**. *Revista de Economia*, 33(1), 117-136, 2007.
- BARBOSA, Fábila Fonseca. **O turismo como um fator de desenvolvimento local e/ou regional**. *Caminhos de Geografia*, v. 6, n. 14, p. 107-114, 2005
- BAYIH, Berhanu Esubalew; SINGH, Apar. **Modeling domestic tourism: motivations, satisfaction and tourist behavioral intentions**. *Heliyon*, v. 6, n. 9, 2020.
- BRAGA, Douglas; ASSUNÇÃO, Gabriel; HIDALGO, Luna; QUINTÃES, Viviane. **PNADcIBGE: Downloading, Reading and Analyzing PNADC Microdata**. R package version 0.7.5, 2024. Disponível em: <https://cran.r-project.org/web/packages/PNADcIBGE/index.html>. Acesso em: 27 set. 2024.
- BRASIL. **Informação estratégica do turismo no Brasil**, v. 1, n. 2, mar. 2022. Ministério do Turismo, 2022. Disponível em: [https://www.gov.br/turismo/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/observatorio/radar-do-turismo/BoletimRadardoTurismoA1N2\\_c.pdf](https://www.gov.br/turismo/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/observatorio/radar-do-turismo/BoletimRadardoTurismoA1N2_c.pdf). Acesso em: 21 set. 2024.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo de Negócios e Eventos: orientações básicas**. Brasília: Ministério do Turismo, 2010a. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo-publicacoes/segmentacao-do-turismo/turismo-de-negocios-e-eventos-orientacoes-basicas.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2024.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo de Sol e Praia: orientações básicas**. Brasília: Ministério do Turismo, 2010b. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo-publicacoes/segmentacao-do-turismo/turismo-de-sol-e-praia-orientacoes-basicas.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2024.
- CNC - CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO. **Setor mais afetado pela pandemia, turismo brasileiro perdeu 35,5 mil estabelecimentos em 2020**. 2021. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2021/04/CNC-fechamento-estabelecimentos-turismo-pandemia-2020-divulgado-8abr2021.pdf>. Acesso em: 20 set. 2024.

COELHO, Margarida Hatem Pinto; SAKOWSKI, Patrícia A. Morita. **Perfil da mão de obra do turismo no Brasil nas atividades características do turismo e em ocupações**. Brasília, DF: Ipea. Texto para Discussão, 2014.

DA SILVA, Olavo Fagundes. **Classificação funcional e avaliação de defeitos em rodovias não pavimentadas no Amapá**. Cadernos de Geografia, n. 41, p. 81-95, 2020.

DE SOUSA, Ana Elisa Carreta; PAIS, Sónia; VIANA, Ana Sofia. **O impacto da COVID-19 nos planos de viagem depois da pandemia**. Revista Turismo & Desenvolvimento, n. 41, p. 453-469, 2023.

FERRARI, Sonia. **Impacts of Second Home and Visiting Friends and Relatives Tourism on Migration: A Conceptual Framework**. Sustainability, v. 14, n. 7, p. 4352, 2022.

FIPE, Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas. **Caracterização e dimensionamento do turismo doméstico no Brasil – 2010/2011**. Relatório executivo – Principais resultados selecionados, São Paulo. setembro/2012. Disponível em: <https://bit.ly/1tH8sD7>. Acesso em: 30 out. 2024.

GASPAR, ÁGATA FERNANDA DOS SANTOS et al. **Oferta Turística no Transporte Fluvial de Passageiros: Amostra das Embarcações de Grande e Médio Porte em Manaus, Amazonas, Brasil**. Rosa dos Ventos, v. 13, n. 2, p. 367-383, 2021.

GONÇALVES, Caio César Soares. Production of economic statistics for tourist accommodation services of Belo Horizonte under the flexible geography approach: Produção de estatísticas econômicas para os serviços de acomodação turística de Belo Horizonte sob abordagem da geografia flexível. **Revista de Turismo Contemporâneo**, v. 8, n. 2, p. 198-221, 2020.

GRIFFIN, Tom. **Visiting friends and relatives tourism and implications for community capital**. Journal of Policy Research in Tourism, Leisure and Events, v. 5, n. 3, p. 233-251, 2013.

GRIMM, Isabel Jurema et al. **Impacto da pandemia da Covid-19 no setor do turismo de Curitiba (PR): Um comparativo entre 2019 e 2020**. Formação (Online), v. 29, n. 55, p. 133-161, 2022.

HADDAD, Eduardo Amaral; PORSSE, Alexandre Alves; RABAHY, Wilson. **Domestic tourism and regional inequality in Brazil**. Tourism Economics, v. 19, n. 1, p. 173-186, 2013.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Economia do turismo: uma perspectiva macroeconômica 2003-2009**. Estudos e pesquisas. Informação econômica, n. 18. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. 51 p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv61658.pdf>. Acesso em: 14 out. 2024.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Mensal de Serviços: dezembro de 2023**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2419/pms\\_2023\\_dez.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2419/pms_2023_dez.pdf). Acesso em: 10 dez. 2024.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua: notas técnicas - versão 1.8**. Rio de Janeiro. 2021. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101733\\_notas\\_tecnicas.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101733_notas_tecnicas.pdf). Acesso em: 11 maio 2024.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Notatécnica01/2022**: Estimativas para estratos de Municípios na PNAD Contínua. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101933.pdf>. Acesso em: 28 set. 2024.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares Amostra Mestra 2010 e Amostra da PNAD Contínua**. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. Disponível em: [https://www.ibge.gov.br/arquivo/projetos/sipd/SIPD\\_amostra\\_mestra\\_2010\\_e\\_amostra\\_PNAD\\_cont.pdf](https://www.ibge.gov.br/arquivo/projetos/sipd/SIPD_amostra_mestra_2010_e_amostra_PNAD_cont.pdf). Acesso em: 11 nov. 2024.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Turismo 2023 / IBGE, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. 15, 129 p. : il. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102116>. Acesso em: 30 out. 2024.

IOANNIDES, D.; GYIMÓTHY, S. **The COVID-19 crisis as an opportunity for escaping the unsustainable global tourism path**. *Tourism Geographies*, v. 22, n.3, p. 624-632, 2020.

KISH, Leslie. **Cumulating/combining population surveys**. *Survey Methodology*, v. 25, n. 2, p. 129-138, 1999.

KISH, Leslie. **Space/time variations and rolling samples**. *Journal of Official Statistics*, v. 14, n. 1, p. 31, 1998.

LOPES JÚNIOR, Wilson Martins; HANAI, Frederico Yuri; RIBAS, Luiz Claudio Passamai Serra. **O Perfil dos turistas com destino à Ilha Grande, Angra dos Reis (RJ) em período do verão de 2018**. *Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)*, v. 13, n. 3, 2020.

LUMLEY, Thomas. **Survey**: analysis of complex survey samples. R package version 4.4-2, 2024. Disponível em: <https://cran.r-project.org/web/packages/survey/index.html>. Acesso em: 27 set. 2024.

MACHADO, Cristiani Vieira; LIMA, Luciana Dias de; BAPTISTA, Tatiana Wargas de Faria. **Políticas de saúde no Brasil em tempos contraditórios: caminhos e**

**tropeços na construção de um sistema universal.** Cadernos de Saúde Pública, v. 33, n. suppl 2, p. e00129616, 2017.

MARKER, David A. **Producing small area estimates from national surveys: methods for minimizing use of indirect estimators.** Survey Methodology, v. 27, n. 2, p. 183-188, dez. 2001. Statistics Canada, Catalogue No. 12 001. Disponível em: <https://www150.statcan.gc.ca/n1/pub/12-001-x/2001002/article/6094-eng.pdf>. Acesso em: 12 de out. de 2024

MOTTA, Keila Cristina Nicolau. **Marketing turístico. Fortaleza, CE: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará.** Diretoria de Educação a Distância, 2011. Material didático. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/206762/2/Marketing%20Tur%C3%ADstico%20-%20Livro.pdf>. Acesso em: 16 de out. de 2024

NETTO, Alexandre Panosso. **What is tourism? Definitions, theoretical phases and principles.** Philosophical issues in tourism, v. 37, p. 43-62, 2009.

NORA, Paula. **Turismo de saúde: um estudo comparativo.** Revista Turismo e Desenvolvimento, v. 3, n. 17/18, 2012.

OECD - ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **Tourism Trends and Policies 2018 - Brazil.** Paris: OECD Publishing, 2018. Disponível em: <https://www.oecd-ilibrary.org/docserver/tour-2018-43-en.pdf?expires=1729281082&id=id&accname=guest&checksum=1DAD9EC8C373A440B30D33FF83B9DF20>. Acesso em: 18 out. 2024.

OLIVEIRA, Natália Araújo de. **Hospitalidade em tempos de COVID-19 para pessoas em situação de rua: reflexões a partir de Porto Alegre e Florianópolis.** In: PORTUGUEZ, Anderson Pereira; TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi (Orgs.). Turismo e saúde global: pandemia, pandemônio e novos rumos para o setor no Brasil e no mundo. Barlavento, 2021. p. 190-222.

ONU – Organização das Nações Unidas. Turismo gera US\$ 5 bilhões de receitas todos os dias. Nações Unidas, 2019. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2019/09/1688832>. Acesso em: 27 set. 2024.

OROMJONOVNA, Oromjonova Shakhrizoda; ESHNAZAROVNA, Mustafakulova Sabina. **Economic Development in Tourism Industry.** European Journal of Business Startups and Open Society, v. 3, n. 2, p. 60-64, 2023.

PAKMAN, Elbio Troccoli. **Sobre as definições de turismo da OMT: uma contribuição à História do Pensamento Turístico.** XI Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo, v. 24, p. 1-20, 2014.

PEGAS, Fernanda de Vasconcellos; WEAVER, David; CASTLEY, Guy. **Domestic tourism and sustainability in an emerging economy: Brazil's littoral pleasure periphery.** Journal of Sustainable Tourism, v. 23, n. 5, p. 748-769, 2015.

PIERI, Vitor Stuart Gabriel; NETTO, Alexandre Panosso. **Turismo internacional: fluxos, destinos e integração regional**. EdUFRR, 2015.

PINTO, Roque; GUZMÁN, Sócrates Moquete. **Economy, policy, crisis and tourism: analyzing the tourist flow in Brazil in the period 1993-2019**. Rosa dos Ventos, 2021, Vol. 13, No. 1, 90-108 ref. 47 ref.

RABAHY, Wilson Abrahão. **Análise e perspectivas do turismo no Brasil**. Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo, v. 14, p. 1-13, 2020.

SANTOS, Cristiane Alcântara de Jesus; CAMPOS, Antonio Carlos; RODRIGUES, Larissa Prado. **Incidência da pandemia da Covid-19 no turismo da região Nordeste do Brasil**. GEOUSP, v. 26, p. e201800, 2022.

TELES, Reinaldo. **Fundamentos geográficos do turismo**. 1. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. 216 p. ISBN 978-8535232509.

THÉRY, Hervé. Lugares e fluxos do turismo nacional brasileiro. Via. Tourism Review, n. 7, 2015. Disponível em: <https://journals.openedition.org/viatourism/572>. Acesso em: 28 out. 2024.

UNWTO - United Nations World Tourism Organization. **Glossary of tourism terms**. UNWTO, s.d.. Disponível em: <https://www.unwto.org/glossary-tourism-terms>. Acesso em: 11 maio 2024.

UNWTO - United Nations World Tourism Organization. **International Recommendations for Tourism Statistics 2008**. New York, 2010. ST/ESA/STAT/SER.M/83/Rev.1. Studies in Methods Series M No. 83/Rev.1. United Nations. Disponível em: [https://unstats.un.org/unsd/publication/Seriesm/SeriesM\\_83rev1e.pdf#page=21](https://unstats.un.org/unsd/publication/Seriesm/SeriesM_83rev1e.pdf#page=21). Acesso em: 10 maio 2024.

UNWTO - WORLD TOURISM ORGANIZATION. **Impact assessment of the COVID-19 outbreak on international tourism**. UNWTO, 2024. Disponível em: <https://www.unwto.org/impact-assessment-of-the-covid-19-outbreak-on-international-tourism>. Acesso em: 20 set. 2024.

UNWTO - World Tourism Organization. **Travel & Tourism Economic Impact (2023)**. UNWTO. 2023. Disponível em: [https://assets-global.website-files.com/6329bc97af73223b575983ac/647f263e229ecf941b98af01\\_EIR2023-Brazil.pdf](https://assets-global.website-files.com/6329bc97af73223b575983ac/647f263e229ecf941b98af01_EIR2023-Brazil.pdf). Acesso em: 10 maio 2024.

WTTC - World Travel and Tourism Council. **Economic impact reports**. WTTC, 2022. Disponível em: <https://wttc.org/Research/Economic-Impact>. Acesso em: 09 maio 2024.

WTTC - World Travel and Tourism Council. **Global travel and tourism economic impact update**. WTTC, 2016. Acesso em: <https://www.arab-tourismorg.org/images/pdf/World2016.pdf>. Acesso em: 09 maio 2024.

## APÊNDICE A – MATRIZ ORIGEM-DESTINO (VALORES COMPLETOS)

UF	RO	AC	AM	RR	PA	AP	TO	MA	PI	CE	RN	PB	PE	AL	SE	BA	MG	ES	RJ	SP	PR	SC	RS	MS	MT	GO	DF	Int.
RO	50.854	2.269	2.211	246	585	0	0	489	0	459	210	449	613	160	271	504	1.413	845	991	3.912	2.008	345	177	412	4.294	892	433	1.456
AC	3.492	12.621	1.689	0	149	0	31	31	62	728	328	343	124	458	0	491	162	69	597	985	376	84	279	63	178	377	159	373
AM	5.189	6.053	108.604	2.013	6.513	0	0	375	326	2.531	404	309	1.076	343	169	1.031	694	0	1.905	5.115	1.097	1.272	713	0	153	955	1.440	1.125
RR	69	0	3.956	12.947	851	0	46	520	189	361	341	342	408	119	67	119	0	0	258	757	405	245	344	0	98	238	214	739
PA	203	0	8.712	350	577.628	7.832	16.564	24.162	2.653	8.670	762	849	4.622	1.243	214	1.115	2.429	281	3.548	13.027	896	4.925	1.298	321	3.311	8.101	4.132	1.896
AP	0	0	178	0	5.790	9.450	65	214	0	360	0	0	0	0	0	331	0	0	250	1.071	169	420	269	0	0	0	367	91
TO	0	0	59	0	6.965	393	70.585	9.108	844	1.172	502	449	1.158	439	318	1.680	629	99	629	3.534	1.159	295	316	166	1.361	13.960	4.352	149
MA	0	0	92	156	18.832	574	7.349	240.167	37.511	11.481	535	739	2.649	1.173	44	1.652	2.643	0	1.090	6.307	1.197	486	1.068	401	2.297	4.944	2.898	2.333
PI	0	0	0	0	626	0	787	17.788	263.675	22.895	431	322	6.511	977	0	2.850	807	0	1.569	10.879	324	1.159	203	68	69	805	4.277	520
CE	0	0	666	0	2.225	613	51	3.006	10.026	403.528	13.210	7.121	12.430	2.087	221	7.966	1.544	354	6.221	17.036	2.475	3.165	3.473	215	0	728	5.093	5.875
RN	0	0	420	0	270	0	192	1.272	269	17.094	221.521	16.593	8.797	308	1.045	819	720	991	3.527	4.389	918	1.139	1.635	0	153	215	297	3.087
PB	0	0	226	190	328	0	0	739	379	11.707	20.628	153.077	28.903	2.892	618	2.480	1.222	0	3.743	7.574	2.201	389	494	210	355	481	1.072	1.309
PE	0	0	167	0	3.396	0	0	873	3.269	16.613	19.389	28.276	283.114	27.327	2.597	16.692	1.758	0	2.831	17.541	942	1.402	1.733	290	0	203	1.027	4.100
AL	0	0	47	0	212	0	0	237	153	2.514	1.024	1.489	17.973	111.404	7.415	3.887	1.332	72	1.123	8.579	488	105	1.159	183	419	445	176	720
SE	0	0	0	0	337	0	90	455	38	830	1.096	213	6.368	19.611	128.557	26.547	858	393	1.473	7.097	157	873	1.127	28	211	432	1.082	884
BA	2.211	0	0	0	1.944	0	3.659	287	3.069	12.160	2.760	3.225	11.417	11.648	44.086	1.056.251	25.008	18.246	10.699	51.183	6.857	2.007	4.354	1.539	900	8.037	10.561	7.087
MG	884	0	293	0	4.261	0	2.543	1.440	1.270	9.069	7.507	1.501	9.309	6.725	2.072	77.427	1.199.871	89.696	132.225	277.600	12.994	12.040	10.954	2.773	2.572	57.108	24.282	21.868
ES	507	45	482	46	831	0	87	600	30	1.365	207	165	1.349	506	200	28.278	36.101	177.148	30.299	22.993	3.303	1.741	3.402	146	1.051	1.528	1.145	5.249
RJ	1.146	862	1.872	0	4.166	468	787	3.833	1.401	13.512	4.631	8.911	8.802	7.585	1.220	26.390	90.141	36.745	540.076	114.056	13.565	12.362	15.043	1.434	2.232	5.147	17.302	47.121
SP	985	0	7.149	1.327	4.813	2.724	10.135	6.496	13.931	37.580	20.085	14.721	63.517	40.261	8.806	131.750	304.972	11.816	220.166	2.706.213	146.598	90.979	49.635	31.681	19.098	32.828	15.953	144.156
PR	1.306	412	1.174	139	2.027	265	1.620	1.383	0	3.954	5.549	1.052	4.692	3.202	132	9.974	14.303	1.734	13.649	119.121	642.011	186.224	23.710	13.235	11.962	4.075	2.520	25.510
SC	708	185	554	0	1.328	214	44	854	0	1.624	1.357	1.083	2.416	1.662	118	4.265	4.641	550	12.474	37.549	61.743	304.563	63.850	2.477	2.330	2.385	3.940	16.759
RS	97	0	0	135	499	0	0	971	285	3.785	3.565	351	3.080	3.422	807	10.874	5.427	586	15.410	38.133	21.013	175.846	908.901	3.620	2.921	2.668	3.222	28.662
MS	749	48	323	0	630	0	399	0	1.786	554	464	1.056	1.482	537	3.428	3.106	587	3.567	35.559	19.032	9.138	2.880	126.723	6.093	4.396	129	3.984	
MT	5.787	420	625	56	5.773	453	1.271	2.228	2.604	2.066	359	510	1.088	1.678	279	2.767	3.980	730	3.577	8.500	3.603	3.388	2.636	4.593	115.026	17.731	2.250	1.049
GO	613	0	499	0	6.596	228	18.267	11.024	2.837	3.244	2.158	4.144	4.569	2.109	1.094	24.055	30.435	2.336	9.509	29.351	4.188	3.374	5.356	2.742	13.067	342.013	25.955	4.539
DF	2.148	673	1.216	284	3.141	371	4.218	5.382	7.796	8.033	3.854	4.374	5.152	6.221	1.304	23.933	31.504	2.826	16.236	26.935	2.842	6.435	2.376	1.399	3.206	67.516	822	9.015

Nota: Considera até cinco viagens por domicílio. Legenda: Cinza – CV nulo; Vermelho – CV > 30%; Amarelo – CV <= 30% e > 15%; Verde – CV <= 15%  
 Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNADc 2020, 2021 e 2023.

## APÊNDICE B – COEFICIENTES DE VARIAÇÃO (CVS) DA MATRIZ ORIGEM-DESTINO

UF	RO	AC	AM	RR	PA	AP	TO	MA	PI	CE	RN	PB	PE	AL	SE	BA	MG	ES	RJ	SP	PR	SC	RS	MS	MT	GO	DF	Int.
RO	9.6	33.7	27.3	74.9	38.9	-	-	52.0	-	45.0	106.9	42.8	41.7	89.8	101.2	47.9	42.2	34.6	49.0	22.8	27.2	48.4	66.8	51.5	20.3	47	49.4	45.2
AC	12.9	10.4	19.8	-	48.1	-	95.7	95.7	72.4	26.6	41.2	34.9	52	34.1	-	59.5	48.8	59.6	31.9	24.0	44.3	60.3	61.0	70.2	59.4	42.9	47.4	33.6
AM	25.1	38.3	7.3	29.1	17.7	-	-	52.4	61.4	24.8	63.8	77.8	36	73.5	95	48.2	46.7	-	26.7	17.1	41.9	33.6	56.1	-	83.6	50.4	50.7	35.9
RR	62.5	-	16.3	15.1	27.1	-	67	29.4	59.9	39.3	74.2	48.8	30.5	83.9	74.8	75.5	-	-	43.2	32.7	50.4	43.9	61.5	-	98	46.5	54.4	28.8
PA	72.7	-	23.4	94	5.1	29.3	15.9	10.3	31.5	18.5	53.1	70.7	30.1	45.7	96.2	42.8	37.9	60.2	32.1	17.8	42.1	29.8	46.4	97	35.1	24.1	23.8	47.7
AP	-	-	88.7	-	14.8	17.9	105.5	57.5	-	46.2	-	-	-	-	-	-	56.3	-	59.7	31.2	75.5	58.1	68.7	-	-	-	58.0	97.0
TO	-	-	100.8	-	13.7	88.5	8.4	15.0	32	31.3	54.1	52.4	34.8	52.4	64.3	23.2	37.8	100.1	39.4	16.3	33.2	63.3	64.1	101.6	26.2	9.4	45.1	73.8
MA	-	-	105.2	70.2	13.9	71	17.7	3.8	8	16.7	50.8	37.4	57.7	50	104.4	62.3	34	-	43.2	17.7	44.8	57.0	40.1	61.8	22.7	17.7	22.5	58.8
PI	-	-	-	-	48.7	-	66.3	16.9	6.5	17.4	74	50.3	20.8	37	-	25.8	51.1	-	43.6	25.3	76.8	54.7	77.5	101	98.7	41	27.6	50.8
CE	-	-	50.5	-	36.5	77.2	106	32.1	21.9	5.3	23.3	20.1	20.6	38.6	104.6	25	31.2	58.8	23.6	16.1	55.6	54.3	43.9	93.9	-	60.4	35.3	34.5
RN	-	-	61.5	-	75.4	-	99.2	69.5	91.7	18.7	15.7	19.5	27.4	68.2	73.5	44	44.6	89.3	46.4	30.6	44.3	85.8	51.2	-	101.6	102	69.5	44.7
PB	-	-	116.7	102.5	62.7	-	-	97.2	46.7	16.3	14.3	6.3	10.9	28.2	51	26.2	42.6	-	24.5	15.6	29.0	65.0	45.2	97.3	93.4	49.5	36.2	38.4
PE	-	-	113.7	-	74.1	-	-	46.9	28.9	25.3	23.6	13.8	5.1	12.8	36.9	16.2	37.3	-	28.7	16.8	50.5	46.5	51.1	74.2	-	94.5	49.0	24.8
AL	-	-	101.9	-	56.8	-	-	79.7	69.2	23.6	33	33.8	11.8	6	19.2	19.1	37.4	72.2	32.2	15.7	44.3	70.3	50.5	52.5	43.3	43.9	61.1	40.2
SE	-	-	-	-	77.1	-	115.2	50.5	105.3	55.3	49.2	66.5	24.2	11.6	6.5	13.6	39.8	58.9	33.9	17.5	96.0	40.8	55.3	107	93.5	62	57.5	58.2
BA	90.2	-	-	-	51.8	-	97.3	59.9	53.9	25.0	53.4	47.4	21.5	26.4	13.2	3.9	18.1	35.4	25.7	11.5	39.3	47.5	35.7	45.5	91.4	21.1	19.9	28.5
MG	53.6	-	98.5	-	44.8	-	37.2	76.3	43.4	19.8	23.6	46.1	20.4	21	46.4	8.4	2.9	7.2	6.9	6.4	15.6	18.4	19.3	43.5	34.7	9	13.5	14.3
ES	57.6	100.8	70.2	108.4	48.0	-	93	40.9	92.9	36.5	52.1	92.9	29.4	80.1	71	10.6	9	4.7	9.6	15.3	24.8	36.2	26.1	78.4	42.6	32.2	35.0	22.9
RJ	55.9	76.5	40.8	-	28.5	105.3	57.6	26.9	41.7	25.0	27.3	20.1	18.5	21.7	39.9	16.4	7.1	11.7	4.9	6.6	16.2	17.3	15.0	45.8	47.1	21	25.1	9.7
SP	87.5	-	42.4	71.1	39.1	61.7	46.8	39.1	31.6	17.3	19.2	27.4	17	14.3	33.2	11.7	8.3	23	9.2	3.6	14.3	10.7	17.6	17.7	26.4	17.6	19.9	12.1
PR	49.4	75	49.4	96.1	34.6	89.4	37.8	47.3	-	29.9	30.4	44.6	26.4	23.8	83.7	17.9	16.8	40.5	16.0	6.2	4.8	5.3	11.5	15.5	24.7	22.4	30.5	12.5
SC	56.6	100.1	48.3	-	33.9	113.5	92.8	36.9	-	31.2	37.2	49.2	30.7	28.8	97.4	50.3	23.1	42.8	22.1	7.8	5.8	4.2	6.8	26.7	29.8	21.4	23.7	13.0
RS	103.5	-	-	103.8	49.0	-	-	66.4	77.3	24.2	27.9	72.7	23.6	43.1	67.4	17.8	24	54	13.6	11.1	14.2	5.0	4.0	38.3	30.3	33.6	42.7	13.0
MS	42.7	106.2	95.9	-	48.5	-	-	53.4	-	37.6	48.9	56.6	36.4	36.1	51.5	26	21.7	50	21.0	12.8	16.7	15.3	24.9	5.2	17.5	18	99.1	24.3
MT	25.4	49	59	90	19.4	98.9	33.5	36.7	94.3	28.6	48.7	81.5	44.5	39.6	66.5	24.2	33.7	41.5	20.2	17.6	18.3	23.8	24.9	22.2	7	13	38.0	36.3
GO	68.9	-	69.4	-	20.8	67.1	13.2	19.4	28.7	31.3	41.4	36.7	26.6	29.5	64.1	13.5	13.5	37.2	20.9	12.0	32.0	37.6	24.6	48	15.4	4.5	16.2	26.1
DF	54.4	77.5	37.9	68.9	36.6	65.7	22.6	21.3	19.3	26.3	20.8	20	22.9	23.2	34.4	10.2	10.4	26.7	12.0	13.1	26.6	24.8	28.8	40.7	31.9	8.2	42.2	17.6

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNADc 2020, 2021 e 2023.